

The logo for CIN, featuring the letters 'CIN' in a bold, white, sans-serif font on a dark blue rectangular background.

**CIN**

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.

# Relatório & Contas

2025

# MENSAGEM DO PRESIDENTE

2025 brindou-nos com um conjunto de acontecimentos que se mostraram relevantes para a CIN, quer para o reforço de uma posição de liderança ibérica no sector das tintas e vernizes, quer para a expansão internacional.

A aquisição da Hempel Industrial B.V., nos Países Baixos, agora CIN Schaeppman, no início do ano, permitiu-nos ampliar um portefólio interessante de revestimentos industriais, representando mais um passo importante na estratégia de crescimento europeu da CIN, que nos permite solidificar a nossa presença numa região-chave e estabelecer uma base sólida para a expansão e a competitividade futuras.

Estava dado o primeiro passo que marcou o ritmo de um ano que assinalámos como de crescimento à escala internacional. O volume de negócios global atingiu **447,6 milhões de euros**, reflectindo um aumento sustentado impulsionado tanto pelo crescimento orgânico, como por aquisições estratégicas, nomeadamente a rede de lojas Proficolor, em Itália, e a Hempel Industrial B.V., nos Países Baixos.

Olhando em detalhe, estes dados evidenciam um crescimento sólido das três principais Unidades de Negócio da CIN: Construção Civil, Indústria e Protecção Anticorrosiva que, embora diferentes nos objectivos a que se propõem e nos consumidores a quem se dirigem, fundem-se num ADN muito próprio de uma marca que se tem pautado, ao longo dos anos, pelo rigor, exigência e excelência.

A **Unidade de Negócios de Decorativos** registou um crescimento de 13% (264M€ vs. 234M€), assim como **Indústria**, que também acompanhou esta tendência, com 14% de crescimento (106M€ vs. 94M€), ambas beneficiando tanto da expansão co-

mercial como da integração das novas operações internacionais. A U.N. de **Protecção Anticorrosiva** destacou-se pela sua evolução particularmente robusta, solidificando um crescimento sustentado de 9% (51M€ vs. 46M€), com especial visibilidade no mercado espanhol, onde temos vindo a consolidar a nossa presença. **Yachting & Marine** mantém-se em linha com o volume de negócios de 2024. Desta forma, todas as U.N. contribuem positivamente para o **bom desempenho global da CIN**, traduzindo-se num **crescimento sólido de 12%** face a 2024.

Uma vez mais, continuamos a registar a presença da CIN em obras de referência em todo o mundo, pintadas com produtos que combinam inovação, protecção e durabilidade, e 2025 não foi excepção. A escolha recorrente da nossa marca deve-se sobretudo a uma eficaz capacidade de resposta ao desafio, à demonstração de um saber-fazer centenário e ao talento e excelência das nossas equipas, que encontram na CIN um legado de trabalho, de visão e de certeza na qualidade que se entrega e que o mercado tão bem valoriza.

Continuamos a investir na excelência da nossa operação, com vista à melhoria de processos e de capacidade produtiva, bem como em projectos de inovação de sistemas e infraestruturas tecnológicas que nos permitem estar preparados para os desafios de futuro.

Embora estejamos a actuar num contexto macroeconómico de grande incerteza global, a CIN tem-se mantido sólida, robusta e coerente, com uma enorme persistência sobre o rigor e a qualidade, seja numa tinta decorativa que responde à pretensão de uma casa mais bonita e mais protegida, seja em revestimentos de Indústria ou de Protecção Anticorrosiva que exigem altos padrões de desempenho.

2025 trouxe grandes desafios, que superámos com excelência. 2026 adivinha-se incerto, mas seguiremos com a mesma convicção: disciplina financeira, rigor na execução, proximidade com o cliente e excelência em tudo o que fazemos. É esta forma de estar – assente no trabalho, na inovação e na melhoria contínua – que reforça a posição da CIN como interveniente-chave no mercado global de tintas e vernizes.

Obrigado.

**João M. Serrenho**

# 2. GRUPO CIN

Modelo de governo	04
Estrutura societária	05
Principais indicadores	06



## 2.1 Modelo de governo

A CIN promove, de forma consistente, uma cultura empresarial forte e uniforme, assente nos princípios da honestidade, integridade e cumprimento das normas legais e regulamentos aplicáveis. Neste contexto, a CIN adopta, sempre que possível, normas internas mais exigentes do que as legalmente estabelecidas, reforçando os seus padrões de conduta e de governação.

As regras de governo das sociedades que a CIN estabelece suportam as ambições estratégicas definidas, garantindo que estas sejam geridas e monitorizadas de forma adequada e rigorosa.

Os principais órgãos de governo são a **Mesa da Assembleia Geral**, o **Conselho de Administração**, o **Conselho Fiscal**, o **Revisor Oficial de Contas**, a **Comissão de Remunerações** e o **Secretário da Sociedade**.

A Assembleia Geral reúne-se obrigatoriamente uma vez por ano para a aprovação das contas e, extraordinariamente, sempre que devidamente convocada, competindo-lhe, designadamente, a eleição dos membros dos órgãos sociais.

O Conselho de Administração reúne-se, obrigatoriamente, uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, sendo as deliberações tomadas por maioria simples.

Para além das competências estatutárias e legais, o Conselho de Administração é responsável pela definição da orientação estratégica, pela aprovação dos orçamentos anuais, pela monitorização da performance financeira e operacional e pelas políticas de remunerações e contratações, competindo-lhe igualmente a implementação e supervisão de um sistema de controlo dos riscos inerentes à actividade.

No âmbito dos seus poderes de delegação, o Conselho de Administração transfere para o Administrador-Delegado todas as competências legais que não interfiram com as constantes das alíneas a) a d), e) e f) do artigo 406º do Código das Sociedades Comerciais.

Neste enquadramento, a gestão corrente da CIN é assegurada pelo Administrador-Delegado, que acumula o cargo de Presidente, competindo-lhe definir as regras e os procedimentos necessários à execução da estratégia e das políticas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

A CIN desenvolve uma estrutura de gestão flexível, dotada de poucos níveis hierárquicos, e assente num quadro de Directores que assessora o Administrador-Delegado. Compete a estes Directores implementar, nas respetivas áreas, as políticas definidas e assegurar a disponibilização da informação necessária para que o Conselho de Administração esteja em condições de deliberar sobre as matérias estratégicas.

## 2.2 Estrutura Societária

### Portugal

CIN, SA  
CIN Industrial Coatings **100%**  
Nictrading (10% Vita) **90%**  
Terraços do Souto **100%**  
Atossa **100%**

### Espanha

Amida Inversiones **100%**  
CIN Govesan **100%**  
CIN Soritec **100%**  
CIN Pinturas e Barnices **100%**  
Pinturas CIN Canárias **100%**  
CIN Valentine **100%**  
Boero Colori **99,95%**

### Itália

Boero Bartolomeu **99,95%**  
Delp **99,95%**  
Profi Color **60%**

### França

CIN Celliose **100%**  
CIN Monopol **100%**  
Nasa **100%**  
Boero Colori Frande **99,95%**

### Outros

CIN Schaeppman **100%**  
Tintas CIN Angola (1% CIN) **99%**  
Tintas CIN Moçambique **100%**  
CIN Senegal **70%**  
CIN Coatings Polska **100%**  
CIN Coatings South Africa **100%**  
Vila Investments (Luxemburgo) **100%**  
Boero Coatings Turkey **99,95%**

## 2.3 Principais Indicadores

### ESCALA, SOLIDEZ E LIDERANÇA

Volume De Negócios

**447,6M** €

Anos de experiência

**+100**

**11°**

na Europa  
(European Coatings  
Journal May25)

**34°**

Mundial  
(Coatings World top  
companies report Aug25)

**+100**

Países para onde  
vendemos

### EXCELÊNCIA OPERACIONAL

Unidades Produtivas:

**10** (PT 2x, ES 3x, FR 1x, NL 1x,  
IT 1x, AO 1x, MZ 1x)

Capacidade Produtiva:

**+150 mil ton /ano**

## INOVAÇÃO

Investimento anual  
em I&D

**11M€**

**180** Técnicos

**8** Centros de investigação  
e desenvolvimento

## DISCIPLINA FINANCEIRA

EBITDA Recorrente

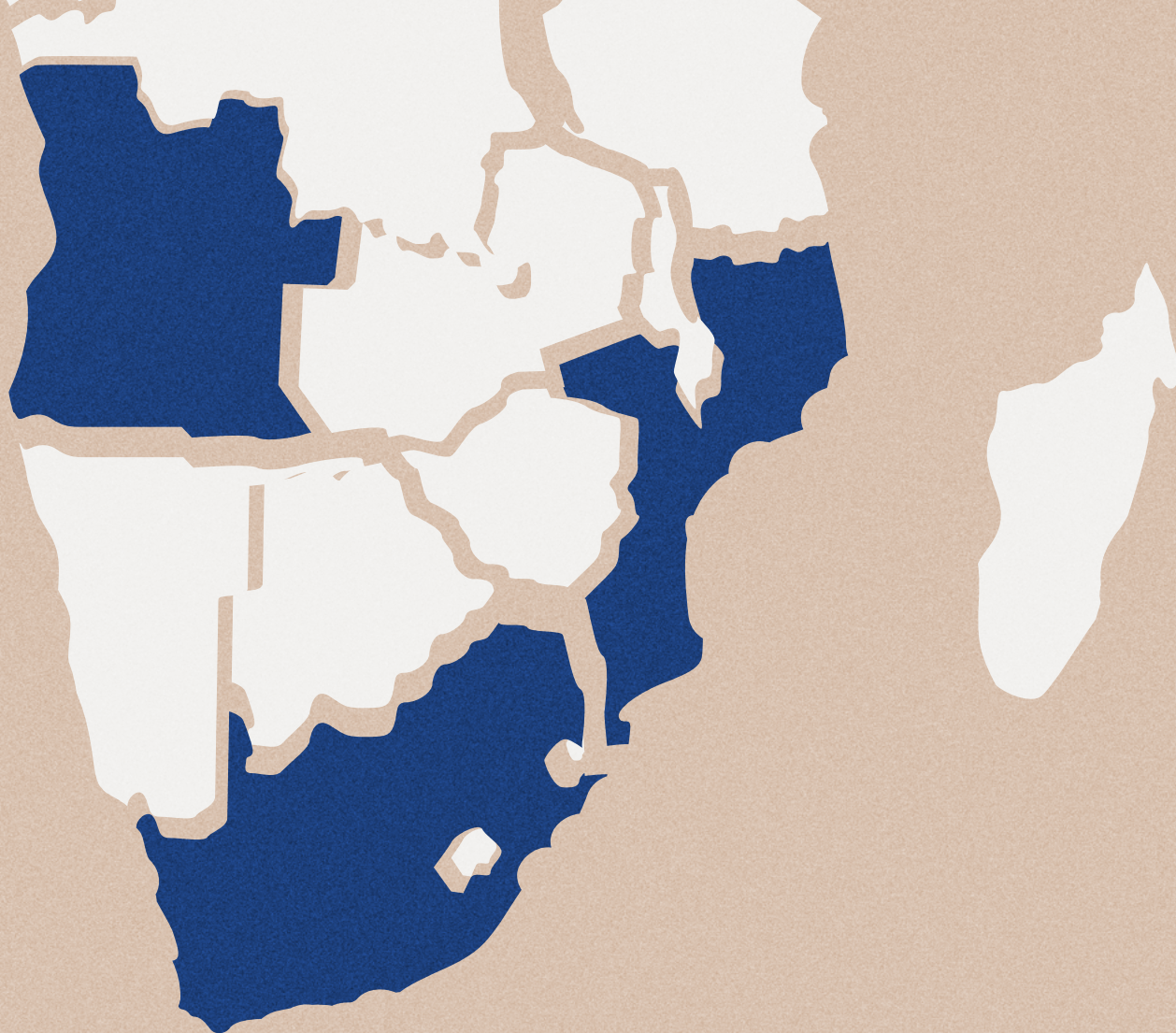
**70,4M€**

Net Debt/EBITDA

**1,8x**

EBITDA Recorrente / Vendas

**15,7%**



**PESSOAS QUE FAZEM  
A DIFERENÇA**

**+1.900**

Colaboradores

**+15.000**

Horas de Formação

**31**

Nacionalidades

**11**

Mobilidades Internacionais



# 3. A NOSSA ESSÊNCIA

Quem somos	10
Modelo de negócio e criação de valor	13
Principais indicadores	16
Gestão de risco	19

## 3.1 Quem somos

### Missão

Na CIN acreditamos que criar valor é crescer de forma responsável, consistente e com impacto e disciplina. **Criamos valor sustentável** no mercado de tintas e vernizes, orientando a nossa actuação por uma ambição clara de excelência, liderança e crescimento responsável, e assumimos como missão:



#### Fornecer soluções de referência

em tintas e vernizes, suportadas por elevados padrões de qualidade, inovação e desempenho;



#### Colocar os clientes no centro

das nossas decisões, satisfazendo as suas necessidades com produtos e serviços diferenciadores;



#### Assumir posições de liderança

nos mercados em que actuamos, reforçando de forma consistente a nossa competitividade;



#### Crescer de forma sustentável,

aumentando a quota de mercado e a rentabilidade através da eficiência operacional, da melhoria contínua dos processos e do reforço do conhecimento interno;



#### Conduzir o negócio com integridade,

respeitando a legislação aplicável, os compromissos assumidos e o ambiente em que operamos.

## Visão

Ambicionamos reforçar de forma consistente o posicionamento da CIN como uma referência no sector de tintas e vernizes, consolidando posições de liderança nos mercados onde operamos e assegurando um crescimento sustentável, assente na inovação, na eficiência operacional e na valorização das pessoas.

## Valores

Os nossos valores orientam a forma como pensamos, decidimos e actuamos, constituindo a base da nossa cultura e da execução da estratégia da CIN.



### Qualidade e inovação

Desenvolvemos produtos, serviços e processos com elevados níveis de exigência, promovendo a melhoria contínua e a diferenciação sustentável;



### Pessoas

Valorizamos as nossas pessoas como principal activo e factor crítico de sucesso, promovendo o desenvolvimento de competências, complementado por uma cultura de bem-estar e por um propósito partilhado.



### Eficiência e rigor

actuamos com disciplina operacional, optimizando recursos, processos e decisões, reforçando a competitividade e a rentabilidade do negócio;



### Foco no cliente

Estabelecemos relações de proximidade e confiança, criando soluções que geram valor duradouro e reforçam a nossa relevância nos mercados onde operamos;



### Ética, transparência e responsabilidade

conduzimos a nossa actividade com integridade, respeito pelas pessoas, pelas comunidades e pelo ambiente, assegurando práticas de gestão responsáveis e sustentáveis.

## 3.2 Modelo de negócio e criação de valor

Com mais de 100 anos de experiência no mercado de tintas e vernizes, a CIN é uma empresa portuguesa, líder de mercado na Península Ibérica desde 1995, cotando-se como o 11.º maior fabricante europeu de tintas e o 34.º a nível mundial.

A CIN está presente nos quatro principais segmentos de mercado: Construção Civil, Indústria, Protecção Anticorrosiva e Yachting & Marine, contando com mais de 1.900 colaboradores e presença directa em 3 continentes – Europa, África e América, exportando para mais de 100 países.



## Unidades de negócio

### Construção Civil e Decorativos

A Unidade de Negócio de Construção Civil abrange tintas e vernizes para edifícios residenciais e comerciais, aplicados por profissionais e clientes finais, sendo a mais representativa entre os segmentos em que a CIN actua. A produção é assegurada na Península Ibérica, em Itália e no continente africano, e a comercialização realiza-se através de lojas próprias, distribuidores e grandes superfícies em Portugal, Itália, Espanha, Angola, Moçambique e Cabo Verde.



### Indústria

A Unidade de Negócio de Revestimentos Industriais da CIN destaca-se na produção e comercialização de Tintas em Pó, utilizadas para a protecção e acabamento de metais, assim como Tintas Líquidas, adaptadas a diversas aplicações industriais. Com unidades de produção estrategicamente localizadas em Portugal, Espanha, França e Países Baixos, a CIN Indústria atende a uma ampla gama de sectores, incluindo componentes para edifícios, veículos comerciais e industriais, além de embalagens de vidro e plástico. A expansão geográfica e o reforço contínuo da carteira de soluções são dois pilares estratégicos fundamentais para o crescimento e consolidação desta Unidade de Negócio.

### Protecção Anticorrosiva

Na Unidade de Negócio de Protecção Anticorrosiva enquadram-se os revestimentos destinados à protecção de activos e estruturas utilizados em diversos sectores, com destaque para o sector industrial energético, onde a marca actua quer nas indústrias tradicionais, como nas de Petróleo e Gás, assim como em empresas de referência na produção de energias renováveis, tais como a Eólica, Solar e Energia das Marés. A CIN tem soluções que lhe permitem estar presente, de forma transversal, em todos os sectores e mercados, abrangendo indústrias tão diversas quanto as transformadoras, a alimentar, a vinícola, as águas e a siderurgia. Todos estes mercados, extremamente exigentes, têm levado a CIN a fortalecer cada vez mais o seu investimento estratégico em Investigação & Desenvolvimento & Inovação (I&D&I), criando soluções de alto desempenho amplamente reconhecidas pela sua elevada qualidade.



### Yachting & Marine

A Unidade de Negócios Yachting produz tintas de alta qualidade para qualquer utilização no sector náutico. Através das duas marcas, Boero YachtCoatings e Veneziani Yachting (utilizada sob licença da Colorificio Zetagi S.r.l), apresenta uma gama extremamente articulada de produtos para pintura, reparação e manutenção de barcos, conciliando a estética e a funcionalidade. A gama inclui uma linha completa de tintas antivegetativas, desenvolvida para oferecer alto desempenho, em todas as condições; primários e vernizes de fácil aplicação em todos os tipos de suportes, assim como agentes de impregnação para o cuidado e manutenção da madeira. O desempenho dos produtos é concebido para satisfazer as mais diversas necessidades, desde os estaleiros de embarcações mais pequenas até os estaleiros de SuperYacht.

## Modelo de criação de valor

A criação de valor para os stakeholders é um princípio estruturante da actividade da CIN e manifesta-se ao longo de toda a cadeia de valor.

Este compromisso inicia-se a montante, com a **selecção criteriosa de fornecedores de matérias-primas**, sujeitas a um rigoroso processo de testes e certificações, assegurando a sua qualidade e conformidade com os elevados padrões da CIN.

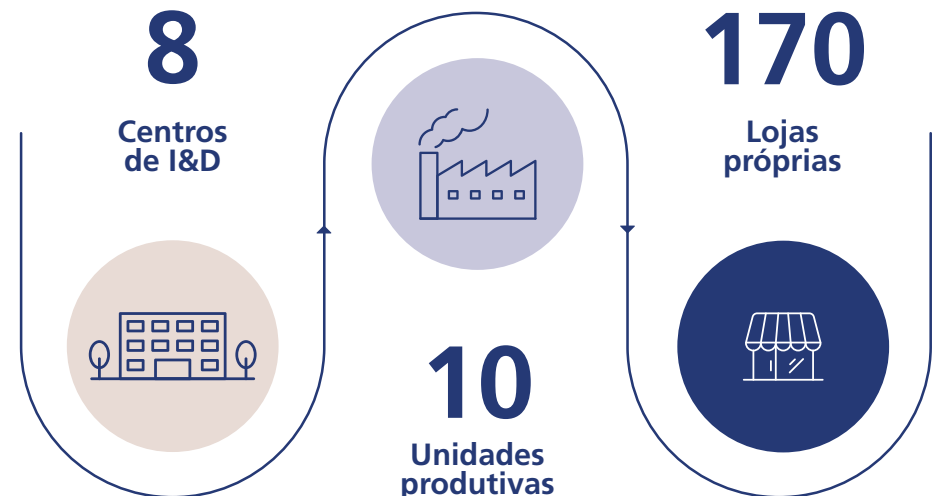
A CIN tem **internalizados todos os processos de Investigação e Desenvolvimento**, operando através de **oito centros de I&D**, onde **180 técnicos especializados** avaliam matérias-primas, desenvolvem novos produtos, melhoram soluções existentes, realizam estudos comparativos, análises de cor e ensaios de resistência e durabilidade. A inovação e o desenvolvimento contínuo constituem princípios fundacionais da CIN e são o garante da oferta de produtos de elevado desempenho, amplamente reconhecidos pelo mercado.

Após uma fase extensiva de testes laboratoriais e validação em mercado, os produtos são fabricados em **dez unidades produtivas**, assegurando elevados padrões de qualidade, bem como o compromisso com a sustentabilidade, a proteção ambiental e a segurança dos trabalhadores.

A rede logística da CIN permite a distribuição directa de produtos a clientes industriais, distribuidores e obras, assegurando igualmente o abastecimento de mais de **170 lojas próprias** da marca, que servem clientes particulares e profissionais.

O **serviço ao cliente** é um factor crítico de sucesso do modelo de negócio da CIN. Através de equipas técnicas especializadas, a marca presta um serviço diferenciador de aconselhamento e acompanhamento técnico, antes e após a venda, garantindo elevados níveis de satisfação, assim como uma correcta aplicação das soluções propostas.

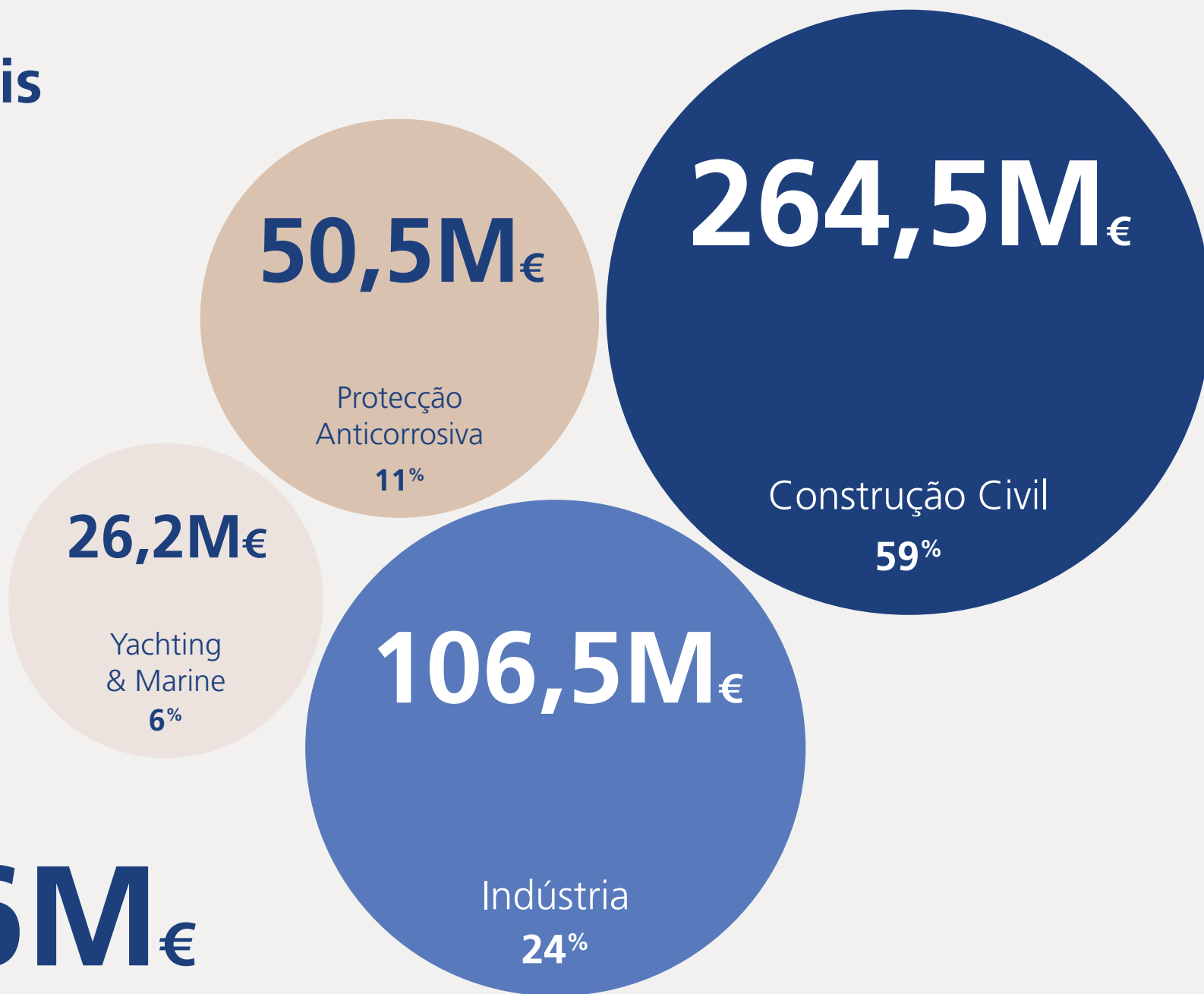
O compromisso da CIN estende-se à sociedade e comunidades circundantes. A CIN promove a criação de emprego em todos os **países onde actua directamente**, empregando mais de **1.900 colaboradores**, e evidencia a sua responsabilidade social e corporativa através do cumprimento rigoroso das normas ISO de qualidade, ambiente e segurança, bem como do apoio contínuo a projetos sociais e de preservação do património.



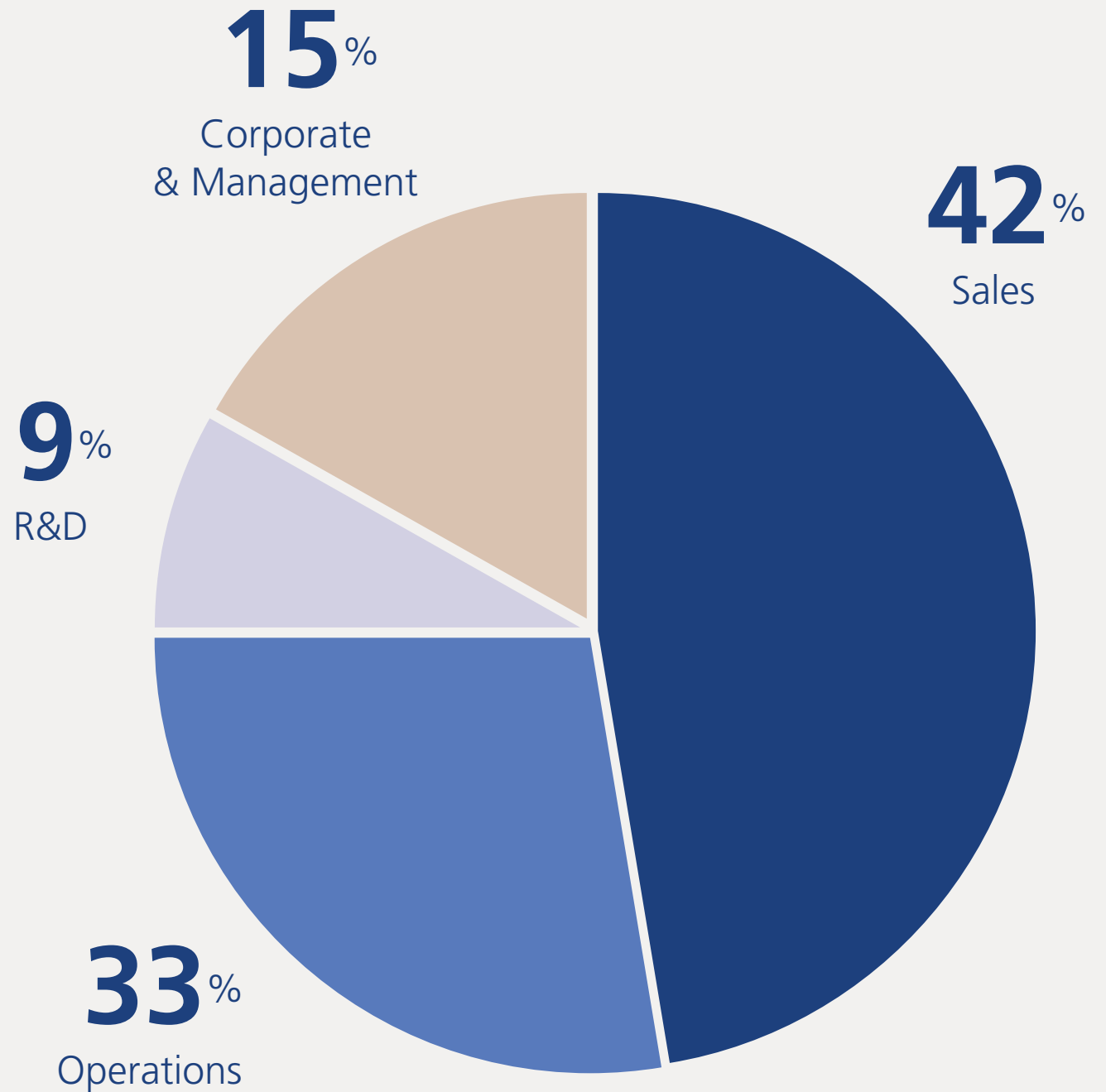
## 3.3 Principais Indicadores

Vendas por segmento

**447,6M€**



## Headcount por função



## Capacidade produtiva por segmento

Tintas Líquidas

83%

Tintas em Pó

17%

## 3.4 Gestão de risco

### Visão e Abordagem

A gestão de riscos é um pilar essencial da CIN, contribuindo directamente para a resiliência do negócio, para a execução da estratégia e para a protecção da sua posição financeira e operacional.

O Conselho de Administração define e monitoriza o perfil global de risco da CIN, avaliando de forma contínua os riscos considerados relevantes, tendo em conta o seu potencial impacto no desempenho e na continuidade das operações.

No desenvolvimento da sua actividade, a CIN está exposta a riscos financeiros, operacionais, estratégicos e de conformidade legal, cuja natureza e magnitude variam em função dos mercados, dos clientes e das áreas de produto.

A CIN assegura a existência de um sistema de gestão de riscos estruturado e integrado nos processos de governação e de tomada de decisão, promovendo uma cultura de prevenção, controlo e responsabilidade em toda a organização.



### **i) Risco da cadeia de abastecimento**

O risco de preço está essencialmente associado às matérias-primas críticas para a actividade da CIN, nomeadamente o dióxido de titânio, o zinco e as resinas, bem como aos custos de energia, em particular os eléctricos.

A CIN acompanha de forma permanente a evolução dos preços destas matérias-primas gerindo o risco com base nas perspectivas de mercado. Para mitigar este risco, é adoptada uma política de diversificação de fornecedores, evitando dependências excessivas e, sempre que as condições de mercado o permitem, celebram-se contratos de fornecimento com protecção de preço. Sempre que existentes e considerados adequados, recorre-se a mecanismos de cobertura através do mercado de futuros.

Variações anormais nos preços das matérias-primas poderão ser reflectidas nos preços de venda, através da actualização das tabelas de preços e da respectiva comunicação ao mercado.

### **ii) Risco de crédito**

A gestão do risco de crédito tem como objectivo assegurar a cobrança atempada dos créditos, sem comprometer o equilíbrio financeiro da CIN. Este risco é monitorizado de forma regular, incidindo, designadamente, sobre a limitação do crédito concedido, a monitorização da sua evolução e a realização periódica de análises de imparidade aos valores a receber.

A CIN não apresenta uma concentração significativa de risco de crédito, uma vez que as contas a receber estão distribuídas por um vasto número de clientes, em diferentes segmentos de negócio e diversas geografias. Sempre que a situação financeira dos clientes o justifique, são exigidas garantias de crédito, nomeadamente através de seguros de crédito ou garantias bancárias.



#### iv) Risco de taxa de juro

A gestão deste risco tem como objectivo assegurar a previsibilidade dos encargos financeiros e a estabilidade da posição financeira da CIN. Para mitigar esta exposição, a CIN recorre à contratação de instrumentos financeiros de cobertura, nomeadamente contratos de swap de taxa de juro, que permitem converter exposições de taxa variável em taxa fixa, em alinhamento com a estratégia de financiamento e o perfil de maturidade da dívida.

A utilização destes instrumentos é efectuada de forma controlada, de acordo com políticas internas que definem limites de exposição e asseguram a monitorização contínua, bem como o respectivo enquadramento contabilístico em conformidade com as normas IFRS aplicáveis, incluindo o IFRS 9 – Financial Instruments.

#### v) Riscos regulatórios

A CIN opera num sector altamente regulamentado estando sujeita a um conjunto diverso de normas e regulamento, nomeadamente, ambientais, de saúde e segurança, de rotulagem, de embalagens e de transporte de produtos perigosos, bem como legislação fiscal e laboral aplicável. Adicionalmente, na adequação do seu portfólio e no desenvolvimento de novos produtos, a CIN enfrenta riscos específicos decorrentes do enquadramento regulatório da União Europeia. O não cumprimento destas obrigações pode resultar em penalidades financeiras, sanções administrativas, restrições à actividade, danos reputacionais ou interrupções operacionais.

Para gerir este risco, a CIN adopta políticas e procedimentos internos que asseguram a monitorização contínua das alterações legislativas e regulatórias, bem como a conformidade com as normas aplicáveis nos mercados onde opera. Esta abordagem inclui a implementação de sistemas de controlo interno, a avaliação de formulações, os testes de segurança, auditorias periódicas, a formação contínua dos colaboradores e a avaliação de fornecedores e parceiros quanto à conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

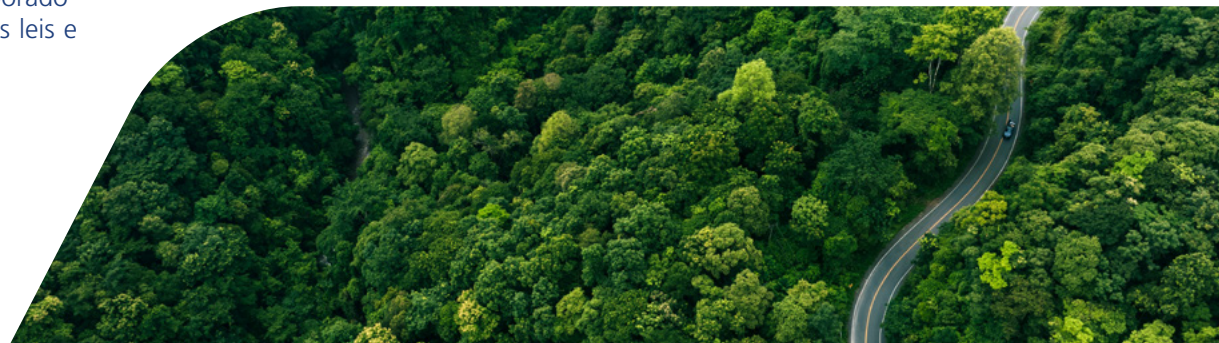
#### vi) Riscos Ambientais

A alteração climática e a necessidade de adaptação a um contexto ambiental em rápida evolução expõem a CIN a um conjunto de riscos ambientais com potencial impacto na sua actividade, nomeadamente:

- **Riscos regulatórios associados à transição para uma economia de baixas emissões de carbono**, que poderão implicar ajustamentos nos processos produtivos, nos produtos fabricados e nos requisitos de desempenho ambiental, em resposta a exigências crescentes por parte das autoridades e dos principais stakeholders;
- **Desafios associados à economia circular**, incluindo o aumento da incorporação de matérias-primas e materiais de embalagem de origem renovável ou reciclável, bem como a gestão eficiente de resíduos ao longo da cadeia de valor, a montante e a jusante;
- **Ocorrência crescente de fenómenos meteorológicos extremos**, susceptíveis de provocar perturbações nas cadeias de abastecimento e nas operações da CIN.

A CIN reconhece estes riscos e tem vindo a preparar-se estruturadamente para a sua mitigação. Em 2025, foram identificados os factores ambientais, sociais e de governação mais relevantes com impacto no desempenho financeiro, permitindo orientar a definição de políticas e estratégias adequadas.

Paralelamente, a transição ambiental é encarada pela CIN como uma oportunidade para o desenvolvimento de soluções inovadoras, de maior durabilidade e menor impacto carbónico, respondendo de forma consistente à evolução das expectativas do mercado.





## vii) Riscos Tecnologias de informação

A segurança da informação é reconhecida pela CIN como uma disciplina transversal, abrangendo todas as unidades organizacionais e canais de comunicação. A sua implementação visa a mitigação proactiva de riscos associados à cibersegurança, à protecção de dados, à gestão de identidades, bem como à disponibilidade e integridade dos sistemas de informação. A ocorrência de incidentes, como ataques informáticos, falhas de sistemas, acessos não autorizados ou perda de dados pode comprometer a continuidade das operações, afectar a fiabilidade da informação financeira e operacional, originar responsabilidades legais e causar danos reputacionais.

Neste contexto, a CIN assume como prioridade estratégica o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação seguros e resilientes, suportados por uma governação clara e uniforme. Este compromisso encontra-se formalizado em políticas de segurança da informação, classificação de dados, utilização dos sistemas e gestão da informação, de aplicação obrigatória em todas as empresas e geografias onde a CIN opera, sob orientação directa da Administração.

# 4. ESTRATÉGIA E PILARES DE TRANSFORMAÇÃO

Ambições Estratégicas	24
Pilares de Transformação	27

## 4.1 Ambições Estratégicas

Numa perspectiva de curto e médio prazo, a CIN definiu um conjunto claro de ambições estratégicas orientadas para a criação de valor sustentável, para o reforço da sua posição competitiva no mercado europeu de tintas e vernizes, bem como para a preservação de uma estrutura financeira sólida.

Estas ambições assentam num equilíbrio entre crescimento orgânico e inorgânico, excelência técnica e operacional, desenvolvimento das pessoas e disciplina financeira, garantindo resiliência e solidez, mesmo em cenários de maior volatilidade macroeconómica ou sectorial.



## 4.1.1 Crescimento de Negócio

### Crescimento orgânico sustentado

O crescimento orgânico continuará a ser o principal motor de desenvolvimento da CIN. A ambição estratégica passa por assegurar um crescimento consistente e sustentável nos mercados onde a marca atua, através de prioridades bem definidas:

- **Reforçando as posições de liderança** na Península Ibérica, tanto no segmento decorativo como nos segmentos industriais;
- **Consolidando o investimento na rede de retalho em Itália**, aproximando-se progressivamente do cliente profissional;
- **Promovendo a expansão selectiva** nos mercados europeus industriais prioritários (França, Alemanha e Países Baixos), com foco em soluções de alto desempenho, nomeadamente tintas em pó e protecção anticorrosiva;
- **Mantendo a trajetória de crescimento das exportações para a América Latina**, privilegiando produtos de maior valor acrescentado e de menor intensidade de capital.

Este crescimento orgânico será sustentado por inovação contínua, reforço da proximidade com os clientes profissionais e industriais, excelência no serviço e pela optimização e adequação do mix de produtos às especificidades de cada mercado.



## 4.1.2 Disciplina Financeira

### Protecção de margem e disciplina de custos

A protecção da margem operacional é uma ambição central, especialmente num contexto de pressão competitiva e incerteza quanto à evolução dos custos de matérias-primas e energia.

A CIN assume como prioridade uma **gestão activa de pricing**, assegurando um posicionamento equilibrado entre a qualidade dos produtos, as necessidades do mercado e a optimização contínua do mix, com enfoque em soluções de maior valor acrescentado.

Na dimensão dos recursos, são prioridade a consolidação dos programas de eficiência operacional e melhoria contínua nas fábricas, os equipamentos tintométricos e a cadeia de abastecimento, com atenção permanente aos custos fixos e variáveis e planos de contingência preparados para proteger o EBITDA em cenários de pressão sobre as margens ou de desaceleração da procura.

### Geração de free cash flow

A geração consistente de free cash flow é fundamental para financiar o crescimento, remunerar o capital investido e preservar a flexibilidade estratégica da CIN.

Neste âmbito, a CIN estabelece como objectivos centrais:

- **Gerar free cash flow** de forma recorrente e significativa, representando uma percentagem elevada do EBITDA, suportada por disciplina no CAPEX, controlo do fundo de maneo e rentabilidade operacional.
- **Priorizar investimentos com retorno claro e mensurável**, alinhados com a estratégia de crescimento e eficiência.
- **Manter uma política prudente de gestão de capital circulante**, reduzindo a volatilidade do cash flow.

### Solidez financeira

A solidez financeira é um elemento estruturante da ambição estratégica da CIN. Para o efeito, a CIN define como prioridades:

- **Manter um rácio Net Debt/EBITDA compatível com uma posição financeira conservadora**, preservando capacidade de investimento e de resposta a oportunidades de M&A.
- **Reforçar progressivamente a autonomia financeira** por meio do crescimento dos capitais próprios e da geração recorrente de resultados.
- Manter o acesso diversificado a fontes de financiamento, em condições competitivas, reduzindo riscos de liquidez e dependência de curto prazo.

Estas ambições estratégicas reflectem a vontade da CIN em crescer de forma equilibrada, sustentável e financeiramente responsável.

A combinação de crescimento orgânico sólido, aquisições selectivas, investimento nas pessoas, foco na sustentabilidade e disciplina financeira permitirá reforçar a posição da CIN como referência ibérica e europeia no setor de tintas e vernizes, assegurando a criação de valor duradouro para acionistas, colaboradores, clientes e restantes stakeholders.



## 4.2 Pilares de Transformação

A transformação da CIN assenta na convicção de que crescer de forma sustentável exige mais do que ambição — exige **visão, disciplina e capacidade de evoluir continuamente**. Num contexto de mudança acelerada e num cenário macroeconómico pautado pela incerteza, a CIN definiu **quatro pilares de transformação** que orientam a sua acção e suportam a execução da estratégia, reforçando a competitividade, a resiliência e a criação de valor no longo prazo.

Estes pilares evidenciam como a CIN **transforma e acrescenta valor**: elevando a **excelência operacional**, impulsionando a **inovação e o desenvolvimento tecnológico**, valorizando as **pessoas e a cultura** como motores do futuro e integrando, de forma responsável, a **sustentabilidade e o impacto** no centro das decisões do negócio. Em conjunto, constituem a base sobre a qual a CIN continua a alicerçar crescimento, relevância e liderança.

### 4.2.1 Eficiência e Excelência Operacional

A procura contínua pela eficiência, qualidade e inovação tem permitido à CIN reforçar a robustez da sua operação e responder de forma ágil às exigências dos mercados e dos clientes. Através de investimentos consistentes na modernização de processos, na integração de tecnologias avançadas e na melhoria contínua da organização industrial e logística, a CIN tem vindo a elevar os seus padrões operacionais, consolidando uma posição de referência no sector e criando bases sólidas para um crescimento sustentável no longo prazo.

Entre os diversos projetos de investimento orientados à optimização industrial, destacam-se iniciativas que reflectem uma utilização mais eficiente e responsável dos recursos, bem como a crescente digitalização dos processos operacionais, incluindo a adopção de soluções inovadoras — como a gamificação aplicada à gestão operacional diária — que traduzem uma aposta clara na inovação, na ecoeficiência e na melhoria do desempenho organizacional.

A CIN foi pioneira na adopção de metodologias de excelência operacional, nomeadamente Kaizen, Six Sigma e Lean, tendo registado melhorias significativas e incrementais em várias unidades produtivas, com impacto directo na produtividade, na qualidade e na eficiência dos processos.



### Key Figures 2025:

- Realização de mais de **390 workshops no gemba (no terreno)**, com equipas dedicadas a definir, numa base semanal, planos estruturados de melhoria;
- Registo de mais de **950 sugestões de melhoria**, apresentadas por mais de **150 colaboradores**;
- Encerramento de mais de **600 ações de melhoria**;
- Conclusão de **6 Projetos de Melhoria A3**, focados na resolução de problemas de maior complexidade e impacto nos processos;
- **Poupança anual estimada de cerca de 70 mil euros** resultante de ações de melhoria contínua;
- **Poupança anual estimada de cerca de 105 mil euros** associada aos Projetos de Melhoria A3.

### CASE STORIES

#### Melhoria Contínua | Optimização de Processos Produtivos

No âmbito da melhoria contínua dos processos industriais, foi identificado um conjunto de desperdícios decorrentes do subaproveitamento de um equipamento de enchimento considerado crítico. Apesar do equipamento dispor de uma estação integrada de tamponamento, verificou-se que não se encontrava adaptada a todos os formatos de embalagem, originando processos manuais com conseqüente perda de performance.

O trabalho de diagnóstico realizado permitiu identificar e implementar duas medidas de rápida execução: o ajuste de um componente e a alteração do conjunto de tampas, garantindo a compatibilidade total com o sistema automatizado.

As melhorias implementadas resultaram num aumento de performance de 68% nos enchimentos afectados e numa redução do custo de material de embalagem, traduzida numa poupança anual estimada de cerca de 26 mil euros.

#### Melhoria Contínua | Adaptação a Requisitos Legais e Eficiência Operacional

A actualização contínua dos requisitos legais implica, frequentemente, ajustes operacionais relevantes. A obrigatoriedade da inclusão do código UFI na rotulagem, implicou a aplicação de uma etiqueta adicional em todas as embalagens abrangidas, com impacto negativo na performance das linhas de rotulagem off-line.

Como resposta, foi proposta e implementada a substituição de um modelo de embalagem retangular por outro circular, o que permitiu a rotulagem em equipamentos com níveis de cadência significativamente superiores.

Para além dos ganhos económicos associados ao custo do material e ao nível de serviço da rotulagem, esta melhoria traduziu-se num aumento de 53% na performance do processo de rotulagem, bem como em benefícios adicionais no nível da ergonomia, da qualidade final da rotulagem e da fiabilidade operacional.

#### Projeto A3 | Gamification no Armazém de Matérias-Primas

Após a implementação bem-sucedida do conceito de gamificação no armazém logístico, em 2025 a CIN introduziu esta abordagem no armazém de matérias-primas, com o objectivo de aumentar a produtividade através do reforço do envolvimento e da motivação dos colaboradores.

No âmbito deste projecto, foram definidos indicadores de desempenho SMART para as principais operações, permitindo que todos os colaboradores contribuíssem para a concretização dos objectivos. O desempenho individual era traduzido na atribuição de uma moeda virtual, culminando numa competição interna com objectivos claros e previamente definidos pelas equipas.

Para os colaboradores, o projeto trouxe maior reconhecimento e visibilidade do seu trabalho, objectivos claros, reforço do espírito de equipa e aumento generalizado da motivação. Operacionalmente, registou-se um aumento de 13% na performance da secção, confirmando o impacto positivo da iniciativa na eficiência logística.

**Este compromisso com a inovação, a excelência operacional e a melhoria contínua está profundamente enraizado no ADN da CIN e constitui um dos fatores-chave que tem impulsionado o seu crescimento e evolução, consolidando a sua reputação como uma referência no mercado de tintas e vernizes.**

## 4.2.2 Inovação, Investigação e Desenvolvimento

No seio do Grupo CIN, a Divisão Técnica emerge como um elemento-chave, impulsionando a inovação e o avanço tecnológico na organização. Composta por uma equipa de **180 técnicos especializados**, esta divisão desempenha um papel crucial na introdução de novos produtos, consolidando não apenas a posição da CIN no mercado, mas também a definição e estabelecimento de novos padrões de excelência nesta indústria.

Em 2025, a Divisão Técnica do Grupo CIN conduziu **80 projectos de I&D**, tendo testado aproximadamente **400 novas matérias-primas**, desenvolvido **2.800 novas formulações** e realizado **3.500 estudos de novas cores** para clientes.

Os produtos inovadores desenvolvidos pelo Centro de Investigação e Desenvolvimento da marca, reflectem a capacidade da CIN em adaptar-se às exigências dos seus clientes e do mercado. Desde soluções para a Construção Civil, Indústria e Protecção Anticorrosiva, cada produto destaca-se, não apenas pela sua qualidade técnica e inovação, mas também pela sua capacidade de impulsionar a CIN como uma marca de referência e qualidade internacional.

Em 2025, foram muitos os projectos desenvolvidos, com destaque para os seguintes:

### Revestimentos de Construção Civil:

- Estudo de cores para o novo catálogo “Interior Colour Collection”.
- Desenvolvimento de um novo verniz aquoso mate para a protecção e decoração de madeiras em interior (Movidur Super Mate).
- Conclusão do estudo de um novo esma te acrílico aquoso brilhante para aplicação directa ao metal.



### Revestimentos Industriais:

- **Tintas em Pó**

- ◇ **72W00/72WB0** uma tinta em pó de poliéster termoendurecível a baixa temperatura com licença Qualicoat classe 2, para aplicação em alumínio para arquitectura.
- ◇ **72C70** uma tinta em pó de poliéster termoendurecível a baixa temperatura com licença Qualicoat classe 1, para aplicação em alumínio para arquitectura
- ◇ Desenvolvimento e produção do **primeiro revestimento em pó ao abrigo do conceito de mass balance**, materializando a integração de matérias-primas certificadas, com incorporação de materiais de origem Bio, em processos industriais consolidados.

- **Tintas Líquidas:**

- ◇ Desenvolvimento de um sistema tintométrico para o produto Cinidrol S510, uma tinta aquosa de poliuretano para protecção de equipamentos e máquinas industriais).

### Revestimentos de Protecção Anticorrosiva:

- Conclusão da modificação e melhoria do **71900 C-Therm W900**, um revestimento intumescente aquoso para a protecção contra o fogo de estruturas de aço.

Para além do desenvolvimento de novos projectos, a CIN mantém uma **tradição sólida de colaboração activa com instituições académicas de referência**, como a FCUP, FEUP, ISEP, UA e UM. Este compromisso duradouro testemunha o empenho contínuo em alcançar padrões de excelência e liderança inovadora.

Em 2025, os custos de **homologação e certificação** de vários produtos e esquemas de pintura em laboratórios externos atingiram 500 mil euros e os investimentos em novos equipamentos totalizaram 200 mil euros. No total, o investimento global

na Divisão Técnica foi de 11 milhões de euros, evidenciando o **empenho da CIN em fornecer produtos que atendam aos mais elevados padrões de qualidade e conformidade**.

Assumindo de forma clara o **compromisso com a sustentabilidade**, a CIN tem procurado utilizar materiais reciclados e explorar outros tipos de matérias-primas e processos.

Este trabalho exaustivo de investigação e de substituição de matérias-primas nocivas sem comprometer o desempenho dos produtos demonstra, de forma clara e inequívoca, o caminho da CIN em direcção ao desenvolvimento de produtos mais seguros e sustentáveis, alinhando-se com as melhores práticas científicas, ambientais e legais.

## 4.2.3 Pessoas, Cultura e Futuro

**A CIN acredita que a cor que dá ao mundo começa dentro de portas.**

O sucesso e a liderança de mercado da marca são o reflexo directo da energia e do compromisso das suas equipas e de uma gestão de talento que se traduz em indicadores sólidos. Num sector em constante evolução, **as pessoas são o motor da inovação**, permitindo antecipar necessidades e minimizar a pegada ambiental.

A estratégia de valorização do capital humano assenta em **pilares sólidos de atracção e retenção**, combinando o investimento no desenvolvimento de competências com uma cultura de bem-estar e um propósito partilhado.

Em 2025, reafirmou este compromisso com **15 227 horas de formação** focadas em Desenvolvimento Pessoal e Soft Skills, promovendo simultaneamente um **ambiente inclusivo e colaborativo** que valoriza a integração de diferentes gerações e incentiva a **mobilidade interna**, conciliando o conhecimento acumulado com novas perspectivas.

O ano de 2025 marcou avanços relevantes na estratégia de gestão de talento, com a integração de componentes estruturantes de sucessão e mobilidade. Esta evolução permite uma **gestão de carreira mais personalizada**, assegurando percursos de crescimento sólidos e sustentáveis

Actualmente, 29% dos cargos estratégicos ou de gestão são ocupados por mulheres e a lealdade das equipas reflete-se na antiguidade média de 12 anos, um indicador de estabilidade e confiança.

De igual forma, dinâmica internacional da CIN materializou-se na concretização de 11 mobilidades, vertente que a marca pretende aprofundar para apoiar os objectivos de expansão através do desenvolvimento do talento interno.

Complementarmente, o **equilíbrio entre a vida pessoal e profissional** traduziu-se em acções concretas, nomeadamente através do reforço do pacote de benefícios

sociais para apoiar as famílias em momentos decisivos, com um aumento de 10% nos valores de apoio à natalidade e à educação. Este reforço abrange o Kit Bebé (composto por um voucher monetário e um conjunto de produtos de puericultura), bem como os apoios para creche e 1º e 2º ciclos. Para a CIN, este compromisso com a **conciliação e a estabilidade das equipas é um pilar que sustenta a sua longevidade**.

Estas iniciativas reforçam uma visão de futuro assente na convicção de que a principal vantagem competitiva da CIN reside no talento das suas pessoas. Ao equilibrar a solidez da experiência e do legado centenário com a agilidade de novas perspectivas, a CIN continuará a ser não apenas uma empresa líder de mercado, mas um espaço de pertença e crescimento. Em cada projecto e em cada geografia, são as pessoas que promovem a identidade da marca e pintam o sucesso dos próximos anos.

**DESTAQUES:**





## 4.2.4 Sustentabilidade e Impacto

Na CIN, a sustentabilidade é mais do que um compromisso — é uma filosofia que orienta, e sempre orientou, cada decisão e cada acção. Cientes da responsabilidade para com o ambiente, as comunidades em que opera e as futuras gerações, a CIN tem vindo, a implementar medidas concretas que promovem a eficiência energética, a gestão responsável dos recursos naturais e a eco-eficiência dos seus produtos.

A transição para uma economia de baixo carbono tem impulsionado a evolução de um quadro regulatório europeu cada vez mais abrangente e exigente. Nos últimos anos, de forma a cumprir com os objectivos estabelecidos pela União Europeia no âmbito do Acordo de Paris, a Comissão Europeia tem estabelecido um conjunto de requisitos e iniciativas em diversos domínios, desde a descarbonização, a gestão eficiente de recursos, devida diligência nas cadeias de valor e o reporte sobre informações de sustentabilidade. Este enquadramento vem permitir não só elevar os níveis de transparência e qualidade da informação divulgada, como também responder às expectativas crescentes de investidores, reguladores e demais stakeholders, reforçando a necessidade de as empresas integrarem critérios ESG na gestão e nos seus processos estratégicos.

Neste contexto, a CIN encontra-se actualmente a desenvolver o seu processo de reporte de sustentabilidade de acordo com as exigências regulatórias europeias, nomeadamente em conformidade com os requisitos estabelecidos pela Diretiva 2022/2464 - Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD), através dos European Sustainability Reporting Standards (ESRS).

Este processo teve início em 2025 com o desenvolvimento da Análise de Dupla Materialidade, através da qual foi possível identificar os temas de sustentabilidade materiais que devem orientar as prioridades estratégicas da CIN. Este processo iniciou com uma análise de contexto do sector, da qual resultou um conjunto de impactos, riscos e oportunidades (IRO) que foram posteriormente avaliados por especialistas internos da CIN através de critérios específicos, definidos em conformidade com os requisitos dos ESRS. Para complementar a análise, foi realizada uma auscultação aos principais stakeholders do grupo, com o objectivo de avaliar a sua percepção sobre o impacto da CIN nas questões de sustentabilidade.

No final, resultou um conjunto de 23 IRO materiais, correspondentes aos seguintes temas ESG materiais:

Ambiente	Social	Governance
Alterações climáticas (ESRS E1)	Mão de obra própria (ESRS S1)	Conduta empresarial (ESRS G1)
Poluição (ESRS E2)	Trabalhadores na cadeia de valor (ESRS S2)	
Utilização dos recursos e economia circular (ESRS E5)	Consumidores e utilizadores finais (ESRS S4)	

Em 2026, a CIN elaborará o primeiro relatório de sustentabilidade, com um primeiro alinhamento com a CSRD, incidindo sobre os 7 temas materiais acima descritos. Durante os próximos anos, a CIN pretende reforçar o rigor e a abrangência do seu reporte de sustentabilidade, em conformidade com as exigências regulatórias, acompanhando as melhores práticas de sustentabilidade e respondendo às expectativas dos seus stakeholders.

Em seguimento do reporte exigido pela CSRD, surge igualmente a necessidade de a CIN divulgar informação relacionada com a Taxonomia Ambiental Europeia. Neste contexto, ao longo de 2025, a CIN iniciou a análise da Taxonomia Ambiental Europeia às suas actividades, começando pela avaliação de elegibilidade, tendo, de seguida, identificado os critérios técnicos de “Contribuição Substancial” e de “Não Prejudicar Significativamente” associados a cada actividade elegível, encontrando-se fase de análise do seu alinhamento com estes critérios.

Paralelamente, está também a ser realizada a avaliação das Salvaguardas Mínimas, que consiste na verificação do cumprimento de critérios sociais relacionados com Direitos Humanos, Corrupção, Tributação e Concorrência Justa. Como parte deste processo, a CIN irá ainda identificar e calcular os valores dos KPIs da Taxonomia Ambiental Europeia (Volume de Negócios, CapEx e OpEx) associados a cada actividade elegível e/ou alinhada.

Ao nível da quantificação da Pegada de Carbono referente ao ano de 2025, a CIN encontra-se a actualizar e rever a metodologia de cálculo do seu inventário de emissões de Gases com Efeito de Estufa em alinhamento com o referencial internacional GHG protocol.

Este trabalho permitirá identificar as fontes materiais de emissão e suportará a monitorização anual e a melhoria contínua do alinhamento futuro com os requisitos regulamentares (CSRD) e a efectiva integração da temática climática no processo de gestão e reporte da organização.





# 5. DESEMPENHO E PERSPECTIVAS

Contexto macroeconómico	35
Desempenho global	40
Desempenho por segmento	49
Perspectivas futuras	58

# 5.1 Contexto macroeconómico

## 5.1.1 Visão Global

A economia mundial encerrou 2025 com um desempenho mais resiliente do que o antecipado, apesar de fragilidades crescentes e riscos descendentes. O crescimento global do PIB atingiu cerca de 3,2%, impulsionado por condições financeiras e políticas menos restritivas, e por um aumento do investimento em tecnologia associada a inteligência artificial. Contudo, o ambiente internacional foi condicionado pelo agravamento de barreiras comerciais, pela desaceleração da procura em economias avançadas e por novas tarifas implementadas pelos Estados Unidos da América (EUA).

A inflação continuou a descer de forma desigual, convergindo para níveis próximos de 2,1% em várias economias europeias, mas enfrentou pressões persistentes em países como os EUA, Japão, Brasil e Colômbia. Os mercados laborais mostraram sinais de moderação, embora os níveis de emprego se tenham mantido acima da média histórica.

Nas economias emergentes, o contexto foi misto, mas geralmente mais favorável, com um ambiente financeiro externo menos exigente devido à depreciação do dólar. No entanto, vários países permaneceram expostos a tarifas norte-americanas e vulnerabilidades em setores intensivos em comércio. As economias de rendimento

mais baixo continuaram a enfrentar dificuldades devido à redução da ajuda pública ao desenvolvimento. A África Subsariana cresceu perto de 4,1%, mas enfrentou condições de financiamento difíceis, inflação elevada e vulnerabilidades fiscais.

No conjunto, 2025 terá sido um ano de desaceleração moderada, mas não de rotura. O crescimento reduziu-se, mas manteve-se positivo; a inflação recuou, embora de forma heterogénea; o comércio global resistiu, apesar das tensões geopolíticas; e o sistema financeiro permaneceu estável, ainda que dependente de condições suscetíveis de reversão rápida. A capacidade de cada economia mitigar riscos comerciais, financeiros e fiscais continuará a ser determinante para a evolução da atividade global nos próximos anos.

Em síntese, 2025 foi um ano de desaceleração moderada: o crescimento reduziu, mas manteve-se positivo; a inflação recuou de forma heterogénea; o comércio global resistiu e o sistema financeiro permaneceu estável. A capacidade de cada economia mitigar riscos comerciais, financeiros e fiscais continuará a ser determinante para a evolução da atividade global nos próximos anos.

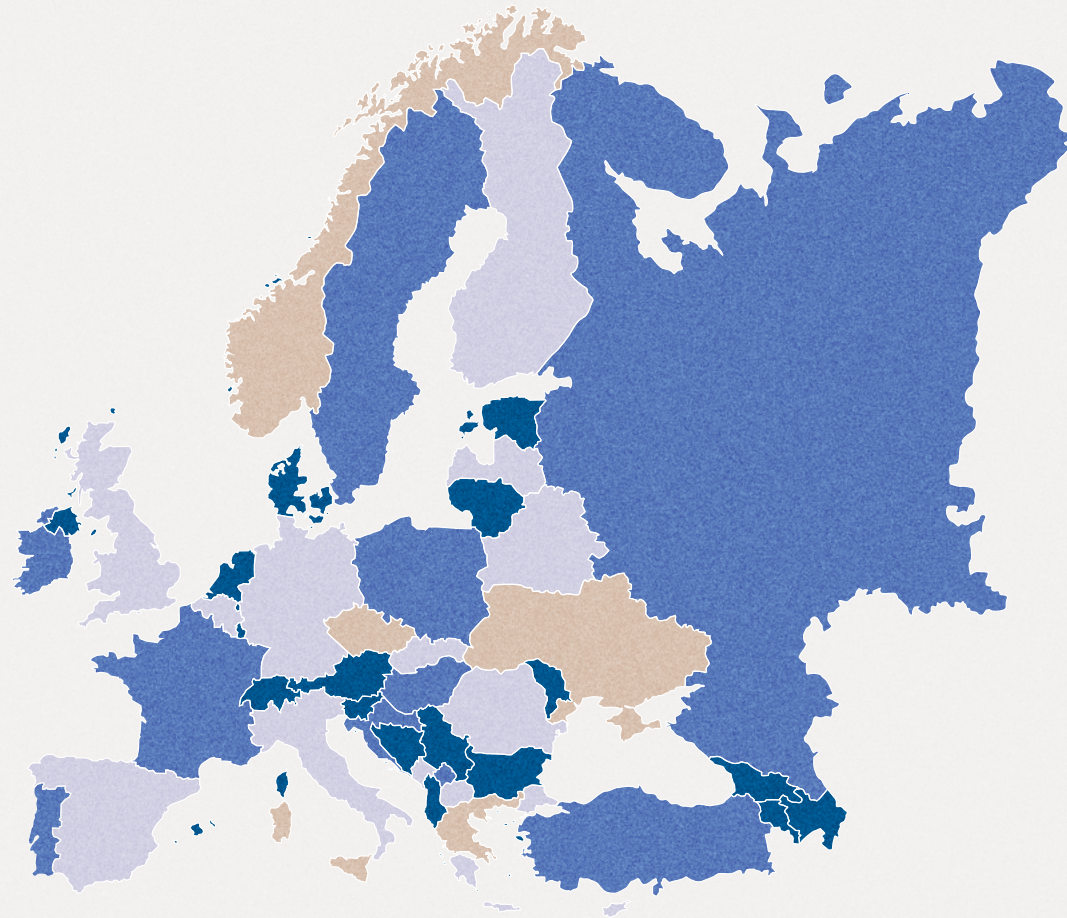
## 5.1.2 Zona Euro

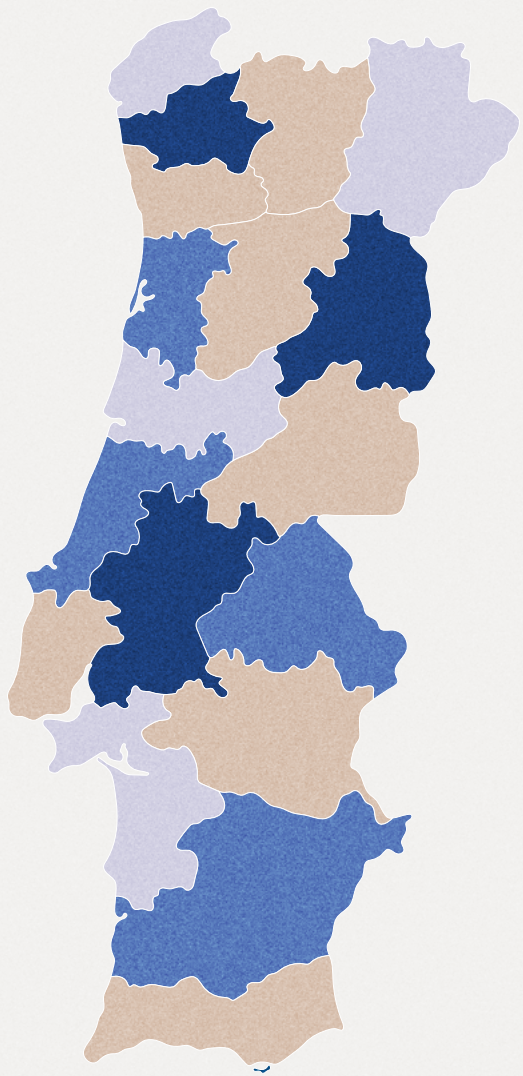
A economia da Zona Euro registou, em 2025, uma recuperação moderada, com um crescimento estimado de 1,3%. Este desempenho foi sustentado por condições financeiras favoráveis, pela execução de fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e por um mercado de trabalho resiliente. Contudo, a fraqueza da procura global e o aumento das tensões comerciais limitaram um crescimento mais robusto.

O desempenho foi heterogéneo: economias como Espanha e os Países Baixos apresentaram crescimentos mais sólidos (2,9% e 1,7%), enquanto França, Itália e Alemanha registaram evoluções mais contidas (0,8%, 0,5% e 0,3%), condicionadas pela incerteza interna e fragilidade externa.

O consumo privado desempenhou um papel importante em várias economias, apoiado pela recuperação do rendimento real das famílias e pela redução gradual da inflação, que rondou 2,1%, próxima da meta do BCE. O investimento público foi central, impulsionado por fundos europeus e prioridades estratégicas como a transição climática e digital. As exportações enfrentaram dificuldades devido à fraca procura externa e barreiras comerciais, afetando principalmente Alemanha e Itália.

Para 2026 e 2027, prevê-se que a economia da Zona Euro mantenha um ritmo de crescimento entre 1,2% e 1,4%, com inflação a convergir mais estavelmente para 2%.





### 5.1.3 Portugal

A economia portuguesa cresceu 1,9% em 2025, numa desaceleração moderada, mas ainda sustentada pelo dinamismo do consumo privado. Esta evolução foi influenciada por aumentos do salário mínimo, pela redução do IRS e por um mercado de trabalho resiliente.

A inflação desacelerou significativamente, situando-se perto de 2,1%, suportada pela normalização dos preços energéticos e moderação dos custos laborais. O investimento público desempenhou um papel determinante, com a execução de projetos PRR e o reforço de despesas estratégicas, compensando parcialmente a menor vitalidade do investimento privado.

O setor da construção destacou-se, com o Valor Acrescentado Bruto a aumentar 2% e o investimento em construção a crescer 7%. O licenciamento habitacional expandiu-se expressivamente (21,1%), e a contratação de empreitadas em concursos públicos aumentou cerca de 76%.

As exportações portuguesas enfrentaram um ambiente internacional desfavorável, mas a resiliência da procura externa por serviços e a diversificação geográfica das vendas amorteceram parte dos impactos.

Para 2026, prevê-se um crescimento próximo de 1,8% e uma inflação em torno de 1,9%.

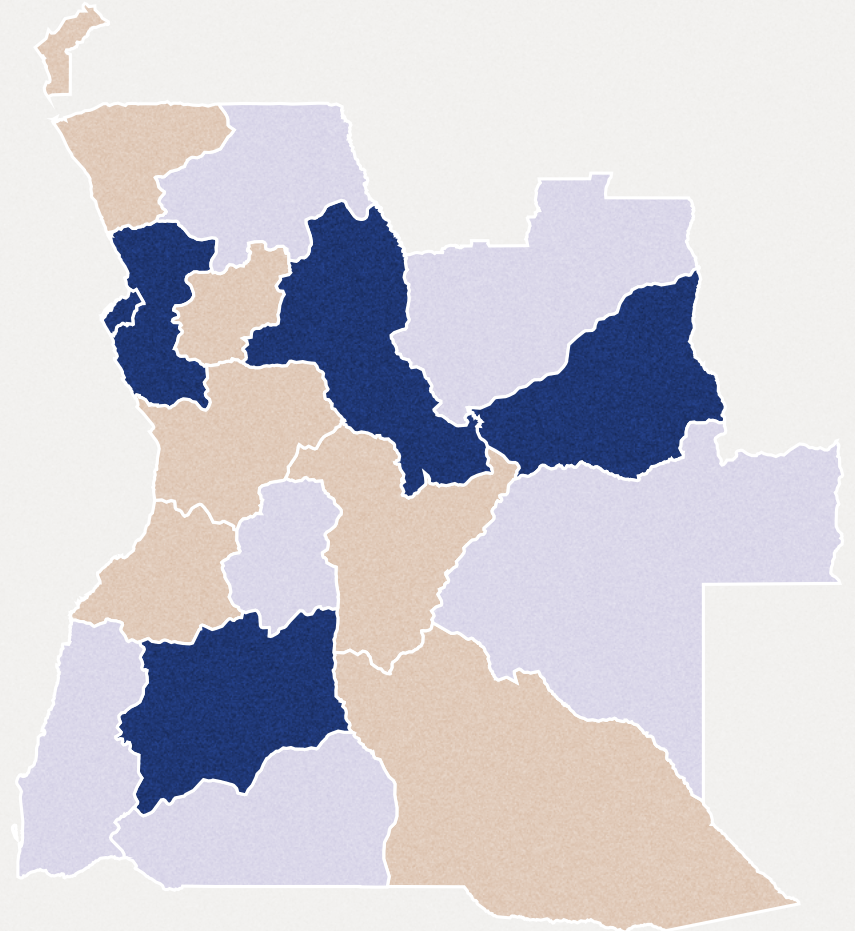
## 5.1.4 Angola

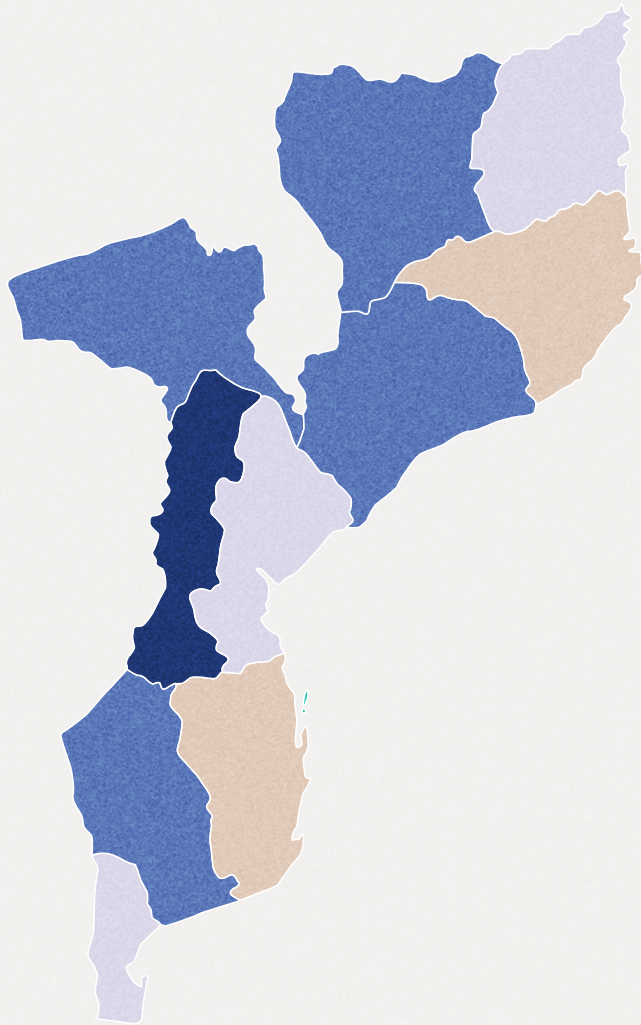
A economia angolana registou em 2025 um crescimento moderado, estimado em cerca de 2,1%, após um desempenho mais forte em 2024. Esta desaceleração refletiu a estabilização da produção petrolífera e a resiliência do setor não petrolífero.

A inflação seguiu uma trajetória claramente descendente, com uma média anual de cerca de 21,6%, mas o consumo privado permaneceu condicionado pelo nível ainda elevado dos preços. O investimento público continuou limitado pelo espaço fiscal reduzido e pelo peso do serviço da dívida, que estabilizou em torno de 62,4% do PIB.

As exportações permaneceram fortemente dominadas pelo petróleo, enfrentando um contexto de preços menos favorável e elevada volatilidade.

Para 2026, estima-se que o crescimento se mantenha próximo de 2,1% e que a inflação continue a descer.





## 5.1.5 Moçambique

A economia moçambicana registou um crescimento estimado de 2,5% em 2025, ligeiramente acima de 2024, mas ainda aquém da média regional. Esta evolução refletiu uma recuperação gradual condicionada por atrasos em projetos de gás natural e restrições financeiras internas.

A inflação permaneceu elevada, embora em desaceleração (14,2%), afetando o consumo privado. O investimento público foi limitado pelo alto nível de dívida pública, estimado em cerca de 54,3% do PIB, reduzindo o espaço para políticas expansionistas e financiamento de projetos de infraestrutura e serviços sociais.

As exportações permaneceram dependentes de recursos naturais e sujeitas à volatilidade dos preços internacionais.

Para 2026, prevê-se uma aceleração gradual do crescimento para cerca de 3,5% e uma redução mais significativa da inflação.

## 5.2 Desempenho global

*Nota prévia: As contas de 2025 não são integralmente comparáveis com as do exercício anterior, uma vez que o perímetro de consolidação passou a integrar, pela primeira vez, as empresas CIN Schaeppman, Profi Color, Color y Pintura e Patrício Castro. Adicionalmente, a performance operacional dos exercícios em análise encontra-se influenciada por movimentos não recorrentes, cujos efeitos foram expurgados no quadro e no texto seguintes.*

### Indicadores financeiros consolidados recorrentes

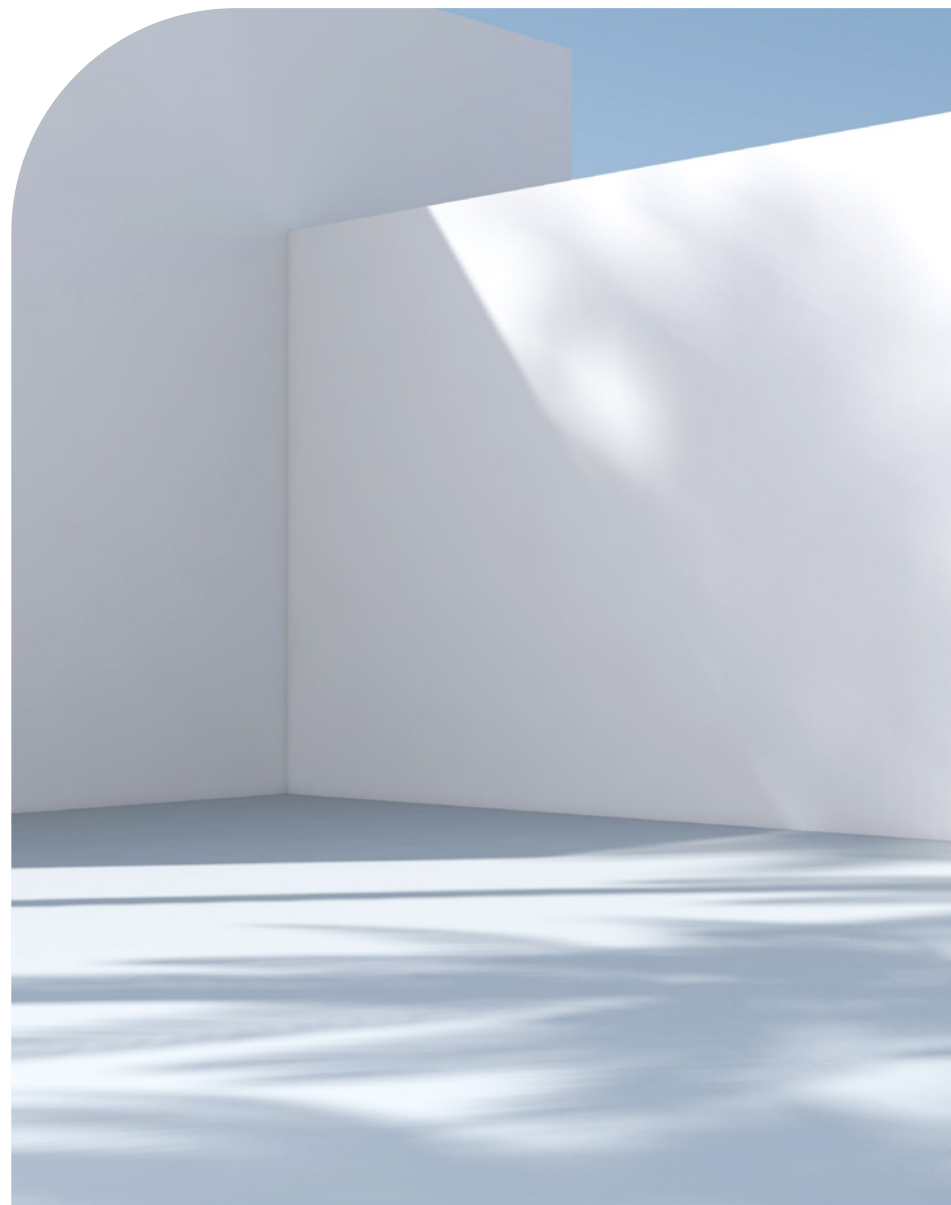
Rúbrica	Unidade	Consolidado		Variação % 25/24
		2025	2024	
Rédito	M€	447,6	400,3	11,8%
Margem bruta em valor	M€	245,1	217,2	12,8%
Margem bruta percentual	% e pp	54,8%	54,3%	0,5pp
Fornecimentos e serviços externos recorrentes	M€	75,2	68,5	9,8%
Custos com pessoal recorrentes	M€	98,7	82,7	19,3%
EBITDA Recorrente	M€	70,4	66,3	6,2%
EBITDA Recorrente / Vendas	M€ e pp	15,7%	16,6%	-0,8pp
Depreciações não recorrentes	M€	23,9	19,2	24,3%
Perdas por imparidade	M€	0,3	0,9	-66,8%
EBIT Recorrente	M€	46,3	46,2	0,1%
EBIT Recorrente / Vendas	% e pp	10,3%	11,5%	-1,2pp
Resultados não recorrentes	M€	-4,7	-3,0	59,6%
Clientes	M€	97,9	92,7	5,6%
Fundo de Maneio	M€	92,3	82,0	12,6%
Fundo de Maneio em dias de vendas	dias	75	75	0,5
Capex	M€	11,0	17,3	-36,7%
Free Cash Flow	M€	27,9	19,0	46,7%
Free Cash Flow / Ebitda recorrente (%)	%	40%	29%	11,0pp
Dívida Líquida	M€	128,3	108,9	17,8%
Dívida Líquida / Ebitda recorrente	rácio	1,8	1,6	11,0%
Capital empregue	M€	304,4	279,9	8,8%

O **volume de negócios** consolidado da CIN ascendeu a **447,6 milhões de euros**, o que representa um aumento de **11,8%** face a 2024. Este aumento resulta, em grande medida, do contributo das aquisições concretizadas, que, no seu conjunto, totalizaram 45,7 milhões de euros, mas também um crescimento de 0,4% no volume de negócios.

A **margem bruta** percentual manteve a trajectória de recuperação iniciada em 2023, atingindo 54,8% face aos 54,3% de 2024, beneficiando da continuidade da tendência de redução dos preços das matérias-primas. A margem bruta em valor cifrou-se em **245,1 milhões de euros**, um aumento global de 12,8% (vs. período homólogo) e, em termos comparáveis, de 3,3%. Esta evolução reflectiu-se favoravelmente em toda as unidades de negócio, com excepção dos segmentos de indústria líquida (fortemente impactado pela redução do volume de negócios em França) e de segmento de decorativos (afectado pela diminuição do volume de negócios em Itália).

O montante relativo a **fornecimentos e serviços externos** recorrentes registou um aumento global de **9,8%** (aumento comparável de 2,3%), em linha com as expectativas de inflação, embora superior ao crescimento do volume de negócios. Esta evolução concentrou-se maioritariamente em Espanha, onde o aumento da actividade foi mais expressivo, incidindo sobretudo em rubricas de natureza variável, como transporte de mercadorias, tratamento de resíduos e comissões. Em Portugal, registou-se um aumento global moderado, concentrado sobretudo nas rubricas directamente relacionadas com o volume de negócios, bem como em trabalhos externos associados a projectos na área das tecnologias de informação, sendo compensado pela redução dos custos de marketing e publicidade. Em Itália, este agregado também cresceu, apesar da quebra do volume de negócios, impulsionado pelo aumento das rubricas de serviços de logística e publicidade, sendo mitigado pela diminuição das comissões a agentes.

Os **custos recorrentes com pessoal** aumentaram **19,3%** (4,4% em termos comparáveis), em função de revisões salariais. Em Espanha, verificou-se um aumento relevante nesta rubrica, procedente quer das condições remuneratórias impostas pelo "convénio" da indústria química, quer pelo aumento do número de colaboradores, em função da expansão da rede de lojas nessa geografia.



Em França, registou-se uma redução expressiva nas rubricas de fornecimentos e serviços externos e custos com pessoal resultantes das medidas de reestruturação implementadas. Esta reorganização teve como objectivo adequar a estrutura de custos à dimensão da actividade, promovendo a integração produtiva em unidades mais eficientes, gerando sinergias operacionais e financeiras.

O **EBITDA recorrente** total do ano ascendeu a **70,4 milhões de euros** sendo margem de EBITDA, 15,7%. O EBITDA recorrente comparável cifrou-se em 66,9 milhões de euros, evidenciando um ligeiro aumento de 0,8% em relação a 2024, mantendo-se a taxa de rentabilidade face ao volume de negócios em 16,6%. As aquisições efectuadas no período tiveram um impacto positivo no EBITDA de 3,6 milhões de euros, reflectindo a ambição de crescimento da CIN, e as expectativas de reforço desse contributo à medida que as sinergias decorrentes das integrações sejam plenamente implementadas.

O montante de **amortizações e depreciações** comparáveis cresceu **4,9%**, essencialmente em Portugal espelhando os investimentos realizados nas áreas de operações e em sistemas de informação. As provisões e perdas por imparidade registaram uma redução de 0,6 milhões de euros, o que reflecte a reversão de montantes no âmbito da reestruturação das operações no mercado francês.

O **EBIT recorrente** global atingiu 46,3 milhões de euros, mantendo-se semelhante ao de 2024, com o contributo das empresas adquiridas em 2025 a registar um efeito ligeiramente negativo.

O resultado financeiro deteriorou-se em **-1,7 milhões de euros**. Considerando conjuntamente as operações de financiamento e os instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, o custo da dívida em Portugal registou uma ligeira redução. O nível médio de endividamento manteve-se estável entre os dois períodos, observando-se uma diminuição moderada do respectivo custo. Este resultado foi ainda influenciado pela redução de 800 mil euros nos dividendos recebidos pela participação na Media Capital. Em Itália, registou-se um acréscimo de custos financeiros de 1 milhão de euros, decorrente da integração da rede de lojas Profi Color (800 mil euros).

Os resultados não recorrentes de -4,7 milhões de euros, que representam uma redução relevante face a 2024 referem-se essencialmente aos montantes de custos com indemnizações (-2,1 milhões de euros), enquadradas em processos de reorganiza-

ção do quadro de pessoal e indemnizações por reforma, assim como a custos com diferenças cambiais (-1,9 milhões de euros) resultantes da desvalorização cambial do kwanza e do metical, e ainda a montantes dispendidos em projectos de M&A, reestruturações de sistemas de informação e societárias (-1,7 milhões de euros). Este valor incorpora um benefício extraordinário de 1,3 milhões de euros pela mais-valia obtida na venda de imóveis.

A estimativa de **imposto sobre os lucros** registou um aumento de **600 mil euros** em relação ao período homólogo, reflectindo efeitos distintos por geografia. Em Portugal, o acréscimo resulta da redução dos benefícios fiscais registados no exercício enquanto em Angola decorre do aumento da actividade e conseqüente melhoria dos resultados operacionais. Em sentido inverso, Itália registou uma diminuição significativa da estimativa de imposto, como consequência directa da quebra dos resultados nesse mercado.

Neste contexto, o **resultado líquido do exercício** atribuível aos detentores de capital da empresa-mãe ascendeu a **26,0 milhões de euros**, representando uma diminuição de 3,7 milhões de euros (-12,5%) face a 2024.

### Posição Financeira:

O **total do Activo** atingiu **482,2 milhões de euros**, o que traduz um aumento de 45,6 milhões de euros face a 2024.

O **Activo não corrente** regista um aumento global de **23,6 milhões de euros**, totalmente justificado pela incorporação das empresas CIN Schaeppman e Profi Color, que, em conjunto, representaram 27,4 milhões de euros.

O **goodwill** aumentou **5,7 milhões de euros**, resultante dos processos de alocação do preço de aquisição da CIN Schaeppman por 0,8 milhões de euros, da Profi Color por 3,8 milhões de euros e da Color y Pintura por 1,2 milhões de euros.

O **Capex** ascendeu a **11,0 milhões de euros**, o que representa uma redução significativa face a 2024. Os investimentos no corrente exercício concentraram-se em projectos relativos à área de operações, seja pela finalização das fases 2 e 3 do projecto de revamping da fábrica da Maia, seja por investimentos na unidade produtiva em Itália. Mantiveram-se ainda investimentos expressivos na expansão da rede de lojas próprias e na renovação do parque de máquinas tintométricas. De salientar, ainda, investimentos significativos em sistemas de informação, nomeadamente em cibersegurança, ERP, business intelligence e enterprise performance management.

Os **activos intangíveis** cresceram **5,5 milhões de euros** e, para além dos investimentos realizados em tecnologias de informação, destaca-se também o montante de 1,2 milhões de euros incorporado pela CIN Schaeppman relativo à propriedade intelectual e o de 3,0 milhões de euros atribuído à carteira de clientes da Profi Color, a amortizar em 18 anos, na sequência do processo de alocação do preço de aquisição.

Globalmente, os **activos fixos tangíveis** registaram um aumento de **5,4 milhões de euros**, reflectindo a incorporação da CIN Schaeppman, que representou um acréscimo inicial de 9,6 milhões de euros, em virtude da propriedade dos imóveis onde desenvolve a sua actividade. Deste montante, 5,1 milhões de euros correspondem ao custo de aquisição e 4,5 milhões de euros resultam da avaliação ao justo valor realizada no âmbito da aquisição.

Os **direitos de uso** aumentaram 6,8 milhões de euros, reflectindo a incorporação da Profi Color, cujo reconhecimento inicial ascendeu a 9,4 milhões de euros, resultante de contratos de locação, que incluem, para além de equipamentos de transporte, 14 superfícies comerciais.

A redução verificada na rubrica de **investimentos em associadas** decorre da alienação da participação financeira de 30% que a Boero, em Itália, detinha na Chugoku-Boat.

O **fundo de maneo** aumentou **10,3 milhões de euros** espelhando os montantes incorporados através de aquisições, que totalizaram 12,2 milhões de euros, com destaque para a Profi Color, cuja contribuição ascendeu a 9,7 milhões de euros. Não obstante este aumento nominal, o indicador de fundo de maneo em dias de vendas manteve-se estável nos 75 dias.

Por rúbrica, destacam-se as variações em **inventários e fornecedores**. Os inventários registaram um acréscimo de 17,2 milhões de euros, dos quais 10,7 milhões de euros decorrem de aquisições. Em sentido contrário, em França, em consequência da retracção da actividade, e em Moçambique, devido a restrições na transferência de divisas, registou-se uma redução no valor dos inventários. O montante a pagar a fornecedores aumentou 12,3 milhões de euros, reflectindo o impacto da incorporação das aquisições realizadas no período (8,1 milhões de euros), bem como acréscimos registados em Portugal, Itália e Espanha. Em França, observou-se uma diminuição desta rubrica, em linha com a desaceleração da actividade.

O **free cash flow** registou uma evolução muito positiva, atingindo **27,9 milhões de euros**

(40% do EBITDA recorrente), um crescimento de 8,9 milhões de euros face a 2024. Este desempenho robusto assenta não apenas no crescimento do EBITDA, mas sobretudo na redução do Capex, e na diminuição do investimento em fundo de maneo.

A **dívida líquida** totalizou **128,3 milhões de euros**, representando um aumento de 10,3 milhões de euros face a 2024, justificado pelos investimentos financeiros realizados no período. Este aumento concentrou-se sobretudo em Itália, onde a dívida líquida aumentou 23,6 milhões de euros, dos quais 15,5 milhões de euros estão associados à aquisição da Profi Color. Em consequência, o rácio dívida líquida/EBITDA aumentou ligeiramente para x1,8, mantendo-se em níveis sólidos, o que proporciona à CIN margem de manobra para continuar a explorar oportunidades de crescimento.

Relativamente à maturidade, a componente **financiamentos não correntes** diminuiu **-26,5 milhões de euros**. Esta variação resulta, sobretudo, da reclassificação para passivo corrente de um empréstimo obrigacionista no montante de 45 milhões de euros, com vencimento em dezembro de 2026. Em sentido contrário, registou-se um aumento do endividamento das empresas em Itália, associado aos montantes dispendidos na aquisição da Profi Color e à dívida incorporada dessa entidade, bem como ao reforço da utilização das linhas de papel comercial disponíveis.

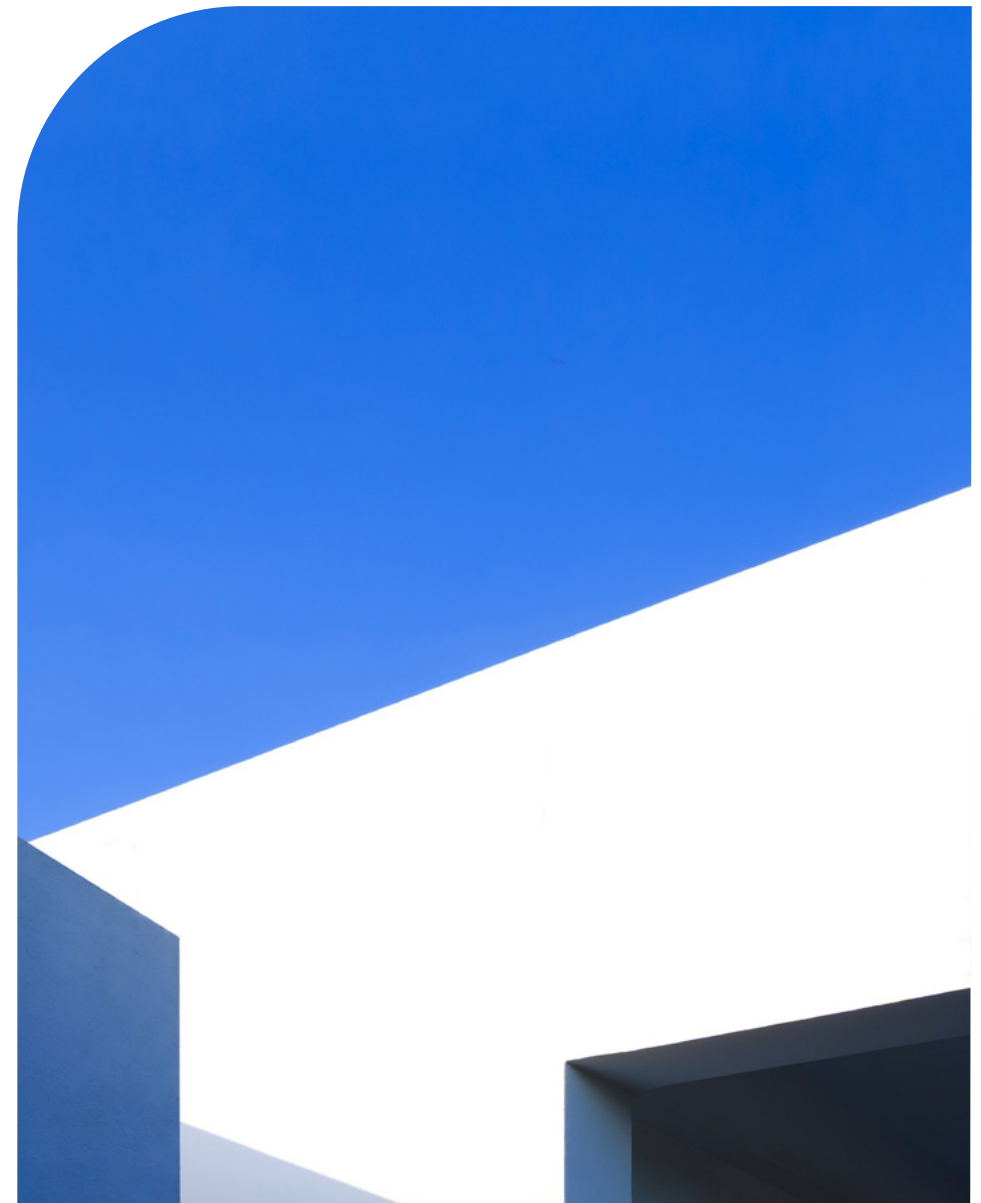
Os **financiamentos correntes** cresceram **36,2 milhões de euros**, reflectindo a reclassificação para curto prazo do empréstimo obrigacionista de 45 milhões de euros já referido. Para este aumento contribuíram ainda a incorporação de financiamentos correntes da Profi Color, no montante de 6,2 milhões de euros, e o acréscimo de 2,5 milhões de euros na utilização de empréstimos bancários pelas restantes empresas em Itália. Em sentido contrário, registou-se o vencimento de um empréstimo obrigacionista de 15 milhões de euros e uma redução de 2,5 milhões nas utilizações dos programas de papel comercial de curto prazo.

Os **passivos de locação** registaram um crescimento significativo de **6,9 milhões de euros**, sendo grande parte deste montante atribuído à Profi Color (7,7 milhões de euros) pelas verbas decorrentes dos contratos de arrendamento de superfícies comerciais.

Relativamente às restantes componentes do passivo, de realçar a rubrica outros **passivos não correntes**, que regista um aumento de 3,0 milhões de euros, e que incorpora um passivo de 3,7 milhões de euros associado à opção de compra sobre os interesses não controlados da Profi Color e mensurado pelo valor presente do respectivo preço de exercício. Os impostos diferidos passivos aumentam 1,8 milhões de euros, para os quais a CIN Schaeppman contribui com 1,5 milhões de euros, decorrentes da atribuição do justo valor aos activos fixos tangíveis no âmbito do processo de alocação do preço de aquisição.

As **outras dívidas a terceiros** correntes aumentaram **10,3 milhões de euros** por via do montante de dividendos aprovados no período e por liquidar.

Os **capitais próprios** atribuíveis aos accionistas da empresa-mãe totalizam **161,1 milhões de euros**, evidenciando um aumento significativo face a 2024. Este valor reflecte o resultado do período (+26,0 milhões de euros), a distribuição de dividendos (-10 M€), incorporando também os impactos negativos decorrentes da evolução cambial em Angola e Moçambique (-1,7 milhões de euros), as reservas de cobertura de risco de taxa de juro (-0,2 milhões de euros) e da reserva associada à aquisição dos interesses não controlados na Boero (-1,9 milhões de euros).





## Fluxos de Tesouraria

Os **fluxos de tesouraria** ascenderam a **55,5 milhões de euros** provenientes das actividades operacionais e representando um acréscimo de 10,7 milhões de euros face a 2024. O contributo das empresas adquiridas foi de 4,3 milhões de euros, resultando, assim, numa melhoria em termos comparáveis de 6,4 milhões de euros. De destacar adicionalmente o desempenho positivo em Espanha, em linha com a evolução favorável da actividade nesse mercado.

As **actividades de investimento** registaram um aumento significativo de **39,4 milhões de euros** consubstanciando o enquadramento estratégico de crescimento por aquisições com destaque para a aquisição: de 16,7% dos interesses não controlados relativos ao grupo Boero (13,9 milhões de euros), de 60% da Profi Color (6,1 milhões de euros), da CIN Schaeplman (11,2 milhões de euros) e da Color Y Pintura (1,1 milhões de euros).

Os **desembolsos de tesouraria em activos fixos tangíveis e intangíveis** totalizaram **9,8 milhões de euros**, enquanto 1,7 milhões de euros foram aplicados em propriedades de investimento (imóvel de Leça da Palmeira enquadrado em contratos de locação de longo prazo de 2024).

Relativamente à componente de **recebimentos provenientes de actividades de investimento** destaca-se o montante relativo a investimentos financeiros, resultantes quer da alienação da participação financeira da Boero (Chugoku-Boat), quer do valor registado em activos fixos tangíveis (resultante da alienação de dois imóveis).

Relativamente às **actividades de financiamento**, registou-se um reforço das linhas de financiamento de 1,3 milhões de euros e pagamentos de encargos financeiros líquidos de recebimentos de operações de hedging (registados na rubrica de “Recebimentos de outras operações de financiamento”) de 7,2 milhões de euros, e ainda 10,2 milhões de euros de passivos de locação, verba que representa um aumento significativo face ao ano anterior, devido à incorporação da Profi Color. Dispenderam-se 0,6 milhões de euros de dividendos, tendo-se mantido no passivo a verba a pagar relativa à decisão de distribuição aprovada em Assembleia Geral.

## Aquisições concretizadas em 2025

Em janeiro de 2025, a CIN concluiu a aquisição da empresa Hempel Industrial B.V. com sede nos Países Baixos. Esta sociedade, redenominada **CIN Schaeppman** após aquisição dedica-se ao desenvolvimento, produção e comercialização de revestimentos industriais especializados e representou um volume de negócios de 12,4 milhões de euros. Esta aquisição constitui mais um passo relevante na estratégia de crescimento europeu, que permite solidificar a presença da CIN numa geografia de referência e estabelecer uma base sólida para a expansão e competitividade futuras.

Com controlo efectivo a partir de janeiro de 2025, a Boero Bartolomeo adquiriu 60% da **Profi Color**, empresa dedicada à distribuição de tintas e materiais de construção, operando 14 lojas localizadas na região nordeste de Itália. Integrada na aquisição da Delp, concretizada em 2024, esta operação reforça determinadamente a presença da CIN na distribuição directa neste território, garantindo mais de 20 pontos de venda e um volume de negócios conjunto de 43 milhões de euros.

Em julho de 2025, a CIN Pinturas e Barnices concluiu a aquisição de 100% da sociedade **Color y Pintura** dedicada à distribuição de tintas e materiais de construção ligeiros, operando 4 lojas na zona de Valência, em Espanha. Esta sociedade foi fusionada na CIN Pinturas y Barnices no final do corrente exercício.

O contributo destas operações para os resultados apresenta-se no quadro seguinte

Rúbrica	Aquisições 2025
Rédito	45,7
Margem bruta em valor	20,8
Margem bruta percentual	45,5%
Fornecimentos e serviços externos recorrentes	5,1
Custos com pessoal recorrentes	12,4
EBITDA Recorrente	3,6
EBITDA Recorrente / Vendas	7,8%
Depreciações e Amortizações	3,7
Perdas por imparidade	0,2
EBIT Recorrente	-0,4
EBIT Recorrente / Vendas	-0,8%
Resultados não recorrentes	-0,3

## Relatório & Contas 2025

Ainda em 2025, a CIN concluiu a aquisição da sociedade **Patrício Castro**, Lda, revendedor exclusivo na zona de Guimarães, Portugal, com 2 lojas. Esta empresa foi fusionada na CIN em setembro. Dada a imaterialidade desta actividade, o seu contributo para o consolidado não foi incorporado no quadro acima.

A reconciliação dos valores não recorrentes por natureza é a seguinte.

	31/12/2025	31/12/2024
Outros proveitos operacionais	5 028 048	4 708 134
<i>dos quais não recorrentes</i>	<i>1 388 662</i>	<i>882 526</i>
Fornecimentos e serviços externos	76 928 807	69 714 818
<i>dos quais não recorrentes</i>	<i>1 744 179</i>	<i>1 233 077</i>
Custos com o pessoal	100 811 955	83 634 012
<i>dos quais não recorrentes</i>	<i>2 150 121</i>	<i>956 966</i>
Outros custos operacionais	6 666 409	5 178 560
<i>dos quais não recorrentes</i>	<i>2 221 463</i>	<i>1 648 407</i>



## 5.3 Desempenho por segmento

### 5.3.1 Construção civil e decorativos

O ano de 2025 iniciou-se de forma desafiante para o negócio de Construção Civil e Decorativos, com os primeiros meses a registarem uma quebra de vendas face ao período homólogo. Apesar deste arranque mais contido, a Unidade de Negócio recuperou o atraso na generalidade das geografias, com excepção de Itália. As vendas orgânicas diminuíram -2,2 milhões de euros (-1%) em relação ao ano anterior, no entanto, a aquisição da Profi Color, em Itália, permitiu atingir um volume de negócios de **264,4 milhões de euros**. As vendas neste segmento registaram um crescimento de **13%** face a 2024, reforçando a sua posição como o principal segmento da CIN.

Em **Portugal**, as condições climáticas adversas no início do ano e o constrangimento da falta de mão-de-obra disponível nos meses de clima favorável foram os principais entraves à evolução do negócio. Ainda assim, os esforços desenvolvidos permitiram alcançar um **crescimento de 3,4%** no mercado nacional. O mercado da reabilitação manteve-se como o principal motor de crescimento em Portugal, impulsionado pelas intervenções no parque habitacional, na hotelaria, na restauração e nos alojamentos temporários, confirmando a sua relevância estrutural para a evolução do segmento.

Em 2025, a CIN abriu **mais três lojas**, reforçando a sua presença directa e elevando para **88** o número de lojas próprias em Portugal. Em paralelo, foi promovida uma reorganização da equipa comercial, permitindo uma melhor adaptação aos desafios do mercado e revelando-se determinante para o crescimento alcançado e para o ganho de quota de mercado no território nacional.

O ano ficou igualmente marcado por um conjunto alargado de iniciativas que evidenciam a capacidade de inovação e o espírito empreendedor da CIN. Destaca-se o lançamento do novo catálogo **Interior Colour Collection**, uma selecção de **216 novas cores**, organizadas em três gamas cromáticas — **Essence, Natura e Chroma** — concebidas para responder a diferentes estilos e tendências na decoração de interiores. Assente num saber-fazer centenário na criação de cor e tendências, este catálogo afirma-se como um convite à transformação dos espaços, através de uma curadoria pensada para devolver expressão e identidade às paredes de cada casa.

Algumas obras de referência são o **Palacete dos Anjos**, o **Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian** e a **International Sharing School da Madeira**, onde se utilizou o **Cinoxano Mineral**, uma tinta especialmente desenvolvida para a reabilitação de edifícios históricos, conciliando o respeito pela memória do edificado com inovação e durabilidade. O interior da International Sharing School da Madeira foi pintado com **CIN Premium**, uma tinta 100% acrílica desenvolvida para cumprir elevados padrões de qualidade e desempenho em interiores. **VinylClean** foi escolhida para os empreendimentos **Zen Lumiar** e **Lantia**, ambos em Lisboa, bem como para a **Escola Secundária Manuel de Arriaga**, nos Açores, destacando-se pela sua elevada lavabilidade e acabamento mate. Já o sistema de isolamento térmico **CIN-k** foi aplicado nos Açores no **Aeroporto da Horta** e no **Delta Hotels by Marriott Azores**.

Entre as obras de referência de 2025 contam-se ainda o **Campo Novo**, em Lisboa, o **Hospital da Luz**, em Santarém, e o **Savoy Residence Monumentalis**, na Madeira — vencedor dos **Prémios do Imobiliário Expresso/SIC Notícias** na categoria de Construção Nova – Habitação — reforçando a visibilidade da marca CIN em projetos emblemáticos e de elevada exigência técnica.

Em **Espanha**, manteve-se a tendência de crescimento, com um **aumento de 4,7% no volume de vendas** face a 2024. O desempenho foi mais robusto no território continental, com um **crescimento de 5,6%**, enquanto nas Ilhas Canárias o **crescimento foi mais moderado, com 2,2%**.

O crescimento registado no canal de distribuição tradicional, nas lojas próprias e nas vendas directas na Península Ibérica foi suficiente para compensar a quebra verificada na distribuição moderna. Neste contexto, a expansão da rede de lojas próprias continua a assumir um papel estratégico neste território. O ano de 2025 ficou marcado pela abertura de **três novas lojas** em Espanha (Madrid, Lugo e Córdoba) e pela **aquisição de um distribuidor em Valência**, integrando mais quatro espaços comerciais na rede de lojas próprias da marca. O lançamento do **programa de fidelização ProPintor** na CIN Valentine reforça igualmente o compromisso e a aposta contínua neste mercado.

Nas Ilhas Canárias, o crescimento foi mais contido, mas reflecte positivamente as acções e os esforços desenvolvidos ao longo do ano. O reforço da equipa comercial, a remodelação das lojas próprias e o aumento da presença junto dos clientes distri-

buidores permitiram inverter a tendência de quebra de vendas observada no primeiro semestre, encerrando o exercício com crescimento das vendas e uma base reforçada para 2026.

Também em Espanha, a CIN esteve presente em diversas **obras de referência**, reforçando a visibilidade e a credibilidade da marca em projectos de elevada exigência técnica.

**Valón Pro600**, uma tinta de elevada opacidade, foi utilizada na construção de **1.500 habitações** na zona residencial **Parque Venecia**, bem como na pintura da **Residência Healthcare Minara-Delicias**, ambas em **Zaragoza**, e na reforma integral do **Hotel One 5\***. Esta intervenção em Ibiza contou ainda com a aplicação de **Valón Premium Fachadas** nas paredes exteriores, uma tinta de exterior de elevada durabilidade e resistência.

No âmbito de obras exteriores, destaca-se igualmente a escolha do sistema de isolamento térmico **CIN-k** para a pintura de **16.000 m<sup>2</sup> de fachadas** em **Novo Mesoiro**, na **Galiza**, bem como nos **Servicios Sociales de Linares**, em **Jaén**.





Por fim, **Valón Extramate** foi eleita para a pintura do **Hotel Mandarin Oriental**, em **Madrid**, reforçando a presença da CIN em projetos hoteleiros de elevada notoriedade.

Seguindo a tendência observada em 2024, o mercado italiano de **Construção Civil** registou em 2025 uma contração significativa (-10%). As marcas Boero, Attiva e Rovertech registaram, no mesmo perímetro de análise, uma quebra de **-9,4%** face ao ano anterior. O cancelamento definitivo dos incentivos governamentais à eficiência energética travou grande parte das obras de reabilitação, com impacto evidente nas vendas das categorias de **isolamento térmico e fachadas**. No canal de **distribuição moderna**, os níveis de vendas mantiveram-se globalmente alinhados com 2024.

Com o objectivo de contrariar a contração do mercado e promover o ganho de quota, foram lançados **novos produtos**, com enfoque especial em soluções para fachadas, reforçando o portefólio das marcas locais e alargando a cobertura a segmentos em que a presença era menos expressiva.

A CIN mantém a sua estratégia de crescimento no mercado italiano, apostando na **diversificação dos canais de venda** e no reforço das **vendas directas através de lojas próprias**. Na sequência da aquisição da **Delp** em 2024, a CIN avançou em 2025 com a aquisição da **Profi Color**, uma cadeia de distribuição de materiais de construção ligeiros no norte de **Itália**. Com esta operação, a CIN alargou a sua presença no mercado italiano, passando a contar com **23 lojas próprias**.

Esta aquisição teve um impacto positivo nas vendas neste território, que atingiram **113 milhões de euros** em volume de negócios (**+28%** face a 2024), ultrapassando o volume de vendas registado em Portugal, neste segmento.

A reestruturação do negócio de Decorativos no **mercado francês**, iniciada em 2024, refletiu-se numa redução do volume de vendas em 2025. Apesar da quebra face ao ano anterior, os resultados alcançados situaram-se acima dos objectivos definidos, evidenciando a eficácia da estratégia adotada e permitindo melhorar a rentabilidade do negócio nesta geografia.

Em África, o negócio de **Construção Civil** registou um crescimento transversal nas geografias onde a CIN opera, apesar de contextos macroeconómicos desafiantes.

Em **Angola**, apesar dos constrangimentos do mercado, a CIN registou um crescimento significativo do volume de negócios, tanto em moeda local como em euros (**+30,6%**). Este desempenho foi suportado pela reorganização e reforço da equipa comercial, pela abertura de uma nova loja em **Saurimo**, pela remodelação das lojas de **Benguela** e **Lobito**, pelo reforço da presença junto de novos distribuidores, nomeadamente em **Luanda**, e pelo lançamento local de novos produtos — **Cináqua CG300** e **Imperflex Fibras**, da gama de impermeabilização **CIN Aquastop**.

A marca CIN foi ainda seleccionada para diversas **obras de referência** no território angolano, entre as quais o **Centro de Eventos de Luanda**, o **Complexo Hospitalar Pedro Maria Tonha “Pedalé”** (Luanda), o **Estádio Nacional Vicílio António** (Uíge), o **Porto do Namibe** e o **Cine-Teatro do Namibe** (Namibe), o **Complexo Desportivo Para-Olímpico José Armando Sayovo** (Bengo) e a **Fábrica de Vacinas do Huambo** (Huambo).

Em Moçambique, o crescimento das vendas foi mais contido, fortemente impactado pelas dificuldades político-sociais nos primeiros meses do ano e pela acentuada escassez de divisas. Foram suspensos todos os investimentos previstos e descontinuada temporariamente a produção local de alguns produtos, afectando o fornecimento a clientes. O crescimento de **4%** foi ainda condicionado pela forte desvalorização do **Metical** face ao euro. A CIN manteve presença em projectos relevantes, nomeadamente **Micasa**, **VQ Corner** e **Maya Residence**, o que evidencia a continuidade do compromisso da marca com este mercado.

## 5.3.2 Indústria

A Unidade de Negócio de Indústria continua a ser uma aposta estratégica do grupo. Em 2025, destaca-se a **aquisição da CIN Schaeplman (anteriormente Hempel Industrial B.V.)**. Com um **volume de negócios de 12,4 milhões de euros** em 2025, esta operação permite consolidar a posição da CIN no mercado europeu e reforçar a ambição da marca em tornar-se líder global na indústria de tintas e vernizes. Com esta aquisição, superam-se os **100 milhões de euros de vendas** nesta unidade de negócios, com um **crescimento de 13,7%** em relação ao ano anterior. Os resultados são positivos quer no segmento das Tintas Líquidas (**+20,6%**), quer no segmento das Tintas em Pó (**+6,6%**).

No que respeita às **Tintas Líquidas**, a actividade da CIN em França foi amplamente afectada pela situação económico-social do país, traduzindo-se em quebras nesta geografia. Neste contexto, destacam-se os impactos negativos da quebra no mercado construção em França e na Europa central. Também o mercado de pintura para embalagens de cosmética e perfumaria sofreu uma baixa considerável após a COVID.

A recessão no centro da Europa (Alemanha, França) foi igualmente penalizadora para o mercado nacional da CIN onde estão localizadas unidades industriais, que suportam actividades no centro da Europa. A **aquisição da CIN Schaeplman** permitiu compensar estas perdas, com a expansão para os Países Baixos onde a CIN tinha até agora pouca penetração. a estratégia da CIN para este mercado baseia-se na diversificação da carteira de clientes e aumento da penetração nesta geografia e outras adjacentes.

2025 foi um ano desafiante por força do processo de integração colocado em marcha, que envolveu a implementação do ERP assim como a redefinição de processos internos. A CIN Schaeplman manteve posição em todos os clientes e conseguiu recuperar clientes.

Ainda assim, considerando a tendência de quebra verificada em 2025 nos mercados do centro da Europa, o 2º semestre de 2025 revelou já **sinais crescentes de recuperação** que se preveem ganhar força ao longo do ano de 2026. O mercado espanhol foi o que registou melhor performance no contexto desta unidade de negócios, com crescimentos próximos dos 10%, resultado de um consistente trabalho comercial.





O negócio de **Tintas em Pós** oferece soluções desenvolvidas especificamente para atender às necessidades únicas de cada cliente, garantindo a máxima eficiência e qualidade em diversas aplicações industriais. Com **49,1 milhões de euros** de vendas em 2025, esta unidade de negócios **registou um crescimento de 3 milhões de euros** em relação ao ano anterior. Em 2025 este negócio diversificou os seus mercados de actuação: Portugal, Espanha e Alemanha mantêm-se em destaque, mas o México surge logo após o top 3. Também em destaque esteve a obtenção das **novas licenças Qualicoat** classe 1 low bake acabamento brilhante e classe 2 ultramate. A CIN mantém o seu compromisso com a certificação, inovação e sustentabilidade, assegurando o cumprimento dos mais elevados **padrões internacionais de qualidade**.

As tintas em Pó da CIN continuam a marcar presença em edifícios de relevo do nosso país, nomeadamente o **Edifício residencial BOW** no Marquês de Pombal, em **Lisboa** ou o **Edifício Viva Office** na Zona Empresarial do **Porto**.

Esta presença expande-se além-fronteiras em projectos na Polónia, Alemanha, Bélgica, Países Baixos, Dinamarca, Costa Rica, México, Caraíbas e EUA.



### 5.3.3 Protecção Anticorrosiva

Em 2025, a Unidade de Negócio de Protecção Anticorrosiva registou um volume de negócios de **50,5 milhões de euros**, mantendo uma performance assinalável com **crescimento de 9,1%** em relação ao ano anterior. O mercado ibérico continua a ser o mais relevante para este segmento, representando mais de 75% do volume de negócio.

**Em Portugal**, o negócio apresentou um desempenho sólido, com crescimento de vendas de 3,9%, superior ao do mercado, num contexto global marcado por instabilidade e volatilidade da procura. Este desempenho resulta de um trabalho comercial intenso, aliado à abordagem diferenciadora, fortemente suportada pela vertente técnica. Destacam-se os investimentos contínuos em I&D, nomeadamente no desenvolvimento de sistemas de pintura mais competitivos, bem como na obtenção de novas certificações e homologações exigidas pelo mercado.

A **obtenção de homologações estratégicas**, a entrada em empresas-chave e a estabilidade da equipa comercial no território, foram também os motores de crescimento deste segmento no mercado espanhol. Este mercado apresenta-se muito dinâmico, com níveis elevados de investimento público e privado, reflectido no elevado número de projectos estruturais em desenvolvimento nesta geografia. A CIN não só aproveitou a oportunidade de crescimento do mercado, como também **consolidou sua presença em Espanha**, com a adjudicação de projectos de grande relevância, que se traduziram em ganhos consistentes de **quota de mercado**.

O reconhecimento da marca CIN e das suas soluções de **Protecção Anticorrosiva**, particularmente na **Península Ibérica**, tem sustentado a sua escolha para múltiplos projetos e obras de elevada complexidade técnica.

Na **protecção passiva ao fogo**, destacam-se, em 2025, a pintura da ampliação da nova **Fábrica da Mercedes-Benz** em Espanha (projeto iniciado em 2024), a pintura da fábrica de baterias do **Grupo Volkswagen** em **Sagunto**, a intervenção na **Estação de Atocha** em Madrid, e diversos pavilhões no **Porto de Aveiro**. Destaque ainda para a utilização de soluções que utilizam as certificações da **ACQPA** (Association for the Certification and Qualification of Anticorrosive Paint) para garantir que os sistemas de pintura e revestimentos aplicados em centrais nucleares cumprem **padrões rigorosos de protecção anticorrosiva e durabilidade**.

No domínio das **infraestruturas de betão**, foram obras de referência a manutenção regular dos túneis na **Ilha da Madeira** e a reabilitação e ampliação da **Ponte do Quinto Centenário** em **Sevilha**, uma intervenção emblemática e de elevada complexidade, concluída em 2025.

No sector de **Oil & Gas** destacam-se os projetos de pintura e renovação interior e exterior de tanques em Espanha e Portugal, com particular relevo para o **Projeto Moeve Picasso**, em **Huelva**, que envolve a construção da maior fábrica de biocombustíveis de segunda geração (2G) do sul da Europa.

Os projectos ibéricos nas áreas de edificação e anticorrosão são diversos e geograficamente dispersos. Em Portugal, merecem destaque a ampliação da **Amkor** e do **Porto Fashion Outlet** no **Mindelo**, o **M-ODU** no Porto, a fábrica da **Bosch** em Aveiro, as **Torres do Colombo** e os **Edifícios do Braço de Prata** em Lisboa, bem como o **Estádio do Juventude de Évora**. Em Espanha, salientam-se as intervenções nas estações de **Chamartín** e **Atocha** em Madrid, o **Estádio Nou Mestalla** em **Valência**, e a icónica estrutura em madeira das **Setas de Sevilha**.

No âmbito da **anticorrosão aplicada a edifícios**, a CIN colaborou ainda com clientes espanhóis em projectos internacionais, incluindo as obras de manutenção e expansão do **Estádio Gabriel Montpied**, em **Clermont-Ferrand**, reforçando a projecção internacional das soluções da marca.

No final de 2024, a CIN investiu no reforço da capacidade técnica da sua fábrica em **Angola**, permitindo a produção local de mais produtos de alto desempenho no segmento de **Protecção Anticorrosiva**. Esta evolução, aliada à obtenção de novas certificações — com destaque para a **Certificação ANPG**, que qualifica a CIN como fornecedor do sector **Oil & Gas** — e ao reforço comercial dedicado, resultou num crescimento de **52%** das vendas neste mercado. Em contraste, os mercados de **Moçambique** e **África do Sul** registaram quebras, fortemente condicionadas pela instabilidade política e social, mantendo-se ainda assim a presença da CIN em projetos relevantes, como o parque de combustíveis de **Xai-Xai**.

## 5.3.4 Yachting & Marine

O volume de negócios do **segmento Yachting** registou em 2025 uma **quebra ligeira (-1,5%)** em relação ao ano anterior. Esta redução decorre sobretudo do mercado francês onde as marcas se dedicam à venda de acessórios náuticos no segmento Distribuição. Este decréscimo foi compensado pelo crescimento no segmento de construção nova e manutenção na zona do Mediterrâneo. Os crescimentos mais significativos registaram-se em Itália, Espanha, Suécia e Croácia.

No sector náutico as actividades de marketing e comunicação concentraram-se em melhorar a visibilidade internacional da marca Boero YachtCoatings, com patrocínios de prestígio, como os que apoiam o «**Blue Carbon Project**», o **Balearic Yacht Forum** e o evento **Benetti Yacht Masters**, realizado em Marrocos. Além disso, a marca Veneziani Yachting beneficiou de actividades de patrocínio para barcos e regatas relacionadas com bricolage. Destacar também o acordo de patrocínio assinado no início de dezembro de 2025 com a Ferrari S.p.A. para apoiar o **Ferrari Hypersail Project**, que conta com a Boero como **patrocinadora técnica** de um veleiro de corrida da Ferrari que será lançado no verão de 2026.

No que respeita ao segmento de Marine, o valor de vendas mantém-se em linha com o do ano anterior, sendo residual no contexto do grupo. Em 2025, o grupo CIN alienou a sua participação de 30% na Chugoku-Boat Italy S.p.A.



## 5.4 Perspectivas futuras

2026 deverá caracterizar-se por um contexto económico e sectorial exigente, mas com oportunidades claras para empresas com escala, portefólio diversificado e forte capacidade industrial e tecnológica. Após um ciclo marcado por uma retração da indústria na Europa, incluindo o sector da construção, antecipa-se uma fase de crescimento moderado, ainda que com comportamentos diferenciados entre geografias e segmentos de negócio.

Neste enquadramento, CIN encontra-se bem posicionada para capitalizar a sua base industrial, beneficiando da proximidade aos mercados do sul da Europa e da crescente relevância dos segmentos industriais e de protecção anticorrosiva, sem descurar a defesa da sua posição no negócio de decorativos na Península Ibérica.

### Evolução esperada dos mercados

#### CONSTRUÇÃO CIVIL E DECORATIVOS *(Portugal, Espanha e Itália)*

O mercado de tintas decorativas deverá manter um perfil de crescimento moderado nos próximos anos, reflectindo a maturidade destes mercados. A evolução positiva será sustentada, sobretudo, por três vectores estruturais: **reabilitação urbana, eficiência energética e renovação do parque habitacional.**

Em Portugal, a dinâmica da reabilitação, associada à necessidade de novas habitações, continuará a ser um motor relevante da procura, com maior foco em soluções de elevada qualidade, durabilidade e desempenho térmico. Em Espanha, o mercado deverá manter um ritmo de crescimento superior à média europeia, impulsionado por projetos urbanos, turísticos e de renovação energética. Em Itália, um mercado estruturalmente maduro, persiste uma retração da procura, fortemente influenciada pelo fim dos incentivos públicos à eficiência energética em finais de 2024, embora subsistam oportunidades associadas à dinâmica do mercado imobiliário nos grandes centros urbanos.

Neste segmento, o desafio estratégico passará por **direccionar a proposta de valor a profissionais e consumidores mais exigentes**, valorizando a diferenciação, o desempenho e o serviço.

#### INDÚSTRIA E PROTECÇÃO ANTICORROSIVA *(Portugal, Espanha, França, Alemanha, Países Baixos e exportação para a América Latina)*

Os segmentos industriais e de protecção anticorrosiva deverão apresentar um **perfil de crescimento mais resiliente nos próximos anos**, beneficiando de tendências estruturais como a reindustrialização na Europa, a renovação de infraestruturas, a transição energética e o aumento dos requisitos de protecção e durabilidade dos activos.

Nos mercados da Europa Ocidental (França, Alemanha e Países Baixos), a procura deverá ser impulsionada por investimentos em infraestruturas, energia, transporte, indústria transformadora e manutenção de activos, favorecendo soluções de alto desempenho técnico, uma tendência que se tem vindo a observar desde o último trimestre de 2025. Na Península Ibérica, o crescimento será mais gradual, mas com oportunidades relevantes em estruturas metálicas, energia renovável, indústria ligeira e projectos de protecção anticorrosiva.

A exportação para a América Latina continuará a desempenhar um papel estratégico, permitindo à CIN diversificar o risco geográfico e capturar crescimento em mercados com necessidades significativas de protecção industrial e desenvolvimento de infraestruturas, ainda que com maior volatilidade macroeconómica (associada à proximidade com os Estados Unidos).

## PRODUTO E INOVAÇÃO

A inovação, seja através dos produtos, seja dos processos, continuará a ser um pilar central da competitividade da CIN nos próximos anos. Analisando as tendências, podemos destacar:



### **Sustentabilidade e conformidade regulatória,**

com aceleração da transição para produtos de base aquosa, baixo teor de VOC, matérias-primas alternativas e soluções alinhadas aos objectivos ambientais europeus diferenciadores;



### **Tintas em pó,**

com crescimento sustentado, impulsionadas pela eficiência energética, pela eliminação de solventes e pela crescente aceitação em aplicações industriais e arquitectura.



### **Revestimentos de protecção anticorrosiva,**

com foco no desenvolvimento contínuo das características dos sistemas intumescentes da CIN, na resistência anticorrosiva, na resistência a ambientes extremos e em soluções adaptadas a novos requisitos industriais, com propostas de valor baseadas no ciclo de vida do activo.

## Perspectivas de investimento

O período 2026–2028 deverá ser marcado por **projectos de investimento selectivo**, orientado para o reforço da eficiência operacional, da sustentabilidade e da capacidade nos segmentos com maior potencial de crescimento.

As prioridades de investimento da CIN materializam-se em projectos de **modernização, expansão e optimização do parque produtivo**. No segmento de Construção Civil e Decorativos, a modernização da estrutura industrial será prioritária, antecipando necessidades futuras de crescimento e ganhos de eficiência. No segmento de tintas em pó, estão igualmente previstos investimentos relevantes na expansão e modernização da capacidade produtiva, acompanhando a evolução estrutural da procura e contribuindo para a redução dos custos unitários.

A automação e digitalização de processos, tanto na produção como na logística, continuarão a ser prioridades da CIN nos próximos anos, antevendo impactos directos positivos na fiabilidade operacional e no serviço ao cliente.

## Oportunidades de crescimento externo e M&A

O contexto europeu de consolidação sectorial e de ajustamento de portefólios por parte de grandes operadores cria oportunidades relevantes de crescimento inorgânico. A estratégia de M&A da CIN manter-se-á selectiva e financeiramente disciplinada, privilegiando aquisições de reforço regional na Península Ibérica, nomeadamente em distribuição e nichos decorativos, bem como empresas especializadas em segmentos industriais que acrescentem tecnologia, certificações, acesso a clientes OEM ou presença em geografias-chave da Europa Ocidental.

## Principais riscos e factores críticos de sucesso

Apesar das perspectivas globalmente positivas, subsistem riscos relevantes, nomeadamente a incerteza quanto à evolução dos custos de matérias-primas, a pressão regulatória crescente, o contexto macroeconómico de alguns mercados, assim como a intensidade competitiva.

O sucesso em 2026 e nos anos seguintes dependerá da capacidade da CIN manter a protecção das margens através de eficiência operacional e gestão activa de custos. Para tal, há que manter a inovação contínua e a diferenciação através da criação de produtos de alto desempenho e eco-eficientes, reforçando a proximidade ao cliente profissional e industrial, mantendo uma disciplina financeira nos investimentos e aquisições, de forma a equilibrar crescimento, sustentabilidade e geração de valor a longo prazo.

Em síntese, as perspectivas para 2026 e anos seguintes apontam para um ambiente de crescimento moderado, mas estruturalmente favorável para uma CIN com escala europeia e um portefólio equilibrado entre segmentos de negócio. A combinação de foco estratégico, investimento selectivo, inovação contínua e crescimento inorgânico disciplinado deverá permitir consolidar a posição competitiva da CIN e reforçar a sua relevância nos mercados-chave, criando valor sustentável para todos os stakeholders.

## INFORMAÇÕES DIVERSAS

Dando cumprimento à legislação, nomeadamente, ao artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, informamos que:

- Não foram adquiridas ou alienadas acções próprias durante o exercício,
- Não existiram negócios entre a sociedade e os seus Administradores,
- Em 31 de Dezembro de 2025 não existiam sucursais.

## EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de fevereiro de 2026, a Pleso Holding B.V. concluiu a aquisição da participação de 2,5% detida pela Baía dei Saraceni S.r.l. no capital social da CIN, passando a deter a totalidade do capital social da sociedade.

No início de 2026, foi interposta contra a CIN uma acção declarativa de condenação sob a forma de processo comum, com pedido de condenação em indemnização de clientela e perdas e danos pela cessação de relações comerciais entre ambas as empresas. Esta nova acção segue o âmbito da acção já existente de 2025, já que foi interposta por uma sociedade pertencente ao mesmo grupo.

Relativamente aos processos executivos interpostos pela Autoridade Tributária contra a CIN, que têm por objecto a cobrança dos valores das liquidações adicionais por falta de retenções na fonte de IRC, em fevereiro de 2026 foi obtida pela CIN decisão arbitral favorável relativamente ao processo de 2019, tendo sido declarada a ilegalidade e determinada a anulação do acto de retenção na fonte de IRC daquele mesmo exercício.

## DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Declaramos nos termos e para os efeitos das obrigações legais e, designadamente, do disposto nos artigos 508-A e 508-C do Código das Sociedades Comerciais que, tanto quanto é do seu conhecimento o Relatório Consolidado de Gestão, as Demonstrações Consolidadas Financeiras e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, do activo, do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição desta Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, bem como uma descrição dos riscos e incertezas com que se defrontam.

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**João Manuel Fialho Martins Serrenho**  
Presidente

**João Luís Baldaque Da Costa Serrenho**  
Vice-Presidente

**Maria Francisca Fialho Martins Serrenho Bulhosa**  
Vogal

**Maria João Serrenho dos Santos Lima**  
Vogal

**Ângelo Barbedo César Machado**  
Vogal

**Fernando Jorge De Almeida Ferreira**  
Vogal

**Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro**  
Vogal

The image features a modern architectural scene with concrete structures against a sky with soft clouds. A large, dark, curved concrete element is on the left, and a lighter, horizontal concrete beam is below it. The text is positioned in the upper right quadrant.

# 6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## Relatório & Contas 2025

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
 (Montantes expressos em Euros)

<b>ACTIVO</b>	Notas	IAS/IFRS 31/12/2025	IAS/IFRS 31/12/2024
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Goodwill	7	33 726 760	28 043 992
Activos intangíveis	8	35 048 917	29 534 772
Activos fixos tangíveis	6	111 594 707	106 202 025
Propriedades de investimento	10	14 008 629	14 045 345
Investimentos em associadas	3	3 110 233	4 254 384
Outros activos financeiros	11, 13	7 062 190	7 056 518
Activos sob direito de uso	9	26 212 326	19 407 676
Activos por impostos diferidos	14	4 523 902	3 780 796
Outros activos não correntes	11, 15	1 721 255	1 107 595
<b>Total de activos não correntes</b>		<b>237 008 920</b>	<b>213 433 102</b>
<b>ACTIVOS CORRENTES:</b>			
Inventários	16	87 665 872	70 488 545
Clientes	11, 17	97 577 235	92 419 653
Outras dívidas de terceiros	11, 18	5 039 664	4 875 761
Imposto sobre o rendimento	28	3 859 143	1 745 347
Outros activos correntes	19	3 618 623	3 374 545
Outros activos financeiros	11, 13	6 196 673	6 608 731
Caixa e equivalentes de caixa	11, 20	41 229 174	43 642 476
<b>Total de activos correntes</b>		<b>245 186 384</b>	<b>223 155 059</b>
<b>Total do activo</b>		<b>482 195 304</b>	<b>436 588 161</b>

<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	Notas	IAS/IFRS 31/12/2025	IAS/IFRS 31/12/2024
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	21	25 000 000	25 000 000
Reserva legal	22	5 000 000	5 000 000
Reservas de reavaliação	22	2 758 445	2 758 445
Reservas de conversão cambial	22	(28 772 722)	(27 050 260)
Reservas de cobertura	22	(370 488)	(182 606)
Reservas de justo valor	22	155 285	135 409
Outras reservas		131 368 098	113 552 981
<b>Resultado consolidado líquido do exercício</b>		<b>26 003 682</b>	<b>29 704 390</b>
Capital próprio atribuível aos detentores de capital da Empresa-mãe		161 142 300	148 918 358
Interesses que não controlam	23	-18 839	12 328 316
<b>Total do capital próprio</b>		<b>161 123 461</b>	<b>161 246 674</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	11, 24	68 606 058	95 104 714
Passivos de locação	9, 11	18 435 658	13 454 349
Instrumentos financeiros derivados	11, 12	466 023	235 620
Responsabilidades com pensões	25	2 197 259	1 162 082
Provisões	30	1 739 484	1 384 610
Passivos por impostos diferidos	14	11 459 159	9 629 574
Outros passivos não correntes	11, 29	3 757 339	745 811
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>106 660 981</b>	<b>121 716 760</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	11, 24	80 367 083	44 169 860
Passivos de locação	9, 11	8 286 092	6 374 608
Fornecedores	11, 26	75 642 965	63 325 364
Outras dívidas a terceiros	11, 27	34 488 185	24 232 707
Imposto sobre o rendimento	28	2 313 124	1 660 472
Outros passivos correntes	11, 29	11 948 249	12 623 785
Provisões	30	1 365 165	1 237 931
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>214 410 862</b>	<b>153 624 726</b>
<b>Total do passivo e capital próprio</b>		<b>482 195 304</b>	<b>436 588 161</b>

# Relatório & Contas 2025

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
 (Montantes expressos em Euros)

	Notas	IAS/IFRS 31/12/2025	IAS/IFRS 31/12/2024
<b>Proveitos operacionais:</b>			
Réditos	31	447 575 544	400 322 903
Outros rendimentos e ganhos operacionais	32	5 028 048	4 708 134
<b>Total de proveitos operacionais</b>		<b>452 603 592</b>	<b>405 031 037</b>
<b>Custos operacionais:</b>			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	197 661 303	185 268 073
Variação da produção	16	4 839 052	(2 115 793)
Fornecimentos e serviços externos	36	76 928 807	69 714 818
Custos com o pessoal	37	100 811 955	83 634 012
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade em activos não financeiros	6, 8 e 9	23 859 736	19 190 949
Provisões e perdas por imparidade	30	304 319	916 711
Outros gastos e perdas operacionais		6 666 409	5 178 560
<b>Total de custos operacionais</b>		<b>411 071 580</b>	<b>361 787 329</b>
<b>Resultados operacionais</b>		<b>41 532 012</b>	<b>43 243 708</b>
Gastos e perdas financeiros	33	(10 943 638)	(11 169 662)
Rendimentos e ganhos financeiros	33	3 699 974	5 671 212
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>34 288 348</b>	<b>37 745 258</b>
Impostos sobre o rendimento	34	(8 288 004)	(7 653 595)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>26 000 344</b>	<b>30 091 664</b>
Atribuível:			
aos detentores de capital da Empresa-mãe		26 003 682	29 704 390
a interesses que não controlam	23	(3 338)	387 274
		<b>26 000 344</b>	<b>30 091 664</b>

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
 (Montantes expressos em Euros)

	Notas	IAS/IFRS 31/12/2025	IAS/IFRS 31/12/2024
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>26 000 344</b>	<b>30 091 664</b>
Outro rendimento integral:			
Itens que futuramente serão reclassificados para o resultado líquido:			
Variação do justo valor dos investimentos financeiros de cobertura:			
Variação no valor bruto do activo	12	(230 403)	(2 876 724)
Variação nos impostos diferidos	14	42 520	647 263
Variação nas reservas de conversão cambial		(1 722 462)	(566 188)
Variação nas reservas de justo valor:			
Variação no valor bruto do activo		10 060	547 040
Variação nos impostos diferidos		9 816	(102 291)
<b>Rendimento integral consolidado do exercício</b>		<b>24 109 876</b>	<b>27 740 763</b>
Atribuível:			
aos detentores de capital da Empresa-mãe		24 113 214	27 353 490
a interesses que não controlam		(3 338)	387 274
		<b>24 109 876</b>	<b>27 740 763</b>
Resultados por acção:			
Básico		0,965	1,094
Diluído		0,965	1,094

## Relatório & Contas 2025

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

	Capital social	Reservas					Outras reservas	Total de reservas	Interesses de não controlador (Nota 23)	Resultado líquido	Total
		Reserva legal	Reservas de reavaliação	Reservas de conversão cambial	Reservas de cobertura	Reservas de justo valor					
<b>Saldos em 1 de Janeiro de 2025</b>	25 000 000	5 000 000	2 758 445	(27 050 260)	(182 606)	135 409	113 552 981	94 213 968	12 328 316	29 704 390	161 246 674
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2024:											
Transferência para Outras reservas	-	-	-	-	-	-	19 704 390	19 704 390		(19 704 390)	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	(340 315)	(10 000 000)	(10 340 315)
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(1 722 462)	(187 883)	19 876	-	(1 890 468)	(3 338)	26 003 682	24 109 876
Outros	-	-	-	-	-	-	(1 889 272)	(1 889 272)	(12 003 502)	-	(13 892 774)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2025</b>	<b>25 000 000</b>	<b>5 000 000</b>	<b>2 758 445</b>	<b>(28 772 722)</b>	<b>(370 488)</b>	<b>155 285</b>	<b>131 368 098</b>	<b>110 138 618</b>	<b>(18 839)</b>	<b>26 003 682</b>	<b>161 123 461</b>
<b>Saldos em 1 de Janeiro de 2024</b>	25 000 000	5 000 000	2 758 445	(26 484 072)	2 046 855	(309 340)	95 873 188	78 885 076	12 312 931	28 150 796	144 348 803
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2023:											
Transferência para Outras reservas	-	-	-	-	-	-	18 150 796	18 150 796		(18 150 796)	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	5 000 000	-	(340 309)	(10 000 000)	(10 340 309)
Rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(566 188)	(2 229 461)	444 749	-	(2 350 900)	387 274	29 704 390	27 740 763
Outros	-	-	-	-	-	-	(471 003)	(471 003)	(31 580)	-	(502 583)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2024</b>	<b>25 000 000</b>	<b>5 000 000</b>	<b>2 758 445</b>	<b>(27 050 260)</b>	<b>(182 606)</b>	<b>135 409</b>	<b>118 552 981</b>	<b>94 213 968</b>	<b>12 328 316</b>	<b>29 704 390</b>	<b>161 246 674</b>

# Relatório & Contas 2025

CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
 (Montantes expressos em Euros)

	Notas	IAS/IFRS 31/12/2025	IAS/IFRS 31/12/2024
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		523 952 938	463 934 865
Pagamentos a fornecedores		(317 964 797)	(284 678 553)
Pagamentos ao pessoal		(57 160 366)	(45 467 883)
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>		<b>148 827 774</b>	<b>133 788 428</b>
Pagamentos do imposto sobre o rendimento		(10 099 946)	(11 722 158)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		(83 273 097)	(77 234 890)
		(93 373 043)	(88 957 048)
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>55 454 731</b>	<b>44 831 380</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos disponíveis para venda		1 350 329	410 000
Investimentos financeiros		1 400 000	-
Propriedades de investimento		-	343 000
Activos fixos tangíveis		1 838 000	247 974
Juros e proveitos similares		783 870	771 091
Dividendos	3 e 33	477 634	1 183 190
		5 849 833	2 955 256
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos disponíveis para venda		(914 969)	-
Investimentos financeiros	5	(32 751 904)	(1 188 720)
Propriedades de investimento		(1 661 667)	(2 062 520)
Activos fixos tangíveis		(7 245 197)	(12 334 481)
Activos intangíveis		(2 631 303)	(694 742)
		(45 205 040)	(16 280 464)
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>(39 355 206)</b>	<b>(13 325 208)</b>

	Notas	IAS/IFRS 31/12/2025	IAS/IFRS 31/12/2024
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	24	50 487 741	50 421 561
Outras operações de financiamento		2 295 903	3 371 714
		52 783 644	53 793 275
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	24	(49 245 402)	(74 469 846)
Locações	9	(10 182 587)	(7 226 618)
Dividendos	42	(552 940)	(551 948)
Juros e custos similares		(9 521 453)	(10 921 034)
Outras operações de financiamento		(745 812)	(745 812)
		(70 248 194)	(93 915 258)
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>(17 464 550)</b>	<b>(40 121 982)</b>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(1 365 025)	(8 615 810)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	20	43 642 476	52 085 600
<b>Varição cambial em caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>		<b>(1 048 277)</b>	<b>172 686</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	20	<b>41 229 174</b>	<b>43 642 476</b>

### NOTA INTRODUTÓRIA

A CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A. (“CIN” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1926, que tem a sua sede social na Maia e encabeça um Grupo (“Grupo CIN” ou “Grupo”), cujas empresas têm como actividade principal a produção e comercialização de tintas, vernizes e produtos afins.

O Grupo desenvolve a sua actividade em Portugal, detendo subsidiárias a operar essencialmente em Espanha, França, Itália, Luxemburgo, Polónia, Turquia, Angola, Moçambique, África do Sul, México, Senegal e Países Baixos.

Em 31 de Dezembro de 2025, a Pleso Holding B.V. (empresa sedeada na Holanda) e a Baía dei Saraceni S.r.l. detêm, respectivamente, 97,5% e 2,5% do capital social da CIN (Nota 21).

As demonstrações financeiras consolidadas anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento às unidades) dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita no ponto 1.2.d).

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 19 de Fevereiro de 2026. As mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras consolidadas reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo e suas subsidiárias, bem como a sua posição financeira consolidada e desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados.

### 1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS

As políticas contabilísticas materiais adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são como segue:

#### 1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 3), mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2025. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações, emitidas, respectivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e pelo Standing Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adoptadas pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por “IFRS”.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa, suas subsidiárias e associadas operarem em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras (Nota 45), disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efectuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe dos recursos adequados para manter as actividades, não havendo intenção de cessar as actividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas no ponto 1.3.u).

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de activos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Tendo por base a IFSR 13, os níveis hierárquicos atrás referidos são como seguem:

- Nível 1 – O justo valor é determinado com base em preços de mercado activo para idênticos activos/passivos;
- Nível 2 - O justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e
- Nível 3 - O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

### Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidada, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas,

interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2025:

Descrição	Alteração	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> <li>• IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade</li> </ul>	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e, quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, desempenho financeiro e posição patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	1 de janeiro de 2025

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, decorrente da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

### Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Descrição	Alteração	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> <li>• IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações à classificação e mensuração dos instrumentos financeiros</li> </ul>	Introdução de uma nova exceção à definição de data de desreconhecimento quando a	1 de janeiro de 2026

<ul style="list-style-type: none"> <li>IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relativos a eletricidade dependente da natureza</li> <li>Melhorias anuais – volume 11</li> </ul>	<p>liquidação de passivos financeiros é efetuada através de um sistema de pagamento eletrónico. Orientação adicional para avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são apenas pagamentos de capital e juros. Exigência de novas divulgações para determinados instrumentos com termos contratuais que possam alterar os fluxos de caixa. Novas divulgações sobre os ganhos ou perdas de justo valor reconhecidos no capital próprio em relação a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral.</p> <p>Referente à contabilização dos Contratos de aquisição de energia relativos a eletricidade dependente da natureza, no que diz respeito: i) à clarificação da aplicação dos requisitos de ‘uso próprio’; ii) à permissão de aplicar a contabilidade de cobertura caso os contratos de aquisição de eletricidade sejam designados como instrumentos de cobertura; e iii) à introdução de novos requisitos de divulgação sobre os impactos destes contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.</p> <p>Clarificações ao texto de várias normas: IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7</p>	<p>1 de janeiro de 2026</p> <p>1 de janeiro de 2026</p>
---	---	---

Estas emendas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Grupo em 2025, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adopção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas.

Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adoptadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Descrição	Alteração	Data efectiva
<ul style="list-style-type: none"> <li>IAS 21 – Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária</li> </ul>	<p>Procedimentos de conversão cambial, para o período corrente e para o comparativo, da informação financeira para a moeda de apresentação de uma economia hiperinflacionária, quando a moeda funcional da entidade ou de uma operação estrangeira seja a moeda de uma economia não hiperinflacionária.</p>	<p>1 de janeiro de 2027</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Financeiras</li> </ul>	<p>Requisitos de apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras, com enfoque na demonstração dos resultados, através da especificação de uma estrutura modelo, com a categorização dos gastos e rendimentos em: i) operacionais, ii) investimento e iii) financiamento, e a introdução de novos subtópicos relevantes, considerando a existência de atividades empresariais específicas. Requisitos de divulgação de medidas de desempenho da gestão e orientação adicional sobre a aplicação dos princípios de agregação e desagregação da informação financeira</p>	<p>1 de janeiro de 2027</p>

<ul style="list-style-type: none"> <li>IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgação</li> </ul>	<p>Norma que apenas trata de divulgações, com requisitos de divulgação reduzidos, que é aplicada em conjunto com outras normas contabilísticas IFRS para requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação. Só pode ser adotada por subsidiárias “Elegíveis” que não estejam sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira e tenham uma empresa-mãe que prepara demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público que estejam em conformidade com as IFRS</p>	<p>1 de janeiro de 2027</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações</li> </ul>	<p>Alteração que define a redução dos requisitos de divulgações de novas normas e alterações às normas publicadas entre fevereiro de 2021 e maio de 2024, aplicáveis às entidades abrangidas pela IFRS 19.</p>	<p>1 de janeiro de 2027</p>

Estas normas não foram ainda adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adopção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os IFRS, o Conselho de Administração da Empresa adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e

custos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e suposições efectuadas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. O Conselho de Administração da Empresa entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

## 1.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

### a) Empresas controladas

As empresas em que o Grupo detém controlo, isto é, em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada (por poder, entende-se a capacidade de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade); ii) está exposta a, ou tem direito sobre, resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afectar o montante dos seus resultados, foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que o Grupo detém sobre uma entidade.

A existência de controlo por parte do Grupo é reavaliada sempre que haja uma alteração de factos e circunstâncias que levem à alteração dos elementos caracterizadores de controlo acima mencionados.

As empresas subsidiárias são incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas no exercício são incluídos na consolidação pelo método de consolidação integral, desde a data em que

o controlo é adquirido sobre as suas actividades financeiras e operacionais e até à data em que o mesmo efectivamente termina.

Os saldos, transacções, dividendos e ganhos não realizados em transacções entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são também eliminadas excepto se a transacção evidenciar uma perda por imparidade no bem transferido. Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias de forma a garantir consistência com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo.

Uma alteração no interesse participativo numa subsidiária que não envolva perda de controlo é contabilizada como sendo uma transacção entre accionistas. Se o Grupo perde o controlo sobre a subsidiária, os activos correspondentes (incluindo goodwill), passivos, interesses que não controlam e outros componentes de capital próprio são desreconhecidos e eventuais ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados. O investimento mantido é reconhecido ao justo valor no momento da perda de controlo.

O resultado líquido e os demais elementos do outro rendimento integral e do capital próprio das entidades controladas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas (interesses que não controlam) são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração consolidada dos resultados e na demonstração consolidada do outro rendimento integral em rubricas específicas de interesses que não controlam. O rendimento integral das entidades controladas é atribuído aos accionistas da Empresa-mãe e aos interesses que não controlam, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário destes últimos.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica “Interesses que não controlam”. As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 3.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos na demonstração consolidada dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, respectivamente.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

### b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros em empresas associadas são inicialmente contabilizados pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. As participações financeiras são posteriormente ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor do investimento, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor da rubrica “Investimentos em associadas” (Nota 1.2.c) e a sua recuperação é avaliada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Se essas diferenças forem negativas são registadas como um proveito do

exercício na rubrica “Resultados relativos a empresas associadas”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das associadas de forma a garantir consistência com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo.

Anualmente, é efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas, de modo a verificar a existência de indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir, são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para outros riscos e encargos para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

### c) Outros Investimentos Financeiros

As participações incluídas na rubrica “Outros activos financeiros” representam investimentos financeiros em entidades sobre as quais o Grupo não exerce influência significativa, aplicando as regras de mensuração prescritas pela IFRS 9. No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar em outro rendimento integral as alterações subsequentes no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio que não seja detido para negociação

nem retribuição contingente reconhecida por um adquirente numa concentração de actividades empresariais à qual se aplique a IFRS 3, sendo registados ao justo valor por rendimento integral.

### d) Concentração de actividades empresariais e goodwill

As concentrações de actividades empresariais, aquisições de subsidiárias e de negócios, são registadas de acordo com o método da compra.

De acordo com o método da compra, a diferença entre: (i) o custo da concentração e (ii) a quantia líquida dos activos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, é reconhecida, à data da aquisição como goodwill, se positiva ou como ganho, na rubrica de “outros proveitos operacionais”, se for negativa.

O custo da concentração é apurado ao justo valor, consistindo na soma, na data da aquisição do controlo, do: (i) justo valor dos activos transferidos pelo Grupo; (ii) justo valor das responsabilidades assumidas pelo Grupo em resultado da aquisição do controlo; e (iii) justo valor dos instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da aquisição de controlo. Os gastos relacionados com concentrações de actividades empresariais são registados em resultados quando incorridos.

Ao custo da concentração são retirados quaisquer encargos que respeitem a outras transacções (ex.: remuneração para prestação de serviços futuros ou para liquidação de relações pré-existentes) cuja margem é reconhecida separadamente em resultados.

O montante de pagamentos contingentes futuros, caso existam, são reconhecidos como passivos ou capital próprio, ao justo valor, no momento da aquisição. Alterações subsequentes neste valor são reconhecidas: (i) como capital próprio se a retribuição contingente estiver classificada como capital próprio, (ii) como gastos ou rendimentos nos resultados ou como outro rendimento integral se a retribuição contingente estiver

classificada como activo ou passivo financeiro no âmbito da IFRS 9 e (iii) como gastos nos termos da IAS 37 ou outras normas aplicáveis, nos restantes casos.

Na data de aquisição do controlo, são reavaliadas a classificação e designação de todos os activos adquiridos e passivos transferidos, de acordo com as IFRS.

Os activos que resultem de indemnizações contratuais por parte do vendedor relativas ao desfecho de contingências relacionadas, no todo ou em parte, com um passivo específico da entidade concentrada, passam a ter que ser reconhecidos e mensurados usando os mesmos princípios e pressupostos dos passivos relacionados.

A determinação do justo valor dos activos adquiridos e passivos adquiridos tem em conta o justo valor dos passivos contingentes que resultem duma obrigação presente originada por um evento passado (se o justo valor puder ser medido de modo fiável), independentemente de ser expectável uma provável saída de fluxos.

Para cada aquisição, o Grupo pode optar por mensurar os “interesses que não controlam” ao respectivo justo valor ou pela respectiva quota-parte nos activos e passivos transferidos da adquirida. A opção por um ou outro método influencia a determinação da quantia de goodwill a reconhecer. Quando a concentração de actividades empresariais é efectuada em fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos é remensurado para o justo valor na data em que o controlo é obtido, por contrapartida de resultados do período em que o controlo é atingido, afectando a determinação do Goodwill.

Sempre que uma concentração não for concluída até à data de relato, serão ajustadas retrospectivamente, durante o período limite de 12 meses a contar da data de aquisição, as quantias provisórias reconhecidas à data de aquisição e/ou reconhecidos activos e passivos adicionais se novas informações forem obtidas sobre factos e circunstâncias que existissem à data da aquisição e que se tivessem sido conhecidos teriam resultado no reconhecimento desses activos e passivos nessa data.

Alterações na percentagem de controlo sobre empresas subsidiárias quer nos aumentos quer nas reduções, desde que não resultem em perda de controlo são

contabilizadas como transacções de capital próprio. O valor dos interesses do Grupo e dos interesses que não controlam são ajustados para reflectir as alterações de percentagem. Qualquer diferença entre o montante pelo qual os interesses que não controlam são ajustados e o justo valor do preço da transacção é reconhecido directamente em capital próprio e atribuído aos accionistas da Empresa-mãe.

Quando o Grupo perde controlo sobre uma subsidiária, o ganho ou perda na alienação é calculado como a diferença entre (i) o montante agregado do justo valor do preço e o justo valor dos interesses retidos e (ii) o valor contabilístico dos activos (incluindo goodwill) e dos passivos da subsidiária e dos interesses que não controlam, sendo o ganho reconhecido em resultados do exercício. Montantes reconhecidos previamente como “Outro rendimento integral”, como é o caso das reservas de conversão, são transferidos para resultados do exercício ou transferidos para resultados transitados da mesma forma que seriam caso os activos ou passivos relacionados fossem alienados. O justo valor dos interesses retidos corresponde ao justo valor no reconhecimento inicial para efeitos de contabilização subsequente no âmbito da IFRS 9 – Instrumentos financeiros ou, quando aplicável, o custo para efeitos de reconhecimento inicial de um investimento numa associada ou em um empreendimento conjunto.

### e) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data do balanço, e os custos e os proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para as IFRS) é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão cambial”.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo sedeadas no estrangeiro, e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas empresas, sendo convertidas para a moeda do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor

na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica de capital próprio “Reservas de conversão cambial”.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

No último trimestre de 2017, a economia Angolana foi considerada uma economia hiperinflacionária de acordo com a IAS 29 – Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias.

No exercício de 2019, Angola, deixou de reunir as condições estabelecidas na IAS 29 para ser considerada uma economia hiperinflacionária, pelo que o Grupo, a partir de 1 de Janeiro de 2019, suspendeu a aplicação daquela norma às demonstrações financeiras da sua participada sediada em Angola.

No entanto, os impactos gerados em exercícios anteriores resultantes da adopção daquela norma, nomeadamente os associados à remensuração dos activos e passivos não monetários, manter-se-ão até que os activos sejam alienados, consumidos ou depreciados/amortizados e até que os passivos sejam alienados ou liquidados.

As cotações utilizadas para conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

	31 de Dezembro de 2025		31 de Dezembro de 2024	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Kwanza (AOA)	1 069,522	1 035,026	949,483	941,286
Metical (MZN)	75,010	72,211	66,790	69,155
Rand Sul Africano (ZAR)	19,469	20,188	19,559	19,827
Peso Mexicano (MXN)	21,128	21,673	21,553	19,806
Zloty Polónia (PLN)	4,222	4,240	4,276	4,305
Franco Senegal (CFA)	655,957	655,957	655,957	655,957
Lira Turca (TRY)	50,484	44,816	36,737	35,573

### 1.3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo CIN na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

#### a) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respectivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

É reconhecida uma perda por imparidade sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável a qual consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence. As perdas por imparidade detectadas no valor de realização dos activos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que estas já não existem ou diminuíram, sendo esta análise efectuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão da perda por imparidade é

efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

As depreciações são calculadas, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos	
Edifícios e outras construções	20	- 50
Equipamento básico	7	- 17
Equipamento de transporte	3	- 5
Equipamento administrativo	3	- 14
Outros activos fixos e ferramentas	4	- 14

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração consolidada dos resultados.

As despesas correntes com reparação e manutenção do activo fixo tangível são consideradas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens e que geram benefícios económicos futuros adicionais, são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes activos são transferidos para activos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração consolidada dos resultados como “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

### b) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o mesmo tem o poder de os controlar e se possa medir com fiabilidade o seu valor.

As despesas de investigação com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os activos intangíveis que compreendem essencialmente custos incorridos com o desenvolvimento de projectos, despesas com propriedade industrial e outros direitos e software, são amortizados pelo método das quotas constantes durante um período de três a cinco anos.

Quando adquiridos individualmente os activos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende o seu preço de compra, e qualquer custo directamente atribuível à preparação do respectivo activo para o seu uso pretendido. Quando adquirido no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, separáveis do goodwill, os activos intangíveis são inicialmente valorizados ao justo valor, determinado no âmbito

da aplicação do método da compra, conforme previsto na IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais.

Os trespasses genericamente não são objecto de amortização, sendo os mesmos sujeitos a testes anuais de imparidade.

No caso de marcas em que a vida útil é indefinida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

As amortizações do exercício dos activos intangíveis são registadas na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”, a partir da data em que os activos se encontram disponíveis para Caixa, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

### c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento correspondem a activos imobiliários detidos para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento adquiridos encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

A vida útil estimada para as propriedades de investimento é de 12 a 20 anos.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando as mesmas forem alienadas ou quando forem retiradas de uso, não sendo expectável que benefícios económicos futuros resultem da sua retirada. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de propriedades de investimento são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados nesse ano.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos nos resultados consolidados do período a que respeitam. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

### d) Imparidade de activos, excepto goodwill

É efectuada uma avaliação de imparidade dos activos do Grupo à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperável. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para activos detidos para alienação) é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

### e) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração consolidada da posição financeira conforme identificado nas respectivas notas do presente anexo.

- **Activos e passivos financeiros**

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira do Grupo quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os activos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor. Os custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição ou à emissão dos activos e passivos financeiros (que não sejam activos ou passivos financeiros mensurados pelo justo valor através da demonstração consolidada dos resultados) são adicionados ou deduzidos ao justo valor do activo ou passivo financeiro, conforme o caso, no reconhecimento inicial.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição de activos ou passivos financeiros reconhecidos pelo justo valor através de resultados são reconhecidos imediatamente na demonstração consolidada dos resultados.

- **Activos financeiros**

Todas as compras e vendas de activos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

A classificação dos activos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo grupo na gestão dos activos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Todos os activos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo de negócio adoptado pelo Grupo e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

As alterações à classificação dos activos financeiros só podem ser efectuadas quando o modelo de negócio seja alterado, excepto quanto aos activos financeiros ao justo valor através de rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

### Classificação de activos financeiros

#### a) Instrumentos de dívida e contas a receber

Os instrumentos de dívida de rendimento fixo e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado:

- (i) o activo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objectivo é mantê-lo de forma a receber os seus fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

O método da taxa de juro efectiva é um método de calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e de alocar o respectivo juro durante o período da sua vigência.

Para os activos financeiros que não sejam adquiridos ou originados com imparidade (ou seja, activos com imparidade no reconhecimento inicial), a taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo fees e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do instrumento na sua quantia escriturada bruta na data do seu reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um activo financeiro é o montante pelo qual o mesmo é mensurado no reconhecimento inicial deduzido dos reembolsos de capital, mais a amortização acumulada, utilizando o método da taxa de juro efectiva, de qualquer diferença entre esse montante inicial e o montante do seu reembolso, ajustado por eventuais perdas por imparidade.

O rédito associado aos juros é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Rendimentos financeiros”, através do método da taxa de juro efectiva, para os activos financeiros registados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração consolidada dos resultados. O rédito de juros é calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva à quantia escriturada bruta do activo financeiro.

Os instrumentos de dívida e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral:

- (i) o activo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objectivo prevê quer o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, quer a sua alienação; e
- (ii) os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

### b) Instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral

No reconhecimento inicial, o Grupo pode efectuar uma escolha irrevogável (instrumento financeiro a instrumento financeiro) de designar determinados investimentos em instrumentos de capital próprio (acções) a justo valor através do outro rendimento integral.

A designação a justo valor através de outro rendimento integral não é permitida se o investimento for mantido para efeitos de negociação ou se resultar de uma contraprestação contingente reconhecida no âmbito de uma concentração de actividades empresariais.

Um instrumento de capital é mantido para negociação se:

- (i) ele for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo;
- (ii) no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- (iii) se for um instrumento financeiro derivado (excepto, se se encontrar afecto a uma operação de cobertura).

Os investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transacção. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação reconhecidos no outro rendimento integral.

Os dividendos associados a investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados no momento em que são atribuídos / deliberados.

### c) Activos financeiros ao justo valor através da demonstração consolidada dos resultados

Os activos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Os activos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respectivos ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, excepto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

### Imparidade de activos financeiros

O Grupo reconhece perdas de imparidade esperadas para instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para contas a receber de clientes, de outros devedores, e para activos associados a contratos com clientes.

A quantia de perdas esperadas de imparidade para os activos financeiros acima referidos é actualizada a cada data de relato de forma a reflectir as alterações no risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respectivos activos financeiros.

As perdas de imparidade esperadas para crédito concedido (contas a receber de clientes e outros devedores e de activos associados a contratos com

clientes) são estimadas utilizando uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores do Grupo, ajustada por factores específicos atribuíveis aos devedores, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro. Para o efeito, os saldos de clientes e outros devedores foram agrupados tendo em conta perfis de risco de crédito semelhantes e intervalos de vencimento.

### Desreconhecimento de activos financeiros

O Grupo desreconhece um activo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram, ou quando transfere o activo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua propriedade. Se o Grupo nem transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade de um activo financeiro, mas continuar a controlar o mesmo, o Grupo reconhece o seu interesse no activo retido e um passivo equivalente ao montante que terá de devolver. Se o Grupo reter substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade de um activo financeiro transferido, o Grupo continua a reconhecer o mesmo e reconhece adicionalmente um empréstimo pelo montante entretanto recebido.

No desreconhecimento de um activo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre a sua quantia escriturada e a soma da retribuição recebida e a receber é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

No entanto, no desreconhecimento de um activo financeiro representativo de um instrumento de capital designado no reconhecimento inicial como irrevogavelmente registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulada na reserva de justo valor não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados, mas transferido para a rubrica de “Outras reservas e resultados transitados”.

- Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

### Classificação como passivo financeiro ou como instrumento de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados como passivo ou como capital próprio de acordo com a substância contratual da transacção, independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo, após dedução dos passivos. Não se procede à reclassificação de passivos financeiros entre categorias após o seu reconhecimento inicial.

### Capital próprio

São considerados pelo Grupo instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transacção evidencie que o Grupo detém um interesse residual num conjunto de activos após dedução de um conjunto de passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são reconhecidos pelo montante recebido, líquido dos custos directamente atribuíveis à sua emissão.

A recompra de instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo (acções próprias) é contabilizada pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação de acções próprias são registados na rubrica “Outras reservas”.

Um contrato que contém uma obrigação de que uma entidade compre os seus próprios instrumentos de capital próprio em troca de dinheiro ou qualquer outro ativo financeiro dá origem a um passivo financeiro

correspondente ao valor presente da quantia de remição (por exemplo, ao valor presente

do preço de recompra a prazo, ao preço de exercício de opção ou a outra quantia de remição). É este o caso mesmo que o próprio contrato seja um instrumento de capital próprio. Um exemplo é a obrigação de uma entidade adquirir os seus instrumentos de capital próprio a dinheiro, nos termos de um contrato forward. O passivo financeiro é reconhecido inicialmente pelo valor presente da quantia de remição, e é reclassificado do capital próprio. Posteriormente, o passivo financeiro é mensurado em conformidade com a IFRS 9. Se o contrato expirar sem entrega, a quantia escriturada do passivo financeiro é reclassificada no capital próprio. A obrigação contratual de uma entidade comprar os seus próprios instrumentos de capital próprio dá origem a um passivo financeiro pelo valor presente da quantia de remição mesmo que a obrigação de comprar esteja sujeita ao exercício de um direito de remição pela contraparte (por exemplo, uma opção put subscrita que dá à contraparte o direito a vender os instrumentos de capital próprio de uma entidade à entidade por um preço fixo). Quando o Grupo entra num acordo com uma put-option com os interesses que não controlam de uma das suas subsidiárias, deve registar um passivo financeiro, conforme referido anteriormente.

### Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, todos os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Os passivos financeiros são registados ao justo valor através da demonstração dos resultados quando:

- (i) o passivo financeiro resultar de uma contraprestação contingente decorrente de uma concentração de actividades empresariais;
- (ii) quando o passivo for detido para negociação; ou

- (iii) quando o passivo for designado para ser registado a justo valor através da demonstração dos resultados.

Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se:

- (i) for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo; ou
- (ii) no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- (iii) se for um instrumento financeiro derivado (excepto se se encontrar afecto a uma operação de cobertura).

Os passivos financeiros registados ao justo valor através da demonstração consolidada dos resultados são mensurados pelo seu justo valor com os respectivos ganhos ou perdas decorrentes da sua variação reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura.

Os passivos financeiros que não são designados para registo ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juro efectiva.

O método da taxa de juro efectiva é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar o respectivo juro durante o período da sua vigência.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo fees e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e outros

prémios ou descontos) durante a vida esperada do passivo financeiro na sua quantia escriturada na data do seu reconhecimento inicial.

### Desreconhecimento de passivos financeiros

O Grupo desreconhece passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do Grupo são liquidadas, canceladas ou expiraram.

A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a contraprestação paga ou a pagar é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Quando o Grupo troca com um determinado credor um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

De igual forma, o Grupo contabiliza as modificações substanciais nos termos de uma responsabilidade existente, ou em parte dela, como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

### Instrumentos financeiros derivados

O Grupo tem vindo a contratar um conjunto de instrumentos financeiros derivados com o objectivo de gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro, não sendo utilizados instrumentos financeiros derivados com o objectivo de especulação. A utilização de instrumentos financeiros derivados encontra-se devidamente regulada pelo Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente registados e posteriormente remensurados ao seu justo valor em cada data de relato. O ganho ou perda resultante é reconhecido imediatamente na demonstração

consolidada dos resultados a não ser que o instrumento financeiro derivado seja designado como instrumento de cobertura, caso em que o reconhecimento na demonstração consolidada dos resultados depende da natureza da relação de cobertura.

Conforme acima referido, os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo respeitam a instrumentos de cobertura de taxa de juro associados a empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, as datas de vencimento de juros e os planos de reembolso são geralmente semelhantes às condições estabelecidas para os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio, pelo que, normalmente, a cobertura é altamente eficaz.

Os critérios utilizados pelo Grupo no reconhecimento inicial para classificar instrumentos financeiros derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são como se segue:

- a) O relacionamento de cobertura é constituído apenas por instrumentos de cobertura elegíveis e itens cobertos elegíveis;
- b) No início da relação de cobertura, existe designação e documentação formais relativamente ao relacionamento de cobertura e ao objectivo e estratégia da gestão de risco da entidade para efectuar a cobertura; e
- c) O relacionamento de cobertura satisfaz todos os seguintes requisitos de eficácia da cobertura:
  - i) Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
  - ii) O efeito do risco do crédito não domina as alterações de valor que resultam dessa relação económica; e
  - iii) O rácio de cobertura do relacionamento de cobertura é o mesmo que resulta da quantidade do item coberto que uma

entidade cobre efectivamente e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efectivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de *cash-flow* são registadas em “Reservas de cobertura” na sua componente eficaz e, em resultados financeiros na sua componente não eficaz. Os valores registados em “Reservas de cobertura” são transferidos para resultados financeiros no exercício em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, é vendido ou exercido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na IFRS 9.

### Confirming

O Grupo mantém protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objectivo de permitir aos seus fornecedores acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneo, mediante a confirmação da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta.

No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes permitem a antecipação do recebimento dos créditos abrangidos imediatamente após confirmação à instituição financeira da sua validade.

Em 31 de Dezembro de 2025 o Grupo não tinha qualquer montante de Confirming classificado como dívida financeira por considerar que os passivos em causa apresentam características semelhantes às restantes contas a pagar comerciais, e por isso, fazem também parte do ciclo normal do negócio.

### f) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Na rubrica de “Outros recebimentos / pagamentos relativos à actividade operacional” na demonstração consolidada dos fluxos de caixa, são registados, genericamente, os pagamentos e recebimentos realizados no ano ao Estado e outros entes públicos, nomeadamente valores de Imposto sobre o Valor Acrescentado, mas igualmente montantes associados a pagamentos relacionados com a retenção de imposto sobre o rendimento singular e outras contribuições.

### g) Loações

No início de cada contrato o Grupo avalia se o contrato é ou contém uma locação. Isto é, se o contrato concede um direito de controlar o uso de um activo identificável por um período de tempo em troca de uma remuneração. Os contratos de locação são reconhecidos como um direito de uso e um passivo correspondente na data em que o activo locado fica disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento da locação é alocado entre passivo e custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido em resultados durante o período da locação para reflectir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de locação para cada período. O direito de uso é depreciado linearmente pelo menor entre o tempo de vida útil do activo e o prazo da locação. Sempre que exista informação que o permita, o Grupo elegeu proceder à segregação da componente de locação das componentes de serviços incluídas nos pagamentos da locação para todos os contratos de locação.

A mensuração inicial das responsabilidades com locações engloba essencialmente, o valor presente dos pagamentos a efectuar durante o período

da locação, que inclui pagamentos de valor fixo deduzidos de eventuais incentivos recebidos e pagamentos de valor variável dependentes de um índice ou taxa.

Na determinação do valor presente das responsabilidades com locações o Grupo utiliza a taxa de juro incremental determinada na data de início da locação, sempre que a taxa de juro implícita no contrato não seja determinável naquela data. Subsequentemente, as responsabilidades com locações são aumentadas para reflectir o incremento de juros e reduzidas pelos pagamentos efectuados. Adicionalmente, o valor contabilístico das responsabilidades com locações é reavaliado se existir uma modificação, uma alteração ao período da locação ou uma alteração no plano de amortizações (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração de um índice ou percentagem utilizada para determinar o valor dos pagamentos).

O direito de uso é mensurado ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e imparidades acumuladas, ajustado quando existem alterações no passivo da locação. O custo do direito de uso engloba o valor da responsabilidade registada inicialmente com a locação, custos directos incorridos com a celebração do contrato de locação e pagamentos efectuados ao locador anteriores à data de início, deduzidos de eventuais incentivos recebidos.

O Grupo aplica o expediente prático de reconhecimento de locações de curto prazo (termo inferior a 12 meses) e o expediente prático de reconhecimento de contratos de locação cujo activo subjacente é de reduzido valor (montante inferior a 5 mil euros). Os pagamentos efectuados referente a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação cujo activo subjacente é de reduzido valor são reconhecidos como gasto de forma linear pelo período da locação.

As locações do Grupo referem-se principalmente a contratos de arrendamento de espaços comerciais e armazéns, com períodos iniciais entre 5 e 10 anos, que

podem ter períodos de extensão. O Grupo tem igualmente contratos de locação relativos a viaturas, com período iniciais de 4 anos.

Os direitos de uso são sujeitos a testes de imparidade.

### h) Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efectuar a sua venda.

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e intermédios e trabalhos em curso foram valorizados ao custo, de acordo com o seu “custo standard” de produção (inclui o custo de matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa e os gastos gerais de fabrico), o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. O cálculo do custo standard tem por base a estrutura de custos necessária para a utilização normal da capacidade de produção instalada nas diversas unidades fabris, sendo excluídos os custos de inactividade e de reestruturação. Pontualmente são efectuadas revisões no caso de existirem alterações significativas na estrutura do produto.

São registadas perdas por imparidade em inventários para reflectir a diferença entre o seu custo e o respectivo valor líquido de realização na data da Demonstração da posição financeira, nos casos em que este seja inferior. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados “Provisões e perdas por imparidade”.

### i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 30). As provisões para custos de reestruturação/reorganização são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

### j) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidas a fundo perdido, para financiamento de activos fixos tangíveis, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes”, sendo reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados proporcionalmente às depreciações dos activos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com custos incorridos são registados como proveito na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que o Grupo já tenha incorrido nos custos subsidiados e que cumpra com as condições exigidas para sua concessão.

### k) Complementos de reforma

Algumas empresas do Grupo possuem esquemas de pensões atribuídos a antigos funcionários, na forma de planos de benefícios definidos, sendo que estes planos de pensões definem o montante de benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais factores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira consolidada relativamente aos planos de benefícios definidos é o valor presente da obrigação dos benefícios definidos à data das demonstrações financeiras consolidadas. As obrigações dos planos de benefícios definidos são calculadas anualmente por actuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projectada (“Projected Unit Credit Method”). O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto das saídas de caixa futuras, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Todos os ganhos e perdas actuariais resultantes de ajustamentos e alterações nas premissas actuariais são reconhecidos directamente no capital próprio e apresentados em outro rendimento integral.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos em resultados, excepto se as alterações no plano de pensões são condicionadas pela permanência dos empregados em serviço por um determinado período de tempo (o período que qualifica para o benefício). Neste caso, os custos de serviços passados são amortizados numa base de linha reta ao longo do período em causa.

### l) Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de devoluções, descontos e outros abatimentos e impostos relacionados com a venda. O rédito é reconhecido com a transferência de controlo na venda de produto ou prestação do serviço a um cliente.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando existe transferência de controlo para o cliente. Os indicadores utilizados pelo Grupo nessa avaliação de transferência de controlo dos bens e serviços são:

- A Empresa tem o direito contratual de exigir o pagamento dos bens e serviços;
- O cliente detém a propriedade legal do activo;
- A Empresa procedeu à transferência da posse do activo e o cliente aceita o mesmo;
- O cliente detém os riscos e benefícios da posse dos referidos bens e serviços prestados.

Na determinação do valor do rédito, o Grupo CIN avalia para cada transacção as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transacção a afectar a cada obrigação de desempenho identificada na transacção e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o Grupo efectua a sua melhor estimativa.

Os rendimentos decorrentes de vendas de produtos são registados na demonstração consolidada dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados. O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está

associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica.

A especialização do Rédito é apresentada como Outros ativos financeiros - Acréscimos de rendimento ou Diferimentos – Faturação antecipada na demonstração da posição financeira. O acréscimo de *rappel* é apresentado na rubrica de Clientes.

Os contratos com clientes realizados pelo Grupo não contêm componentes significativas de financiamento.

### m) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses activos por impostos

diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com o reconhecimento inicial do goodwill e com os investimentos em subsidiárias na medida em que: i) a Empresa tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo. O Grupo regista impostos diferidos passivos sobre prejuízos fiscais e benefícios fiscais à colecta das subsidiárias que integram o RETGS, reportáveis intragrupo, sempre que seja expectável a sua utilização futura por essas mesmas subsidiárias numa óptica individual.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

### n) Consolidação fiscal

Em Portugal, os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”), o qual inclui a maior parte das empresas do Grupo CIN com sede em Portugal (Nota 3), e reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CIN à data de relato de cada ano.

As empresas do Grupo CIN sedeadas em Espanha: Amida Inversiones, S.L., CIN Valentine, S.A.U., Pinturas CIN Canárias, S.A.U., CIN Pinturas y Barnices, a CIN Soritec S.A. e a CIN Govesan. S.A. são igualmente tributadas pelo respectivo lucro consolidado fiscal, em conformidade com a legislação espanhola. As empresas do Grupo CIN sedeadas em França: CIN Celliose, CIN Monopol e NASA, são também tributadas pelo respectivo lucro consolidado fiscal, em conformidade com a legislação francesa.

As empresas do Grupo CIN sedeadas em Itália, Boero Bartolomeo e Delp Italia, são também tributadas pelo respectivo lucro consolidado fiscal, em conformidade com a legislação Italiana.

Adicionalmente, as restantes empresas do Grupo CIN são tributadas em base individual e em conformidade com a legislação aplicável em cada geografia.

o) Classificação na demonstração da posição financeira

A classificação de activos e passivos como correntes ou não correntes é efectuada com base nos direitos e obrigações na data de relato, em conformidade com as alterações à IAS 1, efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2025. Os activos são classificados como correntes quando se espera que sejam realizados ou utilizados no decurso do ciclo operacional normal, ou dentro de 12 meses após a data de relato. Os passivos são classificados como não correntes se o Grupo detiver, na data de relato, um direito substantivo de diferir a sua liquidação por pelo menos 12 meses. No caso de passivos financeiros sujeitos a covenants, são efectuadas divulgações adicionais sobre a sua natureza, termos, datas de cumprimento e eventuais riscos de incumprimento nos 12 meses seguintes à data de relato, permitindo uma melhor avaliação da sua classificação e impacto nas demonstrações financeiras.

p) Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual, apurado nas demonstrações financeiras separadas da Empresa, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

q) Reserva de cobertura

As reservas de cobertura reflectem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes, sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

r) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da subsidiária, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transacção. Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas de cada exercício. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data de cobrança, pagamento ou à data de encerramento das demonstrações financeiras, dessas mesmas transacções, são registadas como rendimentos e gastos operacionais, no caso de transacções de natureza operacional, ou como rendimentos e gastos financeiros, no caso de transacções de natureza financeira, na demonstração consolidada dos resultados. As diferenças de câmbio relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio, são registadas igualmente em capital próprio.

s) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como custo

na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, excepto se afecto à construção/desenvolvimento de activos elegíveis. A capitalização destes encargos inicia-se após o início da preparação das actividades de construção, e cessa quando o activo se encontra pronto para utilização ou caso o projecto seja suspenso.

### t) Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

### u) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 incluem:

- (i) Testes de imparidade realizados ao goodwill e aos activos intangíveis de vida útil indefinida;
- (ii) Registo de imparidades aos valores do activo (contas a receber e existências) e provisões;
- (iii) Determinação do desfecho de processos legais em curso e
- (iv) Valorização de instrumentos financeiros derivados

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

v) Política de gestão de risco

A visão e abordagem do Grupo à gestão do risco está descrita em detalhe no relatório de gestão no capítulo “Gestão de risco”. Nesse capítulo encontram-se igualmente identificados os riscos que, na conjuntura atual, o Conselho de Administração considera estratégicos, sendo apresentado o respetivo enquadramento, bem como as medidas de mitigação adoptadas.

Para além dos riscos estratégicos, o Grupo encontra-se igualmente exposto a outros riscos inerentes à sua actividade operacional e ao contexto económico em que actua, os quais são objecto de acompanhamento e gestão contínua no âmbito do seu sistema de controlo interno e gestão de risco, nomeadamente:

i) Risco de taxa de câmbio

Na sua actividade operacional, o Grupo realiza transacções expressas em outras moedas que não o Euro, estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio. Por política do Grupo, é eleita uma moeda funcional por cada participada, correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus cash-flows. Assim, este risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transacções comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio. A política de gestão de risco de taxa de câmbio de transacção do Grupo procura minimizar ou eliminar esse risco, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

O montante de activos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro pode ser resumido como segue:

		31 de Dezembro 2025					
		Tintas Cin Angola	Tintas Cin Moçambique	Cin Coatings Mexico	Cin Coatings South Africa	BOERO Coatings Turkey	Cin Coatings Polska
Activos		14 874 055	12 311 067	1 347 219	1 953 800	708 899	126 895
Passivos		(7 328 794)	(7 737 152)	(1 157 798)	(1 294 973)	849 551	(1 959 594)
Total		7 545 261	4 573 915	189 421	658 827	1 558 450	(1 832 699)

		31 de Dezembro 2024					
		Tintas Cin Angola	Tintas Cin Moçambique	Cin Coatings Mexico	Cin Coatings South Africa	BOERO Coatings Turkey	Cin Coatings Polska
Activos		12 764 738	12 590 070	1 511 408	2 291 811	704 592	283 480
Passivos		(5 791 285)	(6 607 492)	(1 121 498)	(1 503 858)	(584 724)	(1 992 954)
Total		6 973 454	5 982 579	389 910	787 953	119 868	(1 709 474)

O risco de conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também chamado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de “traduzir” as demonstrações financeiras das participadas no exterior. A política de gestão do risco de câmbio de tradução do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação e as estruturas de capital dessas participadas (em 31 de Dezembro de 2025, esta situação é apenas aplicável às subsidiárias acima apresentadas).

Conforme mencionado na Nota 1.2 d), os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço e os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão cambial”.

ii) Riscos sociais:

A atividade do Grupo envolve riscos sociais associados à segurança e saúde dos colaboradores, às condições de trabalho na cadeia de valor e ao impacto dos produtos na saúde dos utilizadores e das comunidades onde opera. O setor de produção de tintas e produtos químicos implica a manipulação de substâncias potencialmente perigosas, exigindo elevados padrões de segurança operacional e de proteção da saúde ocupacional.

O incumprimento de boas práticas sociais pode resultar em acidentes de trabalho, litígios laborais, danos reputacionais e perda de confiança por parte de colaboradores, clientes e demais partes interessadas. Adicionalmente, o Grupo reconhece que a sua responsabilidade social se estende à cadeia de fornecimento, incluindo o cumprimento de normas de trabalho digno, direitos humanos e ética empresarial por parte de fornecedores e parceiros.

Para mitigar estes riscos, o Grupo, estando comprometido com as suas obrigações sociais e responsabilidade com as gerações futuras, a par do bem-estar dos seus colaboradores, clientes, fornecedores e comunidade em geral, encontra-se empenhado em desenvolver acções e práticas que sustentam e incrementam a sua eficiência.

No que respeita aos riscos descritos no Relatório de Gestão, é apresentado abaixo um enquadramento complementar mais detalhado:

Análise de Sensibilidade da Taxa de Juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros (derivados e não derivados) existentes à data do balanço. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- Foi considerado o valor médio do passivo em dívida ao longo do exercício;

- As alterações nas taxas de juro do mercado afectam o montante do juro a receber ou a pagar, dos instrumentos com taxa variável;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante do juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afectam o justo valor dos derivados de cobertura e todos os derivados de cobertura de taxa de juro são eficientes;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados (“swaps”) ou de outro activo e passivo financeiro é estimado descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas das “yields”. Neste exercício, foram considerados os instrumentos derivados de cobertura existentes.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

Se as taxas de juro tivessem sido 0,75 pontos percentuais superiores/inferiores, e todas as outras variáveis permanecessem constantes, pressuposto que dificilmente ocorrerá dada a correlação com outras variáveis, o impacto no resultado líquido e nas outras reservas do Grupo teria sido o seguinte:

	2025		2024	
	-75 bp	+75 bp	-75 bp	+75 bp
Resultado Líquido <sup>(1)</sup>	874 280	(950 068)	946 420	(892 465)
Capitais Próprios <sup>(2)</sup>	(1 296 405)	1 279 206	(1 919 672)	1 817 468

(1) devido essencialmente à exposição do Grupo às taxas de juro nos seus empréstimos de taxa variável;

(2) devido essencialmente às alterações de justo valor dos derivados de cobertura.

Na opinião do Conselho de Administração, esta análise de sensibilidade não é representativa do risco inerente à taxa de juro, sendo que a exposição do final de cada exercício poderá não coincidir com a verificada ao longo do mesmo, dado que esta não reflecte os pagamentos efectuados.

x) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas (Nota 45).

2. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Durante o exercício de 2025 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores. As políticas contabilísticas adoptadas são consistentes entre exercícios.

3. EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2025, são como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Efectiva
<u>Com sede em Portugal:</u>				
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A. (“Empresa mãe”)	Maia	-	-	-
CIN Industrial Coatings, S.A. (“CIN Industrial Coatings”)				
Terraços do Souto – Sociedade Imobiliária, S.A. (“Terraços do Souto”)	Maia	100%	-	100%
Nictrading – Comércio Internacional, Lda. (“Nictrading”)	Machico	-	100%	100%
Atossa Imobiliária, Sociedade Unipessoal, Lda. (“Atossa”)	Maia	100%	-	100%
<u>Com sede em outros países:</u>				
CIN Valentine, S.A. (“CIN Valentine”)	Barcelona (Espanha)	-	100%	100%
Pinturas CIN Canarias, S.A. (“Pinturas CIN Canarias”)	Tenerife (Espanha)	-	100%	100%
Amida Inversiones, S.L. (“Amida Inversiones”)	Madrid (Espanha)	100%	-	100%
CIN Pinturas & Barnices, SLU (“CIN Pinturas & Barnices”)	Madrid (Espanha)	-	100%	100%
Tintas CIN de Angola, SARL (“CIN Angola”)	Benguela (Angola)	1%	99%	100%
Tintas CIN (Moçambique), SARL (“CIN Moçambique”)	Maputo (Moçambique)	-	100%	100%
Vita Investments, S.A. (“Vita Investments”)	Luxemburgo	-	100%	100%
CIN Celliose, S.A. (“CIN Celliose”)	Lyon (França)	-	100%	100%
CIN Coatings Mexico S de RL de CV (“CIN Coatings Mexico”)	Izcalli (México)	-	100%	100%
CIN Coatings South Africa (PTY), Ltd. (“CIN Coatings South Africa”)	Johannesburg (África do Sul)	-	99%	99%
CIN Monopol, SAS (“CIN Monopol”)	Valence (França)	-	100%	100%
CIN SORITEC, S.A. (“CIN Soritec”)	Girona (Espanha)	-	100%	100%
NASA, Sociedad de R.L. (“NASA”)	Valence (França)	-	100%	100%
CIN Govesan, S.A. (“CIN Govesan”)	Madrid (Espanha)	-	100%	100%
CIN Coatings Polska Sp.z o.o. (“CIN Polónia”)	Varsóvia (Polónia)	-	100%	100%
CIN Senegal (“CIN Senegal”)	Dakar (Senegal)	-	70%	70%
CIN Schaeppman, Lakfabrieken B.V.	Kampen (Países Baixos)	-	100%	100%
Grupo Boero Bartolomeo:				
Boero Bartolomeo S.p.A. (“Boero Bartolomeo”)	Genova (Itália)	99,95%	-	99,95%
Boero Colori France S.a.r.l. (“Boero França”)	Mandelieu La Napoule (França)	-	99,95%	99,95%
Boero Colori Spain (“Boero Espanha”)	Barcelona (Espanha)	-	99,95%	99,95%
Boero Coatings Turkey A.S. (“Boero Turquia”)	Istambul (Turquia)	-	99,95%	99,95%
Delp Italia, s.r.l	Milão (Itália)	-	99,95%	99,95%
Profi Color, s.r.l	Brunico (Itália)	-	60,10%	99,95%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pelo IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” (Nota 1.2 a)).

Em Janeiro de 2025, a CIN Industrial Coatings concluiu a aquisição da empresa Hempel Industrial B.V. com sede nos Países Baixos. Esta sociedade redenominada CIN Schaeppman Lakfabrieken B.V. (CIN Schaeppman), foi fundada em 1830 e actua no sector dos revestimentos industriais especializados (Nota 5).

Com controlo efetivo a partir de Janeiro de 2025, a Boero Bartolomeo adquiriu 60,1% da Profi Color, s.r.l. (Profi Color), empresa italiana, dedicada à distribuição de tintas e materiais de construção, operando 14 superfícies comerciais localizadas predominantemente na região nordeste de Itália (Nota 5).

O contrato de aquisição da Profi Color prevê mecanismos de opções de compra e de venda (put e call), que conduzirão progressivamente à aquisição de 100% da sociedade. De acordo com a IAS 32, a obrigação decorrente das opções de compra e venda relativa aos restantes 39,9% é reconhecida como um passivo financeiro, mensurado ao seu valor presente na rubrica de outros passivos não correntes (Nota 29). Consequentemente, não foram reconhecidos interesses que não controlam, sendo a Profi Color integralmente consolidada.

Em Julho de 2025, a CIN Pinturas e Barnices concluiu a aquisição de 100% da sociedade Color y Pintura Valência, S.L. (Color y Pintura), dedicada à distribuição de tintas e materiais de construção ligeiros, operando 4 lojas na zona de Valência, Espanha. Esta sociedade foi fusionada na Cin Pinturas y Barnices no final do corrente exercício (Nota 5).

Ainda em 2025 a CIN concluiu a aquisição da sociedade Patrício Castro, Lda, revendedor exclusivo CIN na zona de Guimarães, Portugal, onde operava 2 lojas. Esta empresa foi fusionada na CIN em Setembro de 2025 (Nota 5).

Durante o exercício de 2024 a subsidiária Boero Bartolomeo concluiu a aquisição da totalidade do capital social da empresa Delp Italia, s.r.l com sede em Milão, Itália. A Delp é uma empresa especializada na comercialização de materiais de pintura e demais acessórios, operando uma rede de lojas localizadas na região noroeste de

Itália, sendo expectável a incorporação de um conjunto de sinergias, essencialmente na unidade de negócios de decorativos (Nota 5).

As empresas filiais incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2024, são como segue:

Denominação social	Sede	Percentagem do capital detido		
		Directa	Indirecta	Efectiva
<u>Com sede em Portugal:</u>				
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A. ("Empresa mãe")	Maia	-	-	-
CIN Industrial Coatings, S.A. ("CIN Industrial Coatings")				
Terraços do Souto – Sociedade Imobiliária, S.A. ("Terraços do Souto")	Maia	100%	-	100%
Nictrading – Comércio Internacional, Lda. ("Nictrading")	Machico	-	100%	100%
Navis Marine Paints, S.A. ("Navis")	Maia	55%	-	55%
Atossa Imobiliária, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Atossa")	Maia	100%	-	100%
<u>Com sede em outros países:</u>				
CIN Valentine, S.A. ("CIN Valentine")	Barcelona (Espanha)	-	100%	100%
Pinturas CIN Canarias, S.A. ("Pinturas CIN Canarias")	Tenerife (Espanha)	-	100%	100%
Amida Inversiones, S.L. ("Amida Inversiones")	Madrid (Espanha)	5%	95%	100%
CIN Pinturas & Barnices, SLU ("CIN Pinturas & Barnices")	Madrid (Espanha)	-	100%	100%
Tintas CIN de Angola, SARL ("CIN Angola")	Benguela (Angola)	1%	99%	100%
Tintas CIN (Moçambique), SARL ("CIN Moçambique")	Maputo (Moçambique)	-	100%	100%
Vita Investments, S.A. ("Vita Investments")	Luxemburgo	-	100%	100%
CIN Celliose, S.A. ("CIN Celliose")	Lyon (França)	-	100%	100%
CIN Coatings Mexico S de RL de CV ("CIN Coatings Mexico")	Izcalli (México)	-	100%	100%
CIN Coatings South Africa (PTY), Ltd. ("CIN Coatings South Africa")	Johannesburg (África do Sul)	-	99%	99%
CIN Monopol, SAS ("CIN Monopol")	Valence (França)	-	100%	100%
CIN SORITEC, S.A. ("CIN Soritec")	Girona (Espanha)	-	100%	100%
NASA, Sociedad de R.L. ("NASA")	Valence (França)	-	100%	100%
CIN Govesan, S.A. ("CIN Govesan")	Madrid (Espanha)	-	100%	100%
CIN Coatings Polska Sp.z o.o. ("CIN Polónia")	Varsóvia (Polónia)	-	100%	100%
CIN Senegal ("CIN Senegal")	Dakar (Senegal)	-	70%	70%
Grupo Boero Bartolomeo:				
Boero Bartolomeo S.p.A. ("Boero Bartolomeo")	Genova (Itália)	83,24%	-	83,24%
Boero Colori France S.a.r.l. ("Boero França")	Mandelieu La Napoule (França)	-	83,24%	83,24%
Boero Colori Spain ("Boero Espanha")	Barcelona (Espanha)	-	83,24%	83,24%
Boero Coatings Turkey A.S. ("Boero Turquia")	Istambul (Turquia)	-	83,24%	83,24%
Delp Italia, s.r.l.	Milão (Itália)	-	83,24%	83,24%



## 4. OUTROS INVESTIMENTOS

As empresas subsidiárias excluídas da consolidação pelo método integral, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2025, são como segue:

Denominação social	Sede	Valor de balanço	Percentagem do capital detido		
			Directa	Indirecta	Efectiva
<u>Detidas por CIN:</u>					
Tintas CIN Guiné, Lda. ("CIN Guiné")	Bissau (Guiné)	-	51%	-	51%
Tintas CIN Macau, Lda. ("CIN Macau")	Macau (China)	-	90%	-	90%

Em Dezembro de 2025, foi concluída a liquidação e dissolução da sociedade CIN Brasil Participações Lda, que se encontrava sem atividade há mais de cinco anos.

Os investimentos financeiros nas empresas CIN Guiné e CIN Macau encontram-se registados ao custo de aquisição, tendo sido registada uma perda por imparidade para reduzir os mesmos ao valor estimado líquido de realização em resultado da sua inactividade.

## 5. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme referido na Nota 3, o Grupo CIN concluiu a aquisição das empresas CIN Schaeplan, Profi Color, Color Y Pintura e Patrício Castro, cujas atividades foram integradas nas demonstrações financeiras do exercício a partir da data de controlo de cada sociedade, em conformidade com o método de aquisição previsto pela IFRS 3. As sociedades Color y Pintura e Patrício Castro foram fusionadas ao longo de 2025 nas sociedades CIN e CIN Pinturas y Barnices respectivamente.

Os activos adquiridos e os passivos assumidos à data de aquisição resumam-se como segue:

## Relatório & Contas 2025

	Notas	CIN Schaepman	Alocação de justo valor	CIN Schaepman, justo valor	Profi Color	Alocação de justo valor	Profi Color, justo valor
<u>Activos não correntes:</u>							
Activos intangíveis		1 157 852	-	1 157 852	35 081	3 048 000	3 083 081
Activos sob direito de uso			-	-	9 395 728	-	9 395 728
Activos fixos tangíveis		5 076 013	4 503 000	9 579 013	1 026 109	-	1 026 109
Activos por impostos diferidos			425 356	425 356	373 642	-	373 642
Outros activos não correntes			-	-	191 935	-	191 935
<u>Activos correntes:</u>							
Inventários		2 881 982	-	2 881 982	7 102 240	-	7 102 240
Clientes e outras dívidas de terceiros		1 620 515	-	1 620 515	12 684 004	-	12 684 004
Caixa e equivalentes de caixa		1 162 950	-	1 162 950	34 180	-	34 180
<u>Passivos não correntes:</u>							
Provisões		-	(633 163)	(633 163)	(1 246 737)	-	(1 246 737)
Passivos por impostos diferidos		(337 327)	(1 161 774)	(1 499 101)	-	(850 392)	(850 392)
Outros Passivos não correntes					-	(3 577 384)	(3 577 384)
<u>Passivos correntes:</u>							
Financiamentos obtidos				-	(8 410 864)	-	(8 410 864)
Passivos de locação		(326 684)	-	(326 684)	(9 215 951)	-	(9 215 951)
Fornecedores e outras dívidas de terceiros		(1 472 037)	-	(1 472 037)	(8 234 004)	-	(8 234 004)
Imposto sobre o rendimento		(781 547)	-	(781 547)	-	-	-
Outros passivos correntes		(587 155)	-	(587 155)	-	-	-
		<u>8 394 563</u>	<u>3 133 419</u>	<u>11 527 982</u>	<u>3 735 363</u>	<u>(1 379 776)</u>	<u>2 355 587</u>
Goodwill			800 000	800 000	651 191	3 153 472	3 804 663
Preço de aquisição		<u>8 394 563</u>	<u>3 933 419</u>	<u>12 327 982</u>	<u>4 386 554</u>	<u>1 773 696</u>	<u>6 160 250</u>
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos				(1 162 950)			(34 180)
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição				<u>11 165 032</u>			<u>6 126 070</u>

	ANO 2025			ANO 2025		
	Color Y Pintura	Alocação de justo valor	Color Y Pintura, justo valor	Patricio e Castro	Alocação de justo valor	Patricio e Castro, justo valor
<u>Activos não correntes:</u>						
Activos intangíveis	2 539	-	2 539	-	-	-
Activos sob direito de uso	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis	107 606	-	107 606	-	-	-
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
Outros activos não correntes	-	-	-	-	-	-
<u>Activos correntes:</u>						
Inventários	19 758	-	19 758	96 526	-	96 526
Clientes e outras dívidas de terceiros	181 719	-	181 719	15 370	-	15 370
Caixa e equivalentes de caixa	88 255	-	88 255	34 134	-	34 134
<u>Passivos não correntes:</u>						
Provisões	-	-	-	-	-	-
Passivos por imposto diferidos	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos não correntes	-	-	-	-	-	-
<u>Passivos correntes:</u>						
Financiamentos obtidos	(173 650)	-	(173 650)	-	-	-
Passivos de locação	-	-	-	-	-	-
Fornecedores e outras dívidas de terceiros	(258 585)	-	(258 585)	(7 888)	-	(7 888)
Imposto sobre o rendimento	(20 634)	-	(20 634)	-	-	-
Outros passivos correntes	-	-	-	-	-	-
	<u>(52 992)</u>	<u>-</u>	<u>(52 992)</u>	<u>138 142</u>	<u>-</u>	<u>138 142</u>
Goodwill	-	1 153 016	1 153 016	-	-	-
Preço de aquisição	<u>(52 992)</u>	<u>1 153 016</u>	<u>1 100 024</u>	<u>320 000</u>	<u>-</u>	<u>320 000</u>
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	-	-	(88 255)	-	-	-
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição	-	-	1 011 769	-	-	-

Durante o exercício de 2025, de acordo com a IFRS 3, o Grupo efectuou os procedimentos necessários para o reconhecimento e mensuração dos activos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, com vista ao apuramento do goodwill resultante da aquisição.

O valor registado na rubrica “Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros” do agregado “Fluxos de caixa gerados pelas actividades de investimento”, da

demonstração consolidada dos fluxos de caixa, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 detalha-se como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros		
Delp Itália	-	948 720
Perfect Obelisk	276 000	240 000
Boero	13 853 032	-
Patricio Castro	320 000	-
Cin Schaepman	11 165 032	-
Color Y Pintura	1 011 769	-
Profi Color	6 126 070	-
	<u>32 751 904</u>	<u>1 188 720</u>

Em 31 de Dezembro de 2025 a participação do Grupo na Boero Bartolomeo totaliza 99,95% (83,24% em 31 de Dezembro de 2024). No âmbito do contrato celebrado de aquisição da Boero que previa a existência de opções de compra e venda (*Call/Put*), em 2025 o Grupo adquiriu acções da Boero Bartolomeo representativas de 16,71% do capital social, cujo custo de aquisição totalizou 13.853.032 Euros.

### 6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido no valor bruto dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Exercício de 2025							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos e ferramentas	Activos fixos tangíveis em curso	
<b>Activo bruto</b>								
Saldo inicial	35 927 789	145 301 237	141 158 525	2 477 353	18 213 751	2 562 478	3 476 689	349 117 822
Varição de perímetro (Nota 5)	2 548 000	14 611 157	1 753 282	1 170 570	1 796 796	263 995	243 845	22 387 646
Adições	-	1 176 240	2 256 306	324 108	1 680 245	60 437	3 427 261	8 924 596
Alienações e Abates	(185 697)	(2 113 669)	(1 219 418)	(353 021)	(842 905)	(169)	(3 202)	(4 718 081)
Transferências	-	1 921 129	1 184 345	-	392 958	-	(4 981 057)	(1 482 626,62)
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos da atualização cambial	(10 995)	(492 139)	(112 331)	(102 209)	(51 419)	(69 480)	(4 819)	(843 392)
Varição de perímetro								-
Saldo Final	38 279 097	160 403 955	145 020 708	3 516 801	21 189 426	2 817 261	2 158 716	373 385 964
<b>Depreciações e perdas de Imparidade acumuladas</b>								
Saldo inicial	5 500 000	98 506 147	118 661 383	2 133 290	16 032 620	2 082 361	-	242 915 801
Varição de perímetro (Nota 5)	-	8 309 573	1 137 969	896 449	1 008 605	97 161	-	11 449 756
Depreciações do exercício	-	4 442 045	3 910 841	131 859	698 093	2 754 969	-	11 937 807
Alienações e Abates	-	(1 846 693)	(1 081 645)	(352 141)	(794 971)	(169)	-	(4 075 620)
Reclassificações	-	8 614	(6 681)	-	(1 933)	-	-	-
Efeitos da atualização cambial	-	(145 788)	(99 541)	(86 509)	(43 983)	(60 664)	-	(436 485)
Saldo Final	5 500 000	109 273 897	122 522 326	2 722 948	16 898 430	4 873 658	-	261 791 256
<b>Valor Líquido</b>	32 779 097	51 130 058	22 498 382	793 853	4 290 995	(2 056 397)	2 158 716	111 594 707

	Exercício de 2024							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos e ferramentas	Activos fixos tangíveis em curso	
<b>Activo bruto</b>								
Saldo inicial	35 104 620	136 632 163	136 601 665	2 391 923	26 717 854	2 311 696	4 163 212	343 923 135
Varição de perímetro (Nota 5)	-	-	167 250	17 305	116 460	282 979	-	583 994
Adições	-	1 497 090	2 318 979	74 790	1 438 277	56 315	7 884 060	13 269 512
Alienações e Abates	-	(268 104)	(2 029 222)	(59 635)	(10 092 354)	(140 669)	(6 738)	(12 596 721)
Transferências	-	4 376 625	4 077 216	42 303	17 055	50 647	(8 563 846)	-
Reclassificações	826 751	3 149 565	-	-	-	-	-	3 976 316
Efeitos da atualização cambial	(3 582)	(86 101)	22 638	10 666	16 458	1 510	-	(38 411)
Varição de perímetro								-
Saldo Final	35 927 789	145 301 237	141 158 525	2 477 353	18 213 751	2 562 478	3 476 689	349 117 826
<b>Depreciações e perdas de Imparidade acumuladas</b>								
Saldo inicial	5 500 000	92 094 353	115 898 217	2 107 900	24 436 122	1 702 626	-	241 739 220
Varição de perímetro (Nota 5)	-	-	84 297	15 337	61 168	52 426	-	213 228
Depreciações do exercício	-	3 934 274	4 598 989	77 341	1 553 039	385 160	-	10 548 803
Alienações e Abates	-	(255 040)	(1 901 003)	(59 454)	(10 004 706)	(58 346)	-	(12 278 550)
Reclassificações	-	2 714 069	(224)	-	224	-	-	2 714 069
Efeitos da atualização cambial	-	18 490	(18 892)	(7 834)	(13 227)	496	-	(20 966)
Saldo Final	5 500 000	98 506 147	118 661 383	2 133 290	16 032 620	2 082 361	-	242 915 801
<b>Valor Líquido</b>	<b>30 427 789</b>	<b>46 795 090</b>	<b>22 497 142</b>	<b>344 063</b>	<b>2 181 131</b>	<b>480 117</b>	<b>3 476 689</b>	<b>106 202 025</b>

Em 31 de Dezembro de 2025, os “Activos fixos tangíveis em curso” eram essencialmente respeitantes a projectos relativos à área de operações, concentrados nas unidades da Maia e Rivalta, bem como na expansão da rede de lojas.

No exercício de 2025 e 2024, as adições dizem respeito, maioritariamente, aos investimentos realizados na unidade da Maia, pelos projectos de revamping da unidade produtiva (fase 2 e 3) e de modernização do centro de distribuição, e ainda a investimentos de índole comercial, na expansão da rede de lojas e colocação de

sistemas tintométricos, tendo sido efectuados os abates dos equipamentos substituídos pelos investimentos realizados.

O montante total registado na rubrica ‘transferências do ativo bruto’ em 31 de dezembro de 2025 corresponde a valores reclassificados para ativos fixos intangíveis (Nota 8), com o objetivo de os agregar aos projetos de investimento que melhor refletem a sua natureza.

O valor líquido de 1.267.000 Euros, incluído no movimento de 2024 como reclassificações, diz respeito a uma reclassificação de um terreno e um edifício detidos pelo Grupo Boero entre as rubricas de “Activos fixos tangíveis” e “Activos não correntes detidos para venda”, conforme descrito em detalhe na Nota 43.

## 7. GOODWILL

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o valor líquido contabilístico do Goodwill, o qual foi originado por aquisições efectuadas pelo Grupo nos mercados referidos com o objectivo de expandir as suas operações nesses mercados, tinha a seguinte composição:

País / negócio	Valor Líquido 31/12/2025	Valor Líquido 31/12/2024
Espanha	4 300 193	3 147 178
França	12 948 526	12 948 526
Portugal	8 567 901	8 567 901
Itália - Delp (Nota 5)	3 305 478	3 380 387
Itália - Profi Color	3 804 662	
Países Baixos-Cin Schaepman Lakfabrieken B.V.	800 000	
	<u>33 726 760</u>	<u>28 043 992</u>

O Grupo procede anualmente a testes de imparidade ao Goodwill. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso.

As análises de imparidade do Goodwill são efectuadas utilizando o método “Discounted Cash Flows”, tendo como base as projecções financeiras de *cash flows* de cada unidade geradora de caixa para um período de 5 anos e considerando uma perpetuidade após o último ano de projecção.

As projecções financeiras são preparadas com base em pressupostos de evolução da actividade das unidades geradoras de caixa, que o Conselho de Administração entende serem coerentes com o histórico e com as tendências de mercado, sendo razoáveis, prudentes e que reflectam a sua visão. Adicionalmente, sempre que possível, foram considerados dados de mercado obtidos de entidades externas, os quais foram comparados com dados históricos e a experiência do Grupo.

As taxas de desconto utilizadas reflectem o nível de endividamento e custo do capital alheio do Grupo CIN, bem como o nível de risco e rentabilidade esperada pelo mercado. Acresce referir que, na determinação das taxas de desconto, a componente relativa à taxa de juro de um activo sem risco tem por referência a taxa de juro das obrigações alemãs, acrescido de um prémio de risco para Portugal. As taxas de desconto utilizadas incluem ainda um prémio de risco de mercado.

A taxa de crescimento da perpetuidade é estimada com base na análise do potencial de mercado de cada unidade geradora de caixa, com base em expectativas do Conselho de Administração.

A quantificação dos pressupostos acima referidos foi efectuada tendo por base dados históricos, bem como a expectativa do Conselho de Administração do Grupo. Contudo, tais pressupostos podem ser afectados por fenómenos de natureza política, económica ou legal que neste momento são imprevisíveis.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os métodos e os pressupostos utilizados na elaboração dos testes de imparidade relativamente ao Goodwill, foram como segue:

Principais pressupostos	31/12/2025:			
	Espanha	França	Portugal	Itália
Taxa de desconto	8,53%	7,28%	8,15%	9,19%
Crescimento de vendas	4,00%	5,53%	4,10%	4,65%
Taxa de crescimento da perpetuidade	1,50%	1,50%	1,50%	0,00%

Principais pressupostos	31/12/2024:			
	Espanha	França	Portugal	Itália
Taxa de desconto	9,10%	7,90%	8,67%	8,81%
Crescimento de vendas	4,00%	4,00%	4,10%	3,20%
Taxa de crescimento da perpetuidade	1,50%	1,50%	1,50%	0,00%

O aumento de 0,25% no pressuposto das taxas de desconto ao longo dos anos das projecções não implicaria a necessidade de registar perdas por imparidade em 31 de Dezembro de 2025. De igual forma, a redução em 0,5% no pressuposto das taxas de crescimento da perpetuidade não resultaria em perdas em 31 de Dezembro de 2025.

## 8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido no valor bruto dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Exercício de 2025						
	Despesas de instalação	Despesas de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Trespases	Marcas	Outras imobilizações	Total
<b>Activo bruto:</b>							
Saldo inicial	2 967 120	10 313 878	15 838 458	4 177 409	23 400 000	690 428	57 387 293
Varição de perímetro (Nota 5)	-	-	1 182 000	-	-	4 238 343	5 420 343
Adições	-	912 333	31 572	-	-	142 651	1 086 556
Alienações e Abates	-	(11 777)	-	-	-	473 297	461 520
Transferências	-	1 482 627	-	-	-	-	1 482 627
Efeitos da atualização cambial	-	470	(11 368)	-	-	(37)	(10 936)
Saldo final	2 967 120	12 697 530	17 040 662	4 177 409	23 400 000	5 544 682	65 827 404
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:</b>							
Saldo Inicial	1 994 507	9 489 761	14 062 182	2 062 364	-	243 707	27 852 521
Varição de perímetro (Nota 5)	-	-	19 700	-	-	1 157 171	1 176 871
Amortizações do exercício	-	381 075	276 874	-	-	1 103 154	1 761 103
Alienações e Abates	-	-	-	-	-	(603)	(603)
Efeitos da atualização cambial	-	-	(11 368)	-	-	(38)	(11 406)
Saldo final	1 994 507	9 870 836	14 347 388	2 062 364	-	2 503 392	30 778 486
<b>Valor líquido</b>	<b>972 613</b>	<b>2 826 695</b>	<b>2 693 274</b>	<b>2 115 045</b>	<b>23 400 000</b>	<b>3 041 290</b>	<b>35 048 918</b>

	Exercício de 2024						Total
	Despesas de instalação	Despesas de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Trespases	Marcas	Outras imobilizações	
<b>Activo bruto:</b>							
Saldo inicial	3 076 798	13 330 496	15 618 824	4 177 409	23 400 000	464 999	60 068 526
Varição de perímetro (Nota 5)	-	-	446 544	-	-	329 844	776 387
Adições	64 860	776 821	-	-	-	-	841 681
Alienações e Abates	(174 538)	(3 793 439)	(229 880)	-	-	(104 393)	(4 302 250)
Efeitos da atualização cambial	-	-	2 970	-	-	(22)	2 949
Saldo final	2 967 120	10 313 878	15 838 458	4 177 409	23 400 000	690 428	57 387 293
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:</b>							
Saldo Inicial	1 852 173	12 645 142	13 718 453	2 062 364	-	26 097	30 304 229
Varição de perímetro (Nota 5)	-	-	159 166	-	-	280 132	439 298
Amortizações do exercício	316 872	638 058	411 473	-	-	27 122	1 393 525
Alienações e Abates	(174 538)	(3 793 439)	(229 880)	-	-	(89 623)	(4 287 480)
Efeitos da atualização cambial	-	-	2 970	-	-	(21)	2 949
Saldo final	1 994 507	9 489 761	14 062 182	2 062 364	-	243 707	27 852 521
<b>Valor líquido</b>	<b>972 613</b>	<b>824 117</b>	<b>1 776 276</b>	<b>2 115 045</b>	<b>23 400 000</b>	<b>446 721</b>	<b>29 534 772</b>

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, as rubricas “Marcas” e “Trespases” correspondem a:

- A rubrica “Marcas” inclui o montante de 23.400.000 Euros, que corresponde à valorização da marca Boero aquando da aquisição de controlo por parte do Grupo em 2021.
- A rubrica “Trespases” inclui o montante de 2.107.069 Euros correspondente ao contrato de trespasse celebrado entre a CIN e a Tintas Robbialac, S.A. em

19 de Novembro de 2007, mediante o qual a CIN adquiriu o negócio daquela entidade denominado “Segmento de Indústria”.

A CIN efectua testes de imparidade sobre os activos intangíveis sem vida útil definida com base anual, tendo por base os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração, não tendo sido apuradas imparidades por reconhecer no exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os pressupostos utilizados na elaboração dos testes de imparidade relativamente à rubrica “Marcas”, foram como segue:

Principais pressupostos	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de desconto	9,19%	8,81%
Crescimento de vendas (3 anos)	4,65%	3,20%
Taxa de crescimento da perpetuidade	0,00%	0,00%

9. ACTIVOS SOB DIREITO DE USO E PASSIVOS DE LOCAÇÃO

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 no montante dos activos relacionados com direitos de uso, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Exercício de 2025			Total
	Edifícios	Equipamento transporte	Outros Equipamentos	
<b>Activo Bruto:</b>				
Saldo Inicial	27 171 761	10 303 629	1 918 455	39 393 845
Varição de perímetro (Nota 5)	7 678 930	1 469 864	246 934	9 395 728
Aumentos	3 591 482	951 458	-	4 542 940
Actualizações de contratos	2 345 003	910 361	-	3 255 364
Contratos terminados	(5 556 863)	(967 390)	-	(6 524 254)
Cancelamentos de contratos	-	(68 954)	-	(68 954)
Transferências	(3 151 066)	(1 850 213)	(470 975)	(5 472 254)
<b>Saldo Final</b>	<b>32 079 246</b>	<b>10 748 755</b>	<b>1 694 414</b>	<b>44 522 415</b>
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:</b>				
Saldo Inicial	12 571 163	6 282 910	1 132 096	19 986 168
Varição de perímetro (Nota 5)	-	-	-	-
Aumentos	6 891 777	2 373 621	388 347	9 653 746
Contratos terminados	(5 091 343)	(733 440)	-	(5 824 783)
Cancelamentos de contratos	-	(32 790)	-	(32 790)
Transferências	(3 151 065)	(1 850 212)	(470 974)	(5 472 251)
<b>Saldo Final</b>	<b>11 220 531</b>	<b>6 040 089</b>	<b>1 049 469</b>	<b>18 310 089</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>20 858 715</b>	<b>4 708 666</b>	<b>644 945</b>	<b>26 212 326</b>

	Exercício de 2024			
	Edifícios	Equipamento transporte	Outros Equipamentos	Total
<b>Activo Bruto:</b>				
Saldo Inicial	19 044 022	8 918 646	1 768 057	29 730 725
Aumentos	9 451 625	2 932 511	-	12 384 136
Actualizações de contratos	334 167	(902 444)	150 398	(417 879)
Contratos terminados	(3 059 059)	(905 083)	-	(3 964 142)
Saldo Final	27 171 761	10 303 629	1 918 455	39 393 845
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:</b>				
Saldo Inicial	10 263 441	5 326 461	858 601	16 448 503
Aumentos	5 340 802	1 636 674	273 495	7 250 972
Contratos terminados	(3 033 081)	(680 225)	-	(3 713 306)
Saldo Final	12 571 163	6 282 910	1 132 096	19 986 168
Valor Líquido	14 600 598	4 020 719	786 359	19 407 676

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 no montante dos passivos de locação foi o seguinte:

	Exercício de 2025			
	Edifícios	Equipamento transporte	Outros Equipamentos	Total
Saldo Inicial	14 916 636	4 104 078	808 244	19 828 957
Variação de perímetro (Nota 5)	7 678 930	1 661 761	201 944	9 542 635
Aumentos (novos contratos)	3 591 482	951 458	-	4 542 940
Pagamentos	(7 195 783)	(2 653 419)	(333 385)	(10 182 587)
Juros	(753 699)	(263 529)	(40 014)	(1 057 242)
Alteração/cancelamento de contratos	3 095 589	951 458	-	4 047 047
Saldo Final	21 333 155	4 751 806	636 789	26 721 750

	Exercício de 2024			Total
	Edifícios	Equipamento transporte	Outros Equipamentos	
Saldo Inicial	9 020 893	3 657 348	926 969	13 605 210
Aumentos (novos contratos)	9 449 162	2 934 345	150 398	12 533 905
Pagamentos	(5 288 041)	(1 669 761)	(268 816)	(7 226 618)
Juros	(491 008)	(181 984)	(307)	(673 299)
Alteração/cancelamento de contratos	824 624	(895 869)	-	(71 245)
Saldo Final	14 916 636	4 104 078	808 244	19 828 957

O montante de passivos de locação não correntes detalha-se do seguinte modo:

	30/12/2025	30/12/2024
Entre 1 e 2 anos	6 121 697	5 031 892
Entre 2 e 3 anos	3 983 428	3 297 470
Entre 3 e 4 anos	2 871 218	1 663 711
Mais de 4 anos	5 459 316	3 461 275
	18 435 658	13 454 349

Os montantes registados nesta rubrica referem-se a imóveis não utilizados no decurso ordinário dos negócios do Grupo CIN, estando, no seu estado actual ou após processo de valorização, destinados a venda ou arrendamento.

O Grupo tem como política, com base recorrente, realizar avaliações por avaliadores externos independentes, com qualificação profissional, a fim de aferir do valor de recuperação dos referidos activos.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

#### 10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o detalhe por imóvel das propriedades de investimento do Grupo é como segue:

	30/12/2025	30/12/2024
Propriedades de investimento:		
Terreno/Imóveis Guardieiras	4 623 948	4 623 948
Terreno/Imóveis Leça da Palmeira	7 870 823	7 744 923
Terreno/Imóveis Itália	1 513 858	1 676 475
	14 008 629	14 045 345

	31/12/2025	31/12/2024
Propriedades de investimento:		
Saldo em 1 de Janeiro	15 728 906	14 767 453
Adições	125 900	1 372 562
Alienações	-	(248 297)
Depreciações do exercício	(162 617)	(162 811)
	15 692 189	15 728 906
Perdas por Imparidade	(1 683 561)	(1 683 561)
Saldo em 31 de Dezembro	14 008 628	14 045 345

As adições realizadas em 2025 e 2024 referem-se essencialmente ao desenvolvimento do projecto de Leça da Palmeira, para o qual se encontram já em vigor contratos de arrendamento de longo prazo.

#### 11. CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 1.3 e), foram classificados como segue:

##### Activos financeiros

<u>31 de Dezembro de 2025</u>	<u>Notas</u>	<u>Instrumentos de dívida e contas a receber ao custo amortizado</u>	<u>Instrumento de Capital</u>	<u>Instrumentos de dívida ao justo valor através da demonstração de resultados</u>	<u>Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral</u>	<u>Total</u>
<u>Activos não correntes</u>						
Outros activos financeiros	13	-	6 996 936	65 254	-	7 062 190
Outros activos não correntes	15	1 721 255	-	-	-	1 721 255
		<u>1 721 255</u>	<u>6 996 936</u>	<u>65 254</u>	<u>-</u>	<u>8 783 445</u>
<u>Activos correntes</u>						
Clientes	17	97 577 235	-	-	-	97 577 235
Outras dívidas de terceiros	18	5 039 664	-	-	-	5 039 664
Outros activos financeiros	13	-	-	-	6 196 673	6 196 673
Caixa e equivalentes a caixa	20	41 229 174	-	-	-	41 229 174
		<u>143 846 073</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6 196 673</u>	<u>150 042 746</u>
		<u>145 567 328</u>	<u>6 996 936</u>	<u>65 254</u>	<u>6 196 673</u>	<u>158 826 191</u>

## Relatório & Contas 2025

31 de Dezembro de 2024	Notas	Instrumentos de	Instrumento	Instrumentos de	Instrumentos de	Total
		dívida e contas a receber ao custo amortizado	de Capital	dívida ao justo valor através da demonstração de resultados	dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	
<u>Activos não correntes</u>						
Outros activos financeiros	13	-	6 996 936	59 582	-	7 056 518
Outros activos não correntes	15	1 107 595	-	-	-	1 107 595
		1 107 595	6 996 936	59 582	-	8 164 112
<u>Activos correntes</u>						
Clientes	17	92 419 653	-	-	-	92 419 653
Outras dívidas de terceiros	18	4 875 761	-	-	-	4 875 761
Outros activos financeiros	13	-	-	-	6 608 731	6 608 731
Caixa e equivalentes a caixa	20	43 642 476	-	-	-	43 642 476
		140 937 890	-	-	6 608 731	147 546 622
		142 045 485	6 996 936	59 582	6 608 731	155 710 734

## Passivos financeiros

31 de Dezembro de 2025	Notas	Derivados de	Passivos financeiros	Passivos	Total
		cobertura	mensurados subsequentemente ao custo amortizado	financeiros mensurados ao justo valor por	
<u>Passivos não correntes</u>					
Financiamentos obtidos	24	-	68 606 058	-	68 606 058
Passivos de locação	9	-	18 435 658	-	18 435 658
Instrumentos financeiros derivados	12	466 023	-	-	466 023
Outros passivos não correntes	29	-	-	3 757 339	3 757 339
		466 023	87 041 716	3 757 339	91 265 078
<u>Passivos correntes</u>					
Financiamentos obtidos	24	-	80 367 083	-	80 367 083
Passivos de locação	9	-	8 286 092	-	8 286 092
Fornecedores	26	-	75 642 965	-	75 642 965
Outras dívidas a terceiros	27	-	34 488 185	-	34 488 185
Outros passivos correntes	29	-	11 948 249	-	11 948 249
		-	210 732 574	-	210 732 574
		466 023	297 774 290	3 757 339	301 997 652

	Notas	Passivos financeiros mensurados		Total
		Derivados de cobertura	subsequentemente ao custo amortizado	
<u>31 de Dezembro de 2024</u>				
<u>Passivos não correntes</u>				
Financiamentos obtidos	24	-	95 104 714	95 104 714
Passivos de locação	9	-	13 454 349	13 454 349
Instrumentos financeiros derivados	12	235 620	-	235 620
		235 620	108 559 063	108 794 683
<u>Passivos correntes</u>				
Financiamentos obtidos	24	-	44 169 860	44 169 860
Passivos de locação	9	-	6 374 608	6 374 608
Fornecedores	26	-	63 325 364	63 325 364
Outras dívidas a terceiros	27	-	24 232 707	24 232 707
Outros passivos correntes	29	-	12 623 785	12 623 785
		-	150 726 324	150 726 324
		235 620	259 285 387	259 521 007

## 12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O Grupo tem contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados, que se destinam a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro.

A contratação deste tipo de instrumentos é efectuada tendo em conta os riscos que afectam os passivos e após a verificação de quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados a cobertura desses riscos.

Estas operações, são permanentemente monitorizadas, nomeadamente através da análise de diversos indicadores relativos a estes instrumentos, em particular a evolução do seu valor de mercado e a sensibilidade dos cash-flows estimados e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objectivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

O registo dos instrumentos financeiros derivados é efectuado de acordo com as disposições da IFRS 9, sendo mensurados pelo seu justo valor, considerando, para tal, avaliações efectuadas por instituições financeiras baseadas em modelos matemáticos. Estes modelos baseiam-se, essencialmente, em informação de mercado.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pela Empresa consistem em swaps de taxa de juro. Procedem-se a qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação, em observância as disposições da IFRS 9.

A contabilidade de cobertura é aplicável aos instrumentos financeiros derivados que são eficientes no que respeita ao efeito de anulação das variações de cash flows dos activos/passivos subjacentes. A eficiência de tais operações é verificada por parte do Grupo.

Instrumentos de cobertura de cash flows são instrumentos financeiros derivados que cobrem o risco de taxa de juro. A parcela efectiva das variações de justo valor das coberturas de cash flows é reconhecida em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura”, enquanto a parte não eficiente é imediatamente registada na demonstração consolidada dos resultados.

Cobertura de Cash – Flow

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o Grupo tinha contratado os seguintes instrumentos financeiros derivados de taxa de juro:

<b>Exercício de 2025</b>			
<u>Tipo de operação</u>	<u>Maturidade</u>	<u>Montante subjacente</u>	<u>Justo valor</u>
Cobertura de cash flows	07-12-2026	45 000 000	424 353
Cobertura de cash flows	12-11-2028	40 000 000	(490 196)
Cobertura de cash flows	18-06-2029	20 000 000	(400 179)
	Total		<u>(466 023)</u>

<b>Exercício de 2024</b>			
<u>Tipo de operação</u>	<u>Maturidade</u>	<u>Montante subjacente</u>	<u>Justo valor</u>
Cobertura de cash flows	07-12-2026	45 000 000	904 534
Cobertura de cash flows	12-11-2025	40 000 000	195 128
Cobertura de cash flows	12-11-2028	40 000 000	(701 855)
Cobertura de cash flows	18-06-2029	20 000 000	(633 427)
	Total		<u>(235 620)</u>

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 os montantes do justo valor líquidos apurados encontram-se registados no passivo não corrente.

Em 31 de Dezembro de 2025 encontrava-se registada no capital próprio uma reserva de cobertura associada a estes instrumentos financeiros derivados, líquido do efeito fiscal, no montante de -370.488 Euros (-182.605 Euros em 31 de Dezembro de 2024).

13. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica “Outros activos financeiros” é como segue:

<u>Outros activos financeiros - Não Correntes</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Investimentos mensurados ao Custo:		
Grupo Média Capital	6 433 645	6 433 645
Kuikila Moçambique	<u>563 291</u>	<u>563 291</u>
	6 996 936	6 996 936
Investimentos mensurados ao Justo Valor:		
Outros Investimentos	<u>65 254</u>	<u>59 582</u>
	<u>7 062 190</u>	<u>7 056 518</u>

<u>Outros activos financeiros - Correntes</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Investimentos mensurados ao Justo Valor:		
Obrigações	4 941 165	6 069 821
Fundos de Obrigações	<u>1 255 508</u>	<u>538 910</u>
	6 196 673	6 608 731
	<u>6 196 673</u>	<u>6 608 731</u>

Os investimentos financeiros mensurados ao custo resultam, essencialmente, do facto de se tratar de investimentos em sociedades não cotadas, e cujo justo valor não pode ser mensurado fiavelmente.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o Grupo detém uma participação de 11,20 % no Grupo Media Capital. A referida participação encontra-se registada ao custo pelo montante de 6.433.645 Euros. Apesar da CIN deter um elemento por si nomeado no Conselho de Administração da referida entidade, entente que não existe influência significativa sobre a entidade. Consideramos que os seguintes factores adicionais

evidenciam que não existe influência significativa por parte da CIN no Grupo Media Capital:

- a CIN tem menos de 20% dos direitos de voto (participação é de cerca de 11,20%);
- o Conselho de Administração do Grupo Media Capital é composto por 9 elementos, sendo que a CIN representa uma minoria accionista;
- nos Estatutos do GMC encontra-se previsto que é possível tomar decisões havendo quorum de apenas 1/3 do capital (art. 15º) e todas as deliberações de Assembleia Geral dependem apenas de uma maioria simples dos direitos de voto presentes (art. 16º);
- ainda de acordo com os estatutos do Grupo Media Capital (art. 23º), a reunião do Conselho de Administração pode ser convocada pelo Presidente ou no mínimo por dois administradores, e para a tomada de todas decisões basta apenas votos favoráveis por maioria simples.

Os investimentos mensurados ao justo valor acima identificados, são instrumentos cotados, para os quais existe informação de mercado para utilizar medidas de valorização de Nível 1. Os pagamentos e recebimentos desta tipologia de instrumentos, são registadas na linha “Investimentos detidos para negociação” (Fluxos de caixa gerados pela actividade de investimento) da demonstração consolidada dos fluxos de caixa.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresentou os seguintes movimentos:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Outros Activos Financeiros:		
Saldo em 1 de Janeiro	9 603 584	10 353 584
Adições	5 672	-
Alienações	-	(50 000)
Transferências	-	(700 000)
	<u>9 609 256</u>	<u>9 603 584</u>
Perdas por Imparidade	<u>(2 547 066)</u>	<u>(2 547 066)</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>7 062 190</u>	<u>7 056 518</u>

As alienações registadas em 2024 referem-se à participação que o Grupo detinha no empreendimento Estela Golf. As transferências registadas em 2024 referem-se à participação inicial que a Boero Bartolomeo detinha na Delp e que com a concretização da aquisição da totalidade do capital social em 2024, foi transferida para investimentos em subsidiárias e objecto de consolidação pelo método integral a partir dessa data.

#### 14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de Dezembro de 2025, bem como o respectivo movimento no exercício findo naquela data podem ser resumidos como segue:

	Saldos iniciais	Var. Perimetro (Nota 5)	Efeito em Resultados (Nota 34)	Efeito em capitais próprios	Saldos finais
<b>Activos por impostos diferidos:</b>					
Amortizações não aceites fiscalmente	251 748	75 859	24 905	-	352 512
Provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	2 042 798	279 927	(259 568)	-	2 063 157
Imparidade Propriedades de investimento	697 312	-	(61 984)	-	635 328
Outros	788 938	443 212	198 235	42 520	1 472 905
	<u>3 780 796</u>	<u>798 998</u>	<u>(98 412)</u>	<u>42 520</u>	<u>4 523 902</u>
<b>Passivos por impostos diferidos:</b>					
Avaliação de instrumentos derivados de cobertura	49 276	-	(49 276)	-	-
Reavaliação ativos	8 442 557	850 392	(213 742)	-	9 079 207
Ajustamentos Justo valor imóveis	653 220	1 499 101	68 535	(154 534)	2 066 322
Outros	484 520	-	(337 034)	166 145	313 630
	<u>9 629 574</u>	<u>2 349 493</u>	<u>(531 517)</u>	<u>11 611</u>	<u>11 459 159</u>

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de Dezembro de 2024, bem como o respectivo movimento no exercício findo naquela data podem ser resumidos como segue:

	Saldos iniciais	Var. Perimetro (Nota 5)	Efeito em Resultados (Nota 34)	Efeito em capitais próprios	Saldos finais
<b>Activos por impostos diferidos:</b>					
Amortizações não aceites fiscalmente	292 146	18 938	(59 336)	-	251 748
Provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	2 069 985	193 423	(220 610)	-	2 042 798
Prejuízos fiscais	13 148	-	(13 148)	-	-
Imparidade Propriedades de investimento	697 312	-	-	-	697 312
Outros	379 877	299 781	56 265	53 015	788 938
	<u>3 452 467</u>	<u>512 142</u>	<u>(236 829)</u>	<u>53 015</u>	<u>3 780 796</u>
<b>Passivos por impostos diferidos:</b>					
Avaliação de instrumentos derivados de cobertura	594 248	-	-	(544 972)	49 276
Reavaliação ativos	8 644 863	-	-	(202 306)	8 442 557
Ajustamentos Justo valor imóveis	755 253	-	-	(102 033)	653 220
Outros	401 196	-	(268 471)	351 796	484 520
	<u>10 395 559</u>	<u>-</u>	<u>(268 471)</u>	<u>(497 514)</u>	<u>9 629 574</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da CIN e das empresas do Grupo estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais das empresas do Grupo sedeadas em Portugal desde 2021 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da CIN entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2025.

Em Espanha, no exercício de 2014, os prejuízos fiscais deixaram de ter limite temporal de utilização futura. Em França, a utilização futura dos prejuízos fiscais, não tem igualmente limite temporal.

Em 31 de Dezembro de 2025, o Grupo detinha créditos fiscais reportáveis como segue (com base nas respectivas declarações de rendimentos já entregues):

Exercícios em que foram gerados	Espanha	Itália	Turquia
Anteriores a 2017	63 672 417		
Exercício de 2017	7 999 218		
Exercício de 2018	9 015 573		
Exercício de 2019	6 525 036		
Exercício de 2020	6 630 310		
Exercício de 2021	6 877 438		
Exercício de 2022	9 202 392		
Exercício de 2023	6 070 480		
Exercício de 2024	5 960 120		
Exercício de 2025	7 681 441	2 083 601	212 771
	<u>129 634 426</u>	<u>2 083 601</u>	<u>212 771</u>

## Relatório & Contas 2025

Não se encontram registados activos por impostos diferidos relativamente a estes montantes, uma vez que não se perspectivam lucros tributáveis futuros suficientes para a sua recuperação.

Os regimes de consolidação fiscal praticado no Grupo estão descritos no capítulo 1.3, alínea n) das políticas adoptadas.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos activos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

País origem da filial:	Taxa de imposto utilizada	
	31/12/2025	31/12/2024
Portugal	21,50%	22,50%
Espanha	25,00%	25,00%
Luxemburgo	24,90%	24,90%
Angola	25,00%	25,00%
Moçambique	32,00%	32,00%
França	25,00%	29,50%
Itália	27,90%	27,90%
México	30,00%	30,00%
África do Sul	27,00%	28,00%

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as empresas portuguesas encontram-se adicionalmente sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

## 15. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes	289 820	310 890
Cauções e Garantias prestadas	1 431 435	796 705
	<u>1 721 255</u>	<u>1 107 595</u>

Os montantes classificados na rubrica “Clientes” do activo não corrente são relativos à venda de equipamentos cujo valores em dívida apenas se vencerão a mais de 1 ano desde a data de relato.

Adicionalmente, o montante registado na rubrica “Cauções e Garantias prestadas” refere-se a cauções e garantias prestadas a terceiros no âmbito de contratos relativos à actividade corrente do Grupo.

## 16. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	32 540 391	29 729 747
Mercadorias	24 207 014	13 908 760
Produtos Acabados e Intermédios	37 536 579	32 400 011
	94 283 983	76 038 518
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 30)	(6 618 111)	(5 549 973)
	<u>87 665 872</u>	<u>70 488 545</u>

## Relatório & Contas 2025

O custo das existências vendidas e consumidas nos exercícios findos em 31 de Dezembro 2025 e 2024 foi apurado como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Existências iniciais:		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	29 729 747	27 643 589
Mercadorias	13 908 760	9 272 920
Varição de perímetro	7 989 898	-
Compras	202 894 579	192 184 655
Regularizações de existências	(114 277)	(194 584)
Existências finais:		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	(32 540 391)	(29 729 747)
Mercadorias	<u>(24 207 014)</u>	<u>(13 908 760)</u>
	<u>197 661 303</u>	<u>185 268 073</u>

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de Dezembro 2025 e 2024 foi apurada como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Existências finais	37 536 579	32 400 011
Regularizações de existências	(297 515)	(230 003)
Existências iniciais	<u>(32 400 011)</u>	<u>(34 285 801)</u>
	<u>4 839 052</u>	<u>(2 115 793)</u>

### 17. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de clientes correntes tinha a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Clientes, conta corrente	99 264 594	94 423 021
Clientes, letras a receber	1 081 280	982 665
Clientes de cobrança duvidosa	<u>7 237 700</u>	<u>7 187 558</u>
	107 583 574	102 593 244
Perdas por imparidades acumuladas (Nota 30)	<u>(10 006 339)</u>	<u>(10 173 590)</u>
	<u>97 577 235</u>	<u>92 419 653</u>

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados na demonstração consolidada da posição financeira encontram-se líquidos de:

- i) bónus anuais a atribuir a clientes (rappel anual), no montante de 10.032.278 Euros em 31 de Dezembro de 2025 e 9.798.107 Euros em 31 de Dezembro de 2024, e
- ii) perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas.

O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber se aproximam do seu justo valor. O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes.

De acordo com a informação constante na demonstração consolidada da posição financeira do Grupo, a antiguidade dos saldos a receber de clientes correntes é a seguinte:

## Relatório & Contas 2025

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Não vencido	82 615 513	76 499 051
Vencido mas não provisionado:		
0-30 dias	7 271 896	7 670 056
30-90 dias	5 362 246	4 840 914
mais de 90 dias	2 327 579	3 409 631
Vencido e provisionado:		
0-90 dias	33 473	159 277
90-180 dias	28 190	569 250
180-360 dias	645 184	553 303
Mais de 360 dias	9 299 493	8 891 760
	<u>107 583 574</u>	<u>102 593 244</u>

Adicionalmente, o Grupo regista em outros activos não correntes verbas a receber de clientes com vencimento estipulado superior a 1 ano desde a data de relato, conforme referido na nota 15.

### 18. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldos devedores de fornecedores	265 741	98 325
Pessoal	786 875	689 351
Adiantamentos a fornecedores e fornecedores de imobilizado	179 581	154 672
Contas a receber de empresas associadas (Nota 40)	-	934 923
Outros devedores	3 952 810	5 622 378
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2 920 863	2 027 066
Outros impostos	211 873	204 567
	<u>8 317 743</u>	<u>9 731 282</u>
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 30)	<u>(3 278 079)</u>	<u>(4 855 521)</u>
	<u>5 039 664</u>	<u>4 875 761</u>

Em 2025 o montante registados na rubrica “Outros devedores” corresponde ao valor a receber de uma empresa atualmente em fase de dissolução, localizada em Moçambique e para o qual está reconhecida uma perda por imparidade para a totalidade do seu valor.

Em 2024 os montantes registados na rubrica “Outros devedores” correspondem, essencialmente, a valores a receber de empresas atualmente inativas, localizadas em Moçambique e no Brasil e para os quais estão reconhecidas perdas por imparidade para a totalidade do seu valor. A rubrica contas a receber de empresas associadas regista os créditos correntes que a Boero detém sobre a associada Chugoku – Boat Italy, S.P.A (Nota 42).

### 19. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Gastos a reconhecer:		
Seguros antecipados	81 902	67 125
Rendas antecipadas	104 226	640 010
Bonus a receber	907 815	763 953
Royalties a receber	158 073	121 570
Outros fornecimento e serviços	2 285 699	1 585 022
Outros	80 908	196 864
	<u>3 618 623</u>	<u>3 374 545</u>

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica “Outros” é composta essencialmente por custos com serviços contratados que se encontram a ser diferidos pelo período de ocorrência dos referidos serviços.

## 20. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Numerário	10 914	27 490
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	41 176 508	43 579 197
Equivalentes a caixa	41 753	35 789
	<u>41 229 174</u>	<u>43 642 476</u>

Nos depósitos bancários imediatamente mobilizáveis estão incluídos Depósitos a Prazo no valor total de 6M Euros cujos vencimentos ocorrem num prazo inferior a 30 dias, ainda assim disponibilizáveis em datas anteriores ao seu vencimento mediante a penalização dos juros.

Em 31 de Dezembro de 2025, a Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito no montante de 126.028.438 Euros (em 31 de Dezembro de 2024: 126.909.351 Euros) que poderão ser utilizadas para futuras actividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

## 21. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o capital social da CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A., totalmente subscrito e realizado, é composto por 25.000.000 acções com o valor nominal de 1 Euro, cada.

Em 31 de Dezembro de 2025, a Pleso Holding B.V. detém 97,5% do capital da Empresa (Nota introdutória).

## 22. CAPITAL PRÓPRIO

### Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, apurado nas demonstrações financeiras da Empresa, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

### Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos accionistas, excepto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respectivos bens objecto de reavaliação tenham sido alienados.

### Reservas de conversão cambial

As reservas de conversão cambial reflectem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

### Reservas de justo valor

As reservas de justo valor reflectem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros disponíveis para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

## 23. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o movimento da rubrica de capital próprio “Interesses que não controlam”, foi como segue:

## Relatório & Contas 2025

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1 de Janeiro	12 328 316	12 312 931
Movimentos gerados no exercício associados à aquisição de acções do Grupo Boero	(12 001 397)	-
Dividendos	(340 315)	(340 309)
Outras variações patrimoniais atribuíveis aos interesses sem controlo	(2 105)	(31 581)
Resultado líquido do exercício	(3 338)	387 274
Saldo em 31 de Dezembro	<u>(18 839)</u>	<u>12 328 316</u>

Em 2025, o movimento do exercício inclui o impacto da aquisição de acções do Grupo Boero representativas de 16,71% do capital social, que confere ao Grupo a percentagem de detenção de 99,95% a 31 de Dezembro de 2025 (83,24% em 31 de Dezembro de 2024), conforme referido na Nota 5.

Os interesses não controlados encontram-se associados às participações no Grupo Boero Bartolomeo, e CIN Senegal.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o detalhe por subsidiária era como segue:

	Saldo final 31.12.2025	Resultado do exercício 2025	Saldo final 31.12.2024	Resultado do exercício 2024
Entidades com interesses que não controla:				
Grupo Boero Bartolomeo	32 512	(1 248)	12 375 468	404 693
Navis – Marine Paints, S.A.	-	-	2 370	1 844
CIN Senegal	(51 351)	(2 090)	(49 522)	(19 263)
	<u>(18 839)</u>	<u>(3 338)</u>	<u>12 328 316</u>	<u>387 274</u>

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a informação agregada destas subsidiárias com interesses que não controlam incluídas na consolidação é como segue:

	31/12/2025					
	Activo Não Corrente	Activo Corrente	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	Total Activos Líquidos	Resultado do Exercício
Grupo Boero Bartolomeo	76 375 336	98 462 819	35 869 156	69 481 970	69 487 029	(2 655 029)
CIN Senegal	9 351	61 838	74 906	167 454	(171 171)	(6 968)

	31/12/2024					
	Activo Não Corrente	Activo Corrente	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	Total Activos Líquidos	Resultado do Exercício
Grupo Boero Bartolomeo	61 307 046	80 314 537	17 090 194	50 530 105	74 001 284	2 415 068
Navis – Marine Paints, S.A.	-	11 162	-	5 896	5 266	4 090
CIN Senegal	9 566	63 980	74 906	163 712	(165 073)	(64 211)

### 24. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os financiamentos obtidos, por natureza de financiamento, eram como segue:

	31/12/2025			
	Limite	Montante utilizado	Corrente	Não corrente
Empréstimos Bancários	62 650 019	34 121 581	25 355 276	8 766 305
Empréstimos Obrigacionistas	75 000 000	75 000 000	45 000 000	30 000 000
Papel Comercial	137 500 000	40 000 000	10 000 000	30 000 000
Encargos com emissão de empréstimos	-	(148 440)	11 807	(160 247)
	<u>275 150 019</u>	<u>148 973 141</u>	<u>80 367 083</u>	<u>68 606 058</u>

	31/12/2024			
	Limite	Montante utilizado	Corrente	Não corrente
Empréstimos Bancários	45 708 299	18 296 054	16 437 827	1 858 227
Programas Papel Comercial	127 500 000	31 000 000	12 500 000	18 500 000
Empréstimos Obrigacionistas	90 000 000	90 000 000	15 000 000	75 000 000
Encargos com emissão de empréstimos	-	(21 480)	232 033	(253 513)
	<u>263 208 299</u>	<u>139 274 574</u>	<u>44 169 860</u>	<u>95 104 714</u>

Os montantes registados na rubrica de “Encargos com emissão de empréstimos” são respeitantes ao impacto do cálculo do custo amortizado associado aos financiamentos obtidos à data de relato.

## Relatório & Contas 2025

### Empréstimos bancários

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o detalhe dos empréstimos bancários por empresa do Grupo (excluindo programas de papel comercial) e o vencimento da parcela não corrente era como segue:

Empresa	31/12/2025			
	Limite	Montante utilizado	Corrente	Não corrente
CIN Valentine	2 500 000	1 548 364	1 548 364	-
CIN Pinturas y Barnices	112 486	112 486	112 486	-
CIN	1 000 000	839 623	839 623	-
Boero	48 300 000	21 211 259	14 570 623	6 640 636
Delp Italia	1 553 199	1 553 199	1 451 209	101 990
Profi Color	8 172 389	8 172 389	6 196 647	1 975 742
Soritec	350 000	22 316	22 316	-
CIN Celliose	647 244	647 244	599 307	47 937
CIN Angola	14 700	14 700	14 700	-
	<u>62 650 019</u>	<u>34 121 581</u>	<u>25 355 276</u>	<u>8 766 305</u>

Empresa	31/12/2024			
	Limite	Montante utilizado	Corrente	Não corrente
CIN Valentine	2 500 000	1 552 235	1 552 235	-
CIN SA	1 000 000	317 480	317 480	-
Boero Bartolomeo	40 300 000	14 768 678	13 557 658	1 211 020
Soritec	350 000	99 363	99 363	-
CIN Celliose	1 548 166	1 548 166	900 958	647 208
CIN Angola	10 133	10 133	10 133	-
	<u>45 708 299</u>	<u>18 296 054</u>	<u>16 437 827</u>	<u>1 858 227</u>

### Amortização dívida Não Corrente

Empresa	Não			
	corrente	2027	2028	2029
Boero	6 640 636	2 571 567	2 631 458	1 437 611
Delp Italia	101 990	87 038	14 952	-
Profi Color	1 975 742	1 613 632	333 721	28 389
CIN Celliose	47 937	47 937	-	-
	<u>8 766 305</u>	<u>4 320 175</u>	<u>2 980 130</u>	<u>1 466 000</u>

Os financiamentos obtidos de instituições de crédito acima referidos vencem juros a taxas de mercado.

Papel Comercial

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os programas de papel comercial eram como segue:

Emissão	31/12/2025				
	Montante total do programa	Valor Nominal da emissão	Corrente	Não corrente	Juros
<b>CIN- Corporação Industrial do Norte, S.A</b>					
Contrato (12.500.000 Euros)					
14ª Emissão	12 500 000	10 000 000		10 000 000	131 297
16ª Emissão	12 500 000	2 500 000		2 500 000	5 417
Contrato (12.500.000 Euros)					
14ª Emissão	12 500 000	7 500 000		7 500 000	15 175
Contrato (20.000.000 Euros)	20 000 000				
Contrato (30.000.000 Euros)	30 000 000				
Contrato (12.500.000 Euros)	12 500 000				
Contrato (20.000.000 Euros)	20 000 000				
5ª Emissão	20 000 000	10 000 000		10 000 000	64 550
Contrato (20.000.000 Euros)	20 000 000				
62ª Emissão	20 000 000	10 000 000	10 000 000		63 925
Contrato (10.000.000 Euros)	10 000 000				
	<b>137 500 000</b>	<b>40 000 000</b>	<b>10 000 000</b>	<b>30 000 000</b>	<b>280 364</b>

Emissão	31/12/2024				
	Montante total do programa	Valor Nominal da emissão	Corrente	Não corrente	Juros
<b>CIN- Corporação Industrial do Norte, S.A</b>					
Contrato (12.500.000 Euros)	12 500 000				
3ª Emissão		4 500 000	-	4 500 000	26 574
4ª Emissão		8 000 000	-	8 000 000	31 269
Contrato (12.500.000 Euros)	12 500 000				
120ª Emissão		12 500 000	12 500 000	-	25 594
Contrato (20.000.000 Euros)	20 000 000				
49ª Emissão		3 000 000	-	3 000 000	8 755
50ª Emissão		3 000 000	-	3 000 000	8 427
Contrato (30.000.000 Euros)	30 000 000	-	-	-	-
Contrato (12.500.000 Euros)	12 500 000	-	-	-	-
Contrato (20.000.000 Euros)	20 000 000	-	-	-	-
Contrato (10.000.000 Euros)	10 000 000	-	-	-	-
Contrato (10.000.000 Euros)	10 000 000	-	-	-	-
	<b>127 500 000</b>	<b>31 000 000</b>	<b>12 500 000</b>	<b>18 500 000</b>	<b>100 618</b>

Os saldos das emissões de Papel Comercial estão subjacentes aos seguintes contratos de Programas de emissão de Papel Comercial:

Empresa	Montante Total do Programa	Data de Início	Validade
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	30 000 000	Junho de 2017	Junho de 2029
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	20 000 000	Julho de 2022	Julho de 2029
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	12 500 000	Maior de 2024	Maior de 2027
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	12 500 000	Abril de 2024	Abril de 2031
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	12 500 000	Maior de 2025	Maior de 2030
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	20 000 000	Julho de 2022	Julho de 2029
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	10 000 000	Julho de 2022	Julho de 2027
CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.	20 000 000	Maior de 2025	Maior de 2030

## Relatório & Contas 2025

As emissões de papel comercial, de acordo com as suas condições vencem juros indexados à Euribor a 3, 6 ou 12 meses adicionados de spread a taxa de mercado.

De acordo com as condições dos contratos dos Programas de Papel Comercial, as emissões podem ser efectuadas até um ano, até ao limite contratado, tendo as instituições financeiras assumido a garantia de colocação integral de cada emissão a efectuar no âmbito dos contratos.

É intenção do Conselho de Administração da CIN utilizar os programas acima referidos num período superior a doze meses.

### Empréstimos obrigacionistas

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, as emissões de empréstimos obrigacionistas eram como segue:

<u>Empréstimos por obrigações</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Data início</u>	<u>Data fim</u>
CIN 2021/26	45 000 000	45 000 000	06-12-2021	06-12-2026
CIN 2020/25	-	5 000 000	18-03-2020	18-03-2025
CIN 2022/27	-	40 000 000	12-05-2022	12-05-2027
CIN 2025/30	30 000 000	-	12-05-2025	12-05-2030
	<u>75 000 000</u>	<u>90 000 000</u>		

O empréstimo obrigacionista denominado CIN 2022/27 tinha uma amortização de 10.000.000 euros em 12 de Maio de 2025. Pelos restantes 30.000.000 euros foi assinado um Acordo de Compra e Venda das Obrigações e procedeu-se à emissão de novo Empréstimo Obrigacionista daquele valor com vencimento a 12 de Maio de 2030.

Estes empréstimos, de acordo com as suas condições vencem juros indexados à Euribor a 6 meses adicionados de spread a taxa de mercado.

### Plano de Reembolso

Em 31 de Dezembro de 2025, os programas de papel comercial e os empréstimos obrigacionistas classificados como não correntes, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto, pressupondo a utilização total dos mesmos até ao final do seu prazo:

	Taxa de Juro efectiva média	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Total
Amortização		-	25 000 000	2 500 000	32 500 000	42 500 000	2 500 000	105 000 000
Juros	2,41%	4 546 200	3 035 988	2 711 816	1 912 613	613 693	28 144	12 848 454
		<u>4 546 200</u>	<u>28 035 988</u>	<u>5 211 816</u>	<u>34 412 613</u>	<u>43 113 693</u>	<u>2 528 144</u>	<u>117 848 454</u>

A reconciliação dos passivos decorrentes das actividades de financiamento em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 é como se segue:

<u>Financiamentos Obtidos</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo em 01 de Janeiro	139 274 574	161 281 519
Variação do perímetro (Nota 5)	8 584 514	2 770 925
Fluxos de caixa:		
Recebimentos de financiamentos obtidos	50 487 741	50 421 561
Pagamentos de financiamentos obtidos	(49 245 402)	(74 469 846)
Variação de encargos com emissão de empréstimos e actualizações cambiais	(128 286)	(729 585)
<u>Saldo em 31 de Dezembro</u>	<u>148 973 142</u>	<u>139 274 574</u>

### Outras obrigações

A 31 de Dezembro de 2025 existem operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado

## Relatório & Contas 2025

aplicáveis, e que à data de relato se encontram em regular cumprimento por parte do Grupo.

À data de relato o Grupo possui um Rácio de Autonomia Financeira determinado como a proporção dos Capitais Próprios sobre os Activos Totais do Grupo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Capital próprio	161 123 461	161 246 674
Ativos Totais	482 195 304	436 588 161
Rácio de Autonomia Financeira	<u>33,41%</u>	<u>36,93%</u>

O Grupo possui ainda, nesta data, um Rácio de “Net Debt to EBITDA” de 1,98 determinado como a proporção da dívida líquida sobre o “EBITDA” (1,74 em 31 de Dezembro de 2024) e de acordo com os critérios definidos nos contratos de financiamento:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Empréstimos bancários (Nota 24)		
Não Corrente	68 606 058	95 104 714
Corrente	<u>80 367 083</u>	<u>44 169 860</u>
	148 973 141	139 274 574
Subsídios		
Não Corrente	-	745 811
Corrente	<u>745 811</u>	<u>745 812</u>
	745 811	1 491 623
Locação operacional (Nota 9)		
Não Corrente	18 435 658	13 454 349
Corrente	<u>8 286 092</u>	<u>6 374 608</u>
	26 721 750	19 828 957
Caixa e equivalentes a caixa (Nota 20)	41 229 174	43 642 476
Outros activos financeiros (Nota 13)	<u>6 196 673</u>	<u>6 608 731</u>
Dívida Líquida	<u>129 014 854</u>	<u>110 343 947</u>
Resultados operacionais	41 532 012	43 243 708
Amortizações e depreciações (Nota 6, 8 e 9)	23 859 736	19 190 949
Provisões e perdas por imparidade (Nota 30)	<u>304 319</u>	<u>916 711</u>
EBITDA	<u>65 696 066</u>	<u>63 351 368</u>
Rácio de "Net Debt/EBITDA"	<u>1,96</u>	<u>1,74</u>

### 25. RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

#### Fundo de Pensões Boero:

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica relativa ao Fundo de Pensões do Grupo Boero apresenta o seguinte movimento:

## Relatório & Contas 2025

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1 162 082	950 000
Alteração perímetro	1 051 995	280 400
Custo dos serviços correntes	1 492 489	1 122 081
Perdas (ganhos) atuariais	(10 443)	(2 569)
Complementos de reforma pagos	(1 632 180)	(1 187 830)
<b>Saldo final</b>	<b>2 063 943</b>	<b>1 162 082</b>

Como contemplado pela IAS 19, com início em 2013, os ganhos e perdas actuariais em virtude da reavaliação da taxa utilizada no processo de descontos de “benefícios de empregados” (provisão FGTS) foram reconhecidos na demonstração de rendimento integral.

A aplicação retrospectiva estipulada pela norma contabilística IAS 8 veio em virtude das reservas à data de referência de 1 de Janeiro de 2012.

Os principais pressupostos são os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de mortalidade	Tabela IPS55	Tabela IPS55
Taxa de incapacidade	Tabela INPS dividida por idade e sexo	Tabela INPS dividida por idade e sexo
Taxa de rotatividade de pessoal	3,00%	3,00%
Taxa de desconto	3,09%	2,93%
Taxa de aumento anual por indemnizações por cessação	3,00%	3,00%
Taxa de aumento de salário	2,50%	2,50%
Taxa de adiantamentos	0,00%	0,00%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%

A taxa de desconto à data de 31 de Dezembro de 2025 é de 3.09% (2,93% a 31 de Dezembro de 2024) pelo “Iboxx Corporate benchmark index”, com a duração de 7-10 anos e um rating de AA.

Em 31 de Dezembro de 2025 a CIN Schaepman apresenta uma responsabilidade com Pensões no valor de 133.316 Euros.

### 26. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades do Grupo, tendo a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores c/c	72 827 452	59 732 130
Fornecedores fact. em recep. e conf.	2 815 513	3 592 941
Adiantamento a Fornecedores	-	293
	<b>75 642 965</b>	<b>63 325 364</b>

Em 31 de Dezembro de 2025 as facturas descontadas em Confirming na rubrica de “Fornecedores, conta corrente” corresponde, a aproximadamente, 3,09 milhões de Euros (2,3 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2024).

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os valores a pagar a fornecedores têm um vencimento inferior a 3 meses.

### 27. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores de Imobilizado	942 333	1 244 660
Saldos credores de clientes	452 442	240 381
Pessoal	1 101 626	401 838
Comissões a revendedores	1 459 519	1 634 791
Dividendos a pagar	19 500 000	9 750 000
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3 565 854	4 661 713
Contribuições para a Segurança Social	2 921 446	2 524 469
Outros Impostos	3 063 860	2 632 280
Outros	1 481 105	1 142 574
	<u>34 488 185</u>	<u>24 232 707</u>

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica “Comissões a revendedores” corresponde à especialização de encargos com comissões devidos por entidades do Grupo Boero Bartolomeo.

Em 31 de Dezembro de 2025 o montante de “Dividendos a pagar” refere-se ao valor devido à accionista Pleso, deliberado distribuir pelas assembleias gerais realizadas em 27/03/2025 e 27/03/2024, mas com pagamento suspenso *sine die* a pedido da própria accionista Pleso.

Os montantes a pagar a fornecedores de imobilizado têm um vencimento inferior a 3 meses.

## 28. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Activo		Passivo	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas	2 519 485	1 172 062	(2 313 124)	(1 660 472)
Retenções de Impostos sobre o rendimento	1 339 658	573 285	-	-
	<u>3 859 143</u>	<u>1 745 347</u>	<u>(2 313 124)</u>	<u>(1 660 472)</u>

## 29. OUTROS PASSIVOS

### OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Opção de compra de participações financeiras	3 757 339	-
Subsídios ao investimento	-	745 811
	<u>3 757 339</u>	<u>745 811</u>

A rubrica “opção de compra de participações financeiras” decorre do processo de aquisição da sociedade Profi Color (Nota 3), no âmbito do qual a sociedade controlada Boero Bartolomeo adquiriu 60,1% do respetivo capital social, concluindo a primeira fase da transação que prevê a aquisição progressiva de 100% da sociedade, através de um mecanismo contratual de opções de compra e de venda (put e call). O preço pago pela Boero Bartolomeo S.p.A. ascendeu a 6,16 milhões de euros, correspondente ao valor proporcional do preço total de 10,25 milhões de euros estabelecido para 100% do capital social.

Em conformidade com a IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, os acordos celebrados entre a Boero Bartolomeo e os acionistas minoritários conferem à Boero Bartolomeo direitos substantivos que lhe transferem o controlo e a exposição económica sobre 100% da Profi Color.

De acordo com a IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, a obrigação decorrente das opções de compra e venda (put/call) relativa aos restantes 39,9% é reconhecida como um passivo financeiro, mensurado ao seu valor presente (3.577.384 euros à data de aquisição; 3.757.339 euros em 31 de dezembro de 2025). Em consequência, não são reconhecidos interesses que não controlam, sendo a Profi Color integralmente consolidada.

OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Custos a pagar:		
Remunerações a liquidar	9 725 707	9 826 901
Fornecimentos e serviços externos	1 101 692	1 846 672
Outros	78 180	78 180
	<u>10 905 579</u>	<u>11 751 754</u>
Proveitos diferidos:		
Subsídios ao investimento	745 812	745 812
Outros proveitos diferidos	296 858	126 219
	<u>1 042 670</u>	<u>872 031</u>
	<u>11 948 249</u>	<u>12 623 785</u>

Em 31 de Dezembro de 2025 a rubrica “Remunerações a liquidar” inclui um montante de 2.415.769 Euros referente a gratificações a pagar ao pessoal, cuja verba, em 31 de Dezembro de 2024 está registada no montante de 2.025.513 Euros.

Subsídios ao Investimento – Portugal 2020

A rubrica “Subsídios ao investimento” refere-se a um financiamento no valor total de 3.040.357 Euros do qual ainda se encontra em dívida o valor de 745.812 Euros relativo

à candidatura N.º 24285 efectuada pela CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A.. A data para o primeiro reembolso corresponde ao número 1 da cláusula 7.ª do contrato de investimento, segundo a qual: “o incentivo reembolsável é atribuído pelo prazo total de 8 anos, no qual se inclui um período de carência de 2 anos. Este prazo é contado: (i) deste a data em que o primeiro pagamento do Incentivo Reembolsável seja efectuado; ou (ii) desde o termo do exercício subsequente à entrada em vigor do presente contrato; consoante o que ocorrer em primeiro lugar.

30. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 foi o seguinte:

## Relatório & Contas 2025

	2025					
	Saldos iniciais	Var. Perímetro	Aumentos	Utilizações	Diminuições	Saldos finais
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 17 e 18)	15 029 111	308 389	1 037 319	(2 395 544)	(694 857)	13 284 418
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 16)	5 549 974	945 756	2 611 482	(61 014)	(2 428 093)	6 618 105
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos disponíveis para venda (Nota 13)	2 547 066	-	-	-	-	2 547 066
Perdas por imparidade em Propriedades de Investimento (Nota 10)	1 683 561	-	-	-	-	1 683 561
Perdas por imparidade acumuladas em Activos não correntes (Nota 6)	5 500 000	-	-	-	-	5 500 000
Provisões	2 622 541	661 931	254 201	(434 025)	-	3 104 649
	2024					
	Saldos iniciais	Var. Perímetro	Aumentos	Utilizações	Diminuições	Saldos finais
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 17 e 18)	15 132 345	337 699	2 812 079	(1 569 003)	(1 684 008)	15 029 111
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 16)	5 566 182	143 050	2 087 940	224 754	(2 471 952)	5 549 974
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos disponíveis para venda (Nota 13)	2 547 066	-	-	-	-	2 547 066
Perdas por imparidade em Propriedades de Investimento (Nota 10)	1 683 561	-	-	1 675	(1 675)	1 683 561
Perdas por imparidade acumuladas em Activos não correntes (Nota 6)	5 500 000	-	-	-	-	5 500 000
Provisões	2 916 125	-	186 000	(467 911)	(11 673)	2 622 541

As “Perdas por imparidade acumuladas” encontram-se registadas na demonstração consolidada da posição financeira a deduzir ao valor do correspondente activo.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição

## Relatório & Contas 2025

financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 encontram-se divulgados na Nota 30.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas por imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 30.

Os montantes relativos aos activos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, os quais se encontram líquidos de perdas por imparidade acumuladas, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

### 31. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, foi como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Mercado interno	389 326 551	352 466 603
Mercado externo	<u>58 248 993</u>	<u>47 856 300</u>
	<u>447 575 544</u>	<u>400 322 903</u>

O Grupo define como mercado interno as vendas efectuadas nos países onde detém as suas operações (Nota introdutória).

### 32. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outros proveitos operacionais” tinha a seguinte composição:

<u>Outros proveitos operacionais</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Trabalhos para a própria entidade	149 183	142 183
Royalties cobrados	224 134	176 651
Redébitos de custos de transportes e outros serviços	639 708	720 086
Rendas cobradas	710 767	749 397
Alienação Propriedades de Investimento (Nota 10)	85 206	22 934
Alienação Ativos Fixos Tangíveis (Nota 6)	1 530 464	492 330
Subsídios Obtidos	82 850	36 364
Diferenças de câmbio favoráveis	234 561	598 044
Correcções relativas a períodos anteriores	407 227	432 240
Reembolsos	158 586	142 559
Outros Proveitos Operacionais	<u>805 362</u>	<u>1 195 345</u>
	<u>5 028 048</u>	<u>4 708 134</u>

No exercício de 2025, o montante relativo à alienação de activos fixos tangíveis refere-se, essencialmente, às mais valias obtidas pela venda efectuada pela CIN dos imóveis situados em Gemunde (Maia) e em Faro.

### 33. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 têm a seguinte composição:

## Relatório & Contas 2025

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Gastos financeiros:		
Juros suportados	5 261 940	7 015 734
Juros de contratos de Locação (Nota 9)	1 057 242	673 299
Instrumentos financeiros derivados	1 842 167	1 536 067
Outros custos e perdas financeiras	<u>2 782 289</u>	<u>1 944 561</u>
	<u>10 943 638</u>	<u>11 169 662</u>
Rendimentos financeiros:		
Juros obtidos	654 070	703 479
Proveitos e ganhos em associadas (Nota 3)	26 058	20 685
Dividendos obtidos	397 560	1 183 190
Instrumentos financeiros derivados	2 487 467	3 591 679
Outros proveitos e ganhos financeiros	<u>134 819</u>	<u>172 178</u>
	<u>3 699 974</u>	<u>5 671 212</u>

Nos exercícios de 2025 e 2024, os dividendos obtidos referem-se, essencialmente, aos dividendos distribuídos pelo Grupo Media Capital.

### 34. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, são detalhados como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imposto corrente	8 816 580	7 125 884
Imposto de anos anteriores	101 355	559 353
Imposto diferido (Nota 14)	<u>(629 931)</u>	<u>(31 642)</u>
	<u>8 288 004</u>	<u>7 653 595</u>

A diferença entre o resultado antes de imposto e o resultado fiscal é detalhada conforme se segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado antes de imposto	34 288 348	37 745 258
Taxa de imposto	20%	21%
	<u>6 857 670</u>	<u>7 926 504</u>
Benefícios fiscais (RFAI e SIFIDE anos anteriores)	-1 426 816	-3 117 808
Benefícios fiscais (RFAI - estimativa do ano)	-1 210 528	-1 500 000
Dividendos e outros proveitos não sujeitos a tributação	-870 380	-600 461
Gastos não dedutíveis	133 092	396 857
Prejuízos fiscais sem ativo por imposto diferido	1 913 566	1 873 075
Excesso / Insuficiência de imposto	101 355	559 353
Tributação de Autónoma	293 664	294 633
Derrama Estadual, Derrama Municipal e outros taxas de imposto	1 893 778	1 530 437
Efeito diferentes taxas de imposto	519 127	1 850
Outros	<u>83 476</u>	<u>289 156</u>
Gasto de imposto na demonstração de resultados	<u>8 288 004</u>	<u>7 653 595</u>
Taxa efetiva de imposto	24,2%	20,3%

### 35. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros em 31 de Dezembro de 2025 tinha a seguinte composição:

<u>Composição</u>	<u>Geografia</u>	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Alfandega de Leixões	Portugal	24 939	Subcontratos	2 066 975	1 864 450
Camara Municipal Maia	Portugal	75 000	Serviços especializados		
SDM	Portugal	33 750	Trabalhos especializados	10 416 929	8 350 487
Município Matosinhos	Portugal	912 555	Publicidade e propaganda	10 081 743	10 123 125
Autoridade Tributária	Portugal	1 286 958	Conservação e reparação	5 767 629	5 530 168
Autoridade Tributária	Portugal	1 274 841	Energia e fluídos	6 540 162	5 522 433
Autoridade Tributária	Portugal	2 107 116	Deslocações, estadas e transportes	19 617 172	17 795 469
Autoridade Tributária	Portugal	2 584 158	Rendas e alugueres	2 858 072	2 394 461
Agencia Catalada D L'aigua	Espanha	60 000	Comunicação	1 165 103	1 043 959
Solrede	Espanha	64 599	Seguros	2 229 983	2 190 033
Ayuntamiento de Montcada	Espanha	586 885	Limpeza, higiene e conforto	1 731 447	1 489 772
Armazém Tortona	Itália	90 000	Embalagens de transporte	1 344 360	1 210 393
Autoridade Fiscal	Itália	185 000	Serviços diversos	13 109 233	12 200 069
Outras	Itália	125 000		<u>76 928 807</u>	<u>69 714 818</u>
		<u>9 410 799</u>			

As Garantias Bancárias a favor da Autoridade Tributária estão relacionadas com os processos executivos interpostos contra a CIN (Nota 39).

### 36. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 é detalhada conforme se segue:

### 37. CUSTOS COM O PESSOAL

A rubrica “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 é detalhada conforme se segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Remunerações dos órgãos sociais	2 142 488	1 225 378
Remunerações do pessoal	71 001 426	60 017 983
Benefícios pós-emprego	106 514	87 034
Indemnizações	3 452 045	2 009 909
Encargos sobre remunerações	19 450 564	16 220 404
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	565 220	532 602
Gastos de acção social	2 859 888	2 517 305
Outros	1 233 810	1 023 397
	<u>100 811 955</u>	<u>83 634 012</u>

### 38. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa-mãe pelo número médio de acções existentes durante o exercício.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultados:		
Resultado líquido do exercício	26 003 682	29 704 390
Número de acções		
Número médio ponderado de acções em circulação	25 000 000	25 000 000
Resultado por acção básico e diluído	<u>1,040</u>	<u>1,188</u>

### 39. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

#### Liquidações de Impostos:

No exercício de 2002, no âmbito do “Regime Excepcional de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social” (Decreto-Lei 248-A/2002 de 14 de Novembro), e no exercício de 2013, no âmbito do “Regime Excepcional de Regularização de Dívidas” (Decreto-lei n.º 36/2013, de 24 de Setembro), a Empresa procedeu ao pagamento, no montante de 443.745 Euros, de liquidações adicionais em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as quais tinham sido anteriormente reclamadas junto das autoridades competentes.

Encontram-se pendentes processos executivos interpostos pela Autoridade Tributária contra a CIN, que têm por objecto a cobrança dos valores das liquidações adicionais de Retenções na Fonte de IRC, e correspondentes juros compensatórios, de exercícios anteriores, que não se encontram provisionados porque a Administração, depois de conferenciar com os advogados que detêm a direção dos processos entende que existem fortes evidências corroboradas também por aqueles de que a decisão final

será favorável à empresa. Na nota 35 encontram-se divulgadas as garantias bancárias prestadas pelo Grupo CIN a favor da Autoridade Tributária Portuguesa no âmbito destes processos.

No ano de 2025 a CIN requereu a constituição de tribunal arbitral para apreciar a legalidade do acto de retenção na fonte de IRC de 2019.

#### Contingência legal em Espanha:

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, a empresa do Grupo, CIN Valentine, S.A., é co-demandada em diversos litígios em curso, interpostos contra a modificação do “Plan General Metropolitano” para o terreno em que foi construída a unidade de produção que a Empresa actualmente opera.

Em 17 de Dezembro de 2019, a Câmara do Supremo Tribunal de Justiça da Catalunha emitiu uma decisão pela qual confirmou o recurso apresentado pela Câmara Municipal de La Llagosta, declarando a nulidade da modificação pontual da Assembleia Geral para o Plano Metropolitano da área de Montcada Norte- Parque de la Riera Seca, de Montcada.

A Empresa não fazendo parte do processo desconhece os termos específicos em que o referido recurso foi suscitado.

Por outro lado, não há registo de que o Conselho Municipal de La Llagosta ou qualquer outra entidade ou pessoa interessada tenha instado (ou o Conselho Municipal de Montcada tenha iniciado *motu proprio*) a execução da referida decisão do Supremo Tribunal de Justiça da Catalunha número 1133/2020, de 17 de Dezembro de 2019. Consequentemente, apesar da situação acima mencionada, o Conselho de Administração da Empresa e seus assessores jurídicos consideram que as licenças concedidas são plenamente válidas e eficazes, na medida em que não há resolução administrativa da Câmara Municipal de Montcada ou resolução judicial de um Tribunal competente.

O Conselho de Administração da Empresa e os seus assessores jurídicos consideram ainda que, no caso de não ser viável, por parte dos organismos competentes, aprovar

uma nova modificação do Plano Geral Metropolitano que forneça protecção legal às licenças concedidas e que a Câmara Municipal de La Llagosta insista na execução da sentença exigindo o encerramento e demolição das instalações da subsidiária CIN Valentine, a Empresa teria direito a ser indemnizada, quer por danos patrimoniais existentes (despesas com materiais, de construção, de projecto, demolição, etc.) quer por lucros cessantes que possam resultar, de acordo com a regulamentação aplicável.

### Litígios comerciais:

Encontra-se pendente uma acção declarativa de condenação sob a forma de processo comum interposto por um cliente contra a CIN, que tem por objecto um pedido de condenação no pagamento de uma indemnização de clientela e por perdas e danos devidos pela cessação de relações comerciais entre ambas. É entendimento do Conselho de Administração, suportado pelos pareceres dos advogados, que o valor da indemnização solicitada não se encontra suportado pelas relações contratuais estabelecidas e extintas a esta data e de que o desfecho do processo será favorável ao Grupo CIN, motivo pelo qual não foi constituída qualquer provisão.

### Contingência fiscal em Itália:

Em 2025, a Boero recebeu uma comunicação preliminar da Autoridade Tributária Italiana relativa à alegada aplicação incorreta de IVA em determinados serviços de logística. O processo encontra-se numa fase inicial. Com base na avaliação de consultores jurídicos externos e de acordo com a IAS 37, não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2025.

### 40. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da CIN (Empresa-mãe) nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 foram como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Conselho de Administração	1 470 447	755 000
Conselho Fiscal	33 600	32 000
Assembleia Geral	<u>6 300</u>	<u>6 000</u>
Total	<u>1 510 347</u>	<u>793 000</u>

### 41. TRABALHADORES AO SERVIÇO

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o número de trabalhadores ao serviço das empresas incluídas na consolidação foi de 1.920 e 1.728 respectivamente.

### 42. PARTES RELACIONADAS

Os termos ou condições praticadas entre o Grupo e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Consideram-se como partes relacionadas as empresas abaixo referidas, incluídas nas respectivas categorias:

- Accionistas
- Outras partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 foram efectuadas as seguintes transacções com partes relacionadas:

	31/12/2025						
	Compras de inventários	Fornecimentos e serviços	Dividendos atribuídos	Vendas de inventários	Prestação de Serviços	Outros Rendimentos	Dividendos obtidos
Cenaris, Gmbh	-	-	-	(11 188 833)	-	-	(20 226)
Grupo Media Capital	-	-	-	-	-	-	(397 550)
Pleso Holding, BV	-	82 265	9 750 000	-	-	(14 960)	-
Gin Kolor s.r.l.	-	353 396	-	-	-	-	-
MTV s.r.l.	-	100 907	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>536 568</u>	<u>9 750 000</u>	<u>(11 188 833)</u>	<u>-</u>	<u>(14 960)</u>	<u>(417 776)</u>

	31/12/2024						
	Compras de inventários	Fornecimentos e serviços	Dividendos atribuídos	Vendas de inventários	Prestação de Serviços	Outros Rend. Obtidos	Dividendos obtidos
Cenaris, Gmbh	-	-	-	(12 993 146)	-	-	-
Grupo Media Capital	-	-	-	-	-	-	(1 183 185)
Pleso Holding, BV	-	-	9 750 000	-	-	-	-
Chugoku - Boat Italy	17 081	-	-	(4 571 000)	(82 457)	-	-
	<u>17 081</u>	<u>-</u>	<u>9 750 000</u>	<u>(17 564 146)</u>	<u>(82 457)</u>	<u>-</u>	<u>(1 183 185)</u>

Durante o exercício de 2025 foram distribuídos pela Empresa dividendos de 10.000.000 euros aos detentores do respectivo capital social, dos quais, em 31 de Dezembro de 2025, mantêm-se por liquidar o montante relativo à accionista Pleso (Nota 27). Adicionalmente a Boero distribuiu 340.320 euros de dividendos aos detentores dos interesses não controlados dessa subsidiária.

Durante o exercício de 2024 foram distribuídos pela Empresa dividendos de 10.000.000 euros aos detentores do respectivo capital social, dos quais, em 31 de Dezembro de 2024, mantêm-se por liquidar o montante relativo à accionista Pleso (Nota 27). Adicionalmente a Boero distribuiu 340.309 euros de dividendos aos detentores dos interesses não controlados dessa subsidiária.

Para além das transacções acima identificadas, não existiram transacções com outras entidades relacionadas ou com administradores do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 o Grupo apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	31/12/2025				
	Clientes	Outros devedores	Fornecedores	Outros credores	Outros passivos correntes
Cenaris, Gmbh	1 331 918	-	-	-	-
Pleso Holding, BV	-	14 960	-	(19 500 000)	(82 265)
	<u>1 331 918</u>	<u>14 960</u>	<u>-</u>	<u>(19 500 000)</u>	<u>(82 265)</u>

	31/12/2024				
	Clientes	Outros devedores	Fornecedores	Outros credores	Outros passivos correntes
Cenaris, Gmbh	1 614 819	-	-	-	-
Chugoku - Boat Italy S.p.A.	-	934 923	(2 000)	-	-
Pleso Holding, BV	-	-	-	(9 750 000)	-
	<u>1 614 819</u>	<u>934 923</u>	<u>(2 000)</u>	<u>(9 750 000)</u>	<u>-</u>

#### 43. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 2023, o imóvel localizado em Pozzolo Formigaro, Itália, com um valor líquido contabilístico de 1.267 milhares de euros, foi reclassificado de “Activos fixos tangíveis” para “Activos não correntes detidos para venda”. Esta decisão foi, na altura, tomada com base no pressuposto de que o ativo se encontrava disponível para venda e de que a sua alienação era considerada altamente provável num horizonte temporal de 12 meses, de acordo com os requisitos estabelecidos na IFRS 5.

Em 2024, prosseguiram as negociações com eventuais contrapartes, no entanto, por não estarem reunidas todas as condições necessárias para a assinatura de um contrato de compra e venda, o montante de 1.267 milhares de euros foi reclassificado de “Activos não correntes detidos para venda” para “Activos fixos tangíveis”.

#### 44. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de Fevereiro de 2026. Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de Dezembro de 2025 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Grupo entende que as mesmas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

#### 45. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de fevereiro de 2026, a Pleso Holding B.V. concluiu a aquisição da participação de 2,5% detida pela Baía dei Saraceni S.r.l. no capital social da CIN, passando a deter a totalidade do capital social da sociedade.

No início de 2026, foi interposta contra a CIN, por uma sociedade relacionada com a entidade envolvida no litígio comercial referido na Nota 39, uma acção declarativa de condenação sob a forma de processo comum, que tem por objecto um pedido de condenação no pagamento de uma indemnização de clientela e por perdas e danos devidos pela cessação de relações comerciais entre ambas.

Relativamente aos processos executivos interpostos pela Autoridade Tributária contra a CIN, que têm por objecto a cobrança dos valores das liquidações adicionais por falta de retenções na fonte de IRC, referenciados na Nota 39, em Fevereiro de 2026 foi obtida pela CIN decisão arbitral favorável relativamente ao processo de 2019, tendo sido declarada a ilegalidade e determinada a anulação do acto de retenção na fonte de IRC daquele mesmo exercício.

#### 46. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

A informação relativa à área ambiental e de sustentabilidade do Grupo encontra-se detalhadamente descrita no capítulo “Sustentabilidade e Impacto” do Relatório de Gestão.

O Conselho de Administração do Grupo CIN não estima que existam riscos relacionados com a protecção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contra-ordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2025.

Maia, 19 de Fevereiro de 2026

# 7. CERTIFICAÇÃO LEGAL





**Certificação Legal das Contas**

**Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

**Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Cin-Corporação Industrial do Norte S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 482.195.304 euros e um total de capital próprio de 161.123.461 euros, incluindo um resultado consolidado líquido do exercício de 26.003.682 euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração do rendimento integral consolidado, a demonstração das alterações nos capitais próprios consolidados e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Cin-Corporação Industrial do Norte S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
 Tel: +351 213 599 000 | Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social 314.000 EUR  
 Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 2016148

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.  
 Recção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal  
 DocId: 5694e999/1281919203/02127410dc0748d0w/TuTUN9Ej9j88G2oD

f) planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e

g) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

### Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

2 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

Signed by:  
  
ES4364B8FCFB490

Catarina Isabel Vieira Pereira, ROC n.º 1566  
Registado na CMVM com o n.º 20161176



CIN - CORPORAÇÃO INDUSTRIAL DO NORTE, S.A.

Av de Dom Mendo, 831 - 4474-009 Maia - Portugal

T +351 229 405 000 - [customerservice@cin.com](mailto:customerservice@cin.com)

[www.cin.com](http://www.cin.com)